

Organização Mundial da Saúde alerta para o ressurgimento global da dengue

Em visita ao Brasil, o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom, afirmou, nesta quarta-feira, que o surto de dengue visto no País é parte de um grande aumento em escala global. Adhanom parabenizou o Brasil pela resposta à doença e por inserir a vacina contra a dengue no país, e disse que a organização pretende auxiliar no processo de desenvolvimento de imunizantes, sendo possível o Brasil ser fornecedor de vacinas contra dengue para outros países. Em 2024, 40 pessoas morreram de dengue no Brasil. **Página A6**



UMUARAMA

Rede Municipal inicia as aulas com mais de 10 mil estudantes

O ano letivo 2024 na Rede Municipal de Ensino de Umuarama foi iniciado nesta quarta-feira, conforme Calendário Escolar programado pela Secretaria Municipal de Educação. O prefeito Celso Pozzobom (foto) fez a abertura simbólica visitando, pela manhã, a Escola Municipal Evangélica e à tarde a Escola Municipal Sebastião de Mattos.

Página A5



OPERAÇÃO CONTRA ANIMAIS EM CRUZEIRO DO OESTE - A cidade de Cruzeiro do Oeste enfrenta problemas com animais grandes sendo criados soltos em alguns bairros. Nesta semana, a prefeita Helena Bertoco acompanhou uma fiscalização. **Página A5**



MINISTRO ELOGIA O AGRO DO PARANÁ - O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, esteve ontem no Show Rural em Cascavel e elogiou a qualidade e sanidade do agro no Paraná. Também anunciou a suspensão na importação de tilápias do Vietnã. **Página A2**



Morre pioneiro de Alto Piquiri

A cidade de Alto Piquiri perdeu nesta semana o pioneiro Salvador Paulo da Silva, mais conhecido como Salvador Alfaiate. Ele chegou em Alto Piquiri no início de 1963, casou-se em 64 com Nilza Carrilho Afonso da Silva com quem teve cinco filhos. Entre os muitos serviços prestados à comunidade, foi o fundador do Rotary Club de Alto Piquiri. A direção do Ilustrado lamenta a perda.

DESENVOLVIMENTO

Prefeitura e Conselho debatem o projeto “Umuarama de 2050”

Página A3



Nota de PESAR

O prefeito de Umuarama, Celso Luiz Pozzobom, lamenta o falecimento da missionária senhora **MARIA ALVES BARRETO**, de 87 anos, avó do vereador Mateus Barreto, ocorrido na terça-feira, 6 de fevereiro, em Curitiba.

Após dedicar-se por anos a fio a zelar pelo bem-estar espiritual de milhares de pessoas, apresentando os bons caminhos do Criador, Dona Maria agora encontra seu caminho de paz.

O velório será iniciado na manhã desta quarta-feira (7) na Capela 2 da Acesf e seu sepultamento está programado para acontecer nesta quinta-feira (8), às 9h.

A toda a família e amigos enlutados, nossos sinceros votos de pesar.



UMUARAMA



Projetos de recursos para Umuarama são consolidados

Representantes da Prefeitura de Umuarama visitaram secretarias estaduais e outras repartições nesta semana em Curitiba e confirmaram que os projetos de investimentos para a cidade estão consolidados no Governo Estadual. **Página A3**

ECONOMIA

Quem não sacou dinheiro esquecido ainda tem tempo

Página A6

MINISTRO DA AGRICULTURA

Qualidade e sanidade do agro do Paraná são reconhecidas pelo governo federal no Show Rural

A excelência da sanidade agropecuária do Paraná foi destacada pelo ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, nesta quarta-feira (07), em visita ao Show Rural de Cascavel. O ministro fez um pronunciamento durante a visita, acompanhado do secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, e disse que o Estado tem alcançado reconhecimento na capacidade de transformação de proteínas vegetais em proteínas animais. Ele também elogiou a estrutura do Paraná na área técnica e de fiscalização.

Fávaro também forçou a abertura de mercados no Exterior para os produtos brasileiros, graças à integração entre produtores, empresas e cooperativas, com apoio das autoridades. “Tivemos um ano muito especial, peregrinamos no mundo mostrando as boas oportunidades de commodities, produtos do Brasil e alimentos de ótima qualidade, com grande sanidade. Estou muito otimista para que no ano de 2024 nós possamos acessar os mercados da Coreia do Sul e do Japão

TRABALHO INTENSO

Em maio de 2021 o Paraná obteve o reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Mundial da Saúde Animal. Isso representou uma credencial para abrir mercados para as proteínas animais produzidas no Estado, com a possibilidade de comercialização a países que pagam melhor pelo produto. Dois anos depois o Estado chegou na marca de 2 milhões de toneladas de carnes exportadas pela primeira vez na história e diversos investimentos privados gerados nessa cadeia, projetando o crescimento futuro da produção e comercialização de peixes, aves, bois, suínos, perus, ovos, leite e derivados, entre outros.

para suínos, para bovinos, e aí o Paraná será o grande beneficiado”, disse.

O Governo do Estado já iniciou relação com esses países com uma visita oficial no ano passado. O governador Carlos Massa Ratinho Junior se encontrou com representantes dos governos locais para expor a certificação internacional do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação e apresentar o cenário das cooperativas e agroindústrias, que estão abrindo novas plantas comerciais, a exemplo da Frimesa, em Assis Chate-

aubriand, para atender o crescimento da demanda.

TILÁPIAS

O ministro também anunciou a suspensão da importação de tilápias do Vietnã pelo Brasil, assunto que mobilizava produtores brasileiros desde o final do ano passado, especialmente pelo risco sanitário, e fez com que a Associação Brasileira da Piscicultura pedisse providências ao governo federal. “O Brasil tem excelentes relações comerciais pelo mundo afora, tem uma excelente relação comercial com o Vietnã,



Deputado Zeca Dirceu, ministro Fávaro e outras autoridades ontem no Show Rural

mas determinei que seja suspensa imediatamente a importação de tilápia”, disse.

O Paraná é o maior produtor de tilápias do Brasil, responsável por cerca de 40% do volume nacional (408,4 mil toneladas, segundo o IBGE). De acordo com o Valor Bruto da Produção (VBP), levantado pelo Departa-

mento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em 2022 o Estado produziu 165,5 mil toneladas de tilápias em 365 municípios. O VBP alcançou R\$ 1,5 bilhão.

ENTUSIASMO

O secretário Norberto Ortigara reforçou que o Estado trabalha para au-

mentar a eficiência, a qualidade e a produtividade do agro, com sustentabilidade, para abastecer o Brasil e o mundo. “O País vai chegar ao fim da década batendo acima de 400 milhões de toneladas de grãos e perto dos 36 milhões de toneladas de proteína animal, fortalecendo todas as demais cadeias relevantes”, afirmou.

Zema dividirá palanque com Lula e diz que petista será ‘bem recebido’ em Minas

(AE) O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), vai dividir palanque com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em um evento em Belo Horizonte na manhã desta quinta-feira, 8. Segundo Zema, que é aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o petista será “bem recebido” por ele e pelos servidores da administração estadual.

No início deste mês de fevereiro, o petista foca em viagens nos três principais colégios eleitorais do País e que são governados por aliados do ex-presidente: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na última sexta-feira, 2, Lula fez afagos ao chefe do Executivo paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Nesta terça-feira, 6, o presidente fez acenos ao governador fluminense Cláudio Castro (PL).

As visitas de Lula fazem parte de uma estratégia para as eleições municipais de outubro. O petista busca aumentar a sua popularidade no País e intensificar a sua presença em cidades

com mais de 100 mil habitantes .A estratégia teve início no Nordeste, tradicional reduto petista, com visitas em Recife, Salvador e Fortaleza.

O PT pretende lançar candidatos próprios a prefeito em mais de 500 municípios e entre 11 a 14 das 26 capitais do País. Além das viagens do presidente e a sua presença para impulsionar a candidatura de aliados, os petistas apostam na fatia de R\$ 603 milhões do fundo eleitoral turbinado de R\$ 4,9 bilhões, sancionado por Lula no último dia 23.

Segundo o Palácio do Planalto, Lula e Zema estarão juntos em um evento em Belo Horizonte pela manhã que anunciará recursos para a BR-381, mais conhecida como “rodovia da morte”, que liga a capital mineira ao município de Caeté.

Além disso, está prevista uma reunião particular entre os mandatários para discutir a crise financeira que há uma década atinge Minas. O valor do débito gira em torno de R\$ 160 bilhões

Em uma entrevista para a CNN Brasil nesta quarta-feira, 7, Zema criticou a postura do Planalto nas tratativas sobre a quitação da dívida e afirmou que o governo federal mais parece um “banco” do que um ente federativo por cobrar juros que, segundo ele, inviabilizam o pagamento.

“A União tem procedido como um banco e não como um ente federativo. A dívida precisa ser corrigida, mas cobrar taxa de juros realmente é inviabilizar o pagamento e Minas Gerais, e outros Estados, tem sido e muito prejudicados, ficando sem capacidade de dar uma saúde adequada e de melhorar as suas estradas devido a esse pagamento muito elevado”, afirmou.

Lula será bem recebido, afirma Zema

A CNN, o governador mineiro afirmou que Lula será “bem recebido” no Estado e “respeitado” por ele e por sua equipe do Palácio Tiradentes. “Nós temos posicionamentos que muitas vezes podem ser contrários ao do presidente

e ao governo federal, e isso faz parte da democracia”, disse.

“Ele é presidente e eu sou governador. Eu tenho contato com todos os prefeitos de Minas. Nós temos prefeitos de todos os partidos. Você não pode discriminar ninguém, nem abaixo, nem acima, devido a alguma questão partidária. Ele vai em Minas e eu não vou recebê-lo?”, afirmou o governador à CNN.

Na entrevista, Zema também defendeu uma parceria com Lula para discutir melhorias para as estradas federais e no pagamento de vítimas do desastre ambiental de Mariana, que ocorreu em novembro de 2015.

Lula aposta em afagos a governadores bolsonaristas

Desde que assumiu a Presidência no ano passado, Lula aposta no pragmatismo ao posar para fotos e fazer afagos a adversários políticos. Quando esteve em São Paulo na última sexta, Lula convidou Tarcísio para um evento que anunciou investimentos para o túnel Santos-Guarujá.

Correção da tabela do IR inclui 1,1 milhão de contribuintes em faixa de isenção, diz Sindifisco

Brasília, (AE) - A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para contribuintes com renda de até dois salários mínimos (R\$ 2.824) fará com que 1,1 milhão de pessoas deixem de pagar o tributo, de acordo com cálculo do Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais da Receita Federal. A entidade também calcula que houve uma redução de 4,27 pontos percentuais na defasagem acumulada desde 1996 para esta faixa.

Segundo o governo, a nova tabela do IR isenta, no total, 15,8 milhões de brasileiros da primeira faixa, mas beneficia a todos os contribuintes devido à progressividade da tabela. A medida tem impacto fiscal de R\$ 3,3 bilhões em 2024, e a Fazenda informou que, embora a lei não exija a apresentação de uma medida compensatória específica para a renúncia, garantirá o cumprimento da meta de primário neutro.

Segundo o Sindifisco, a mudança coloca mais 1,1 milhão de pessoas no grupo isento. “O aumento do des-

conto e do reajuste porcentual aliviam a situação dos mais pobres. Por outro lado, a classe média assalariada, que historicamente vê seu imposto de renda aumentar pela insuficiência da correção, precisa que a tabela seja reajustada em níveis compatíveis com a inflação acumulada desde 1996”, avalia o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão.

A entidade afirma que, levando em conta os resíduos acumulados desde 1996 (ano do fim do reajuste automático), a defasagem para a faixa isenta do IR passou para 127,72%, ante 132% em dezembro de 2023.

Se houvesse correção integral, a faixa de isenção seria de R\$ 4 899,69, segundo os cálculos do Sindifisco, o que implicaria na inclusão de 14,6 milhões de contribuintes. Isso significa que estariam isentos 29,19 milhões de pessoas, representando uma renúncia fiscal de R\$ 135,8 bilhões. Nesse cenário, a alíquota máxima, de 27,5%, seria aplicada para quem tem renda mensal superior a R\$ 12.176,03.

Para IBGE, queda no varejo em dezembro foi mais branda que nos anos anteriores

Rio (AE) - A campanha Black Friday em 2023 ocasionou uma antecipação de compras para o Natal ainda em novembro nos setores mais aderentes às promoções. No entanto, outros segmentos varejistas mostraram desempenho melhor no último mês do ano passado, fazendo com que a média global do varejo ficasse menos

negativa em dezembro do que nos anos anteriores.

A avaliação é de Cristiano Santos, gerente da Pesquisa Mensal de Comércio no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O volume vendido recuou 1,3% em dezembro ante novembro, após ter avançado apenas 0,1% em novembro ante outubro.

Porém, houve disseminação de avanços em novembro: seis das oito atividades investigadas registraram elevação nas vendas no período, com destaque para as atividades relacionadas à Black Friday.

Em dezembro, seis atividades registraram perdas, entre elas as que tinham crescido no mês anterior a reboque da

campanha de liquidações, como equipamentos de informática, móveis e eletrodomésticos e vestuário e calçados.

“A queda no varejo em dezembro foi mais branda que nos anos anteriores”, reforçou Santos.

No período de dezembro ante novembro, o último avanço no volume vendido ocorreu em

2019 (0,6%). Nos anos seguintes, as vendas recuaram: 2020, -4,0%; 2021, -1,5%; 2022, -1,9%; e 2023, -1,3%.

Apesar da perda menos intensa em 2023 neste período do ano, Santos reforça que o desempenho setorial evidenciou uma Black Friday mais forte no ano passado do que nas leituras anteriores.

Ao mesmo tempo, os avanços em atividades menos aderentes à campanha, como supermercados e combustíveis, sustentaram um desempenho global menos negativo em dezembro.

“Ela (a Black Friday de 2023) foi mais forte por dentro do indicador, e não no geral (média global)”, justificou o pesquisador.

MAIS RECURSOS

Audiências com secretarias de Estado em Curitiba consolidam projetos do prefeito Pozzobom

Umuarama - A visita dos secretários municipais de Obras, Renato Caobianco, e de Gabinete e Gestão Integrada, Cleber Bonfim, à capital do Estado, na última semana, assegurou conquistas importantes para Umuarama em parceria com o governo estadual nas mais diversas áreas, conforme projetos determinados pelo prefeito Celso Pozzobom.

Além da Sanepar, onde foi sinalizada a ampliação na captação e tratamento de esgoto em bairros ainda não atendidos pelos serviços – possivelmente ainda no primeiro semestre do ano –, os secretários também visitaram secretarias de Estado e consolidaram outros importantes avanços.

Na Agência de Fomento Paraná o encontro foi com Cláudio Pacheco, assessor da Diretoria de Operações do Setor Público; Handy Charles, gerente de Operações; e Deise Israel, analista de Desenvolvimento. “Tratamos sobre os detalhes finais da operação de crédito que o município fará com o Estado no valor de R\$ 15 milhões. A expectativa é que o contrato seja assinado no início de



Secretários Renato Caobianco e Cleber Bonfim durante visita na Fomento Paraná

fevereiro”, informou o secretário Renato Caobianco.

Os recursos possibilitarão, entre outras obras, investimentos em recapeamento asfáltico em vários bairros da cidade. O primeiro projeto liberado prevê a aplicação de R\$ 1,4 milhão em recape nas ruas do Jardim Lisboa, somando financiamento da Fomento Paraná, repasses do Estado e recursos próprios. Outros projetos serão aprovados

nos próximos meses, contemplando outras regiões.

Para os distritos, foi aprovado um projeto de construção de vestiário no campo de Lovat e um recurso que já havia sido perdido na Secretaria de Estado das Cidades foi recuperado, assegurando obras no campo de futebol de Serra dos Dourados.

“Também recebemos a aprovação final do projeto de construção da Unidade

Básica de Saúde (UBS) do Parque Bonfim, encaminhamos a reforma completa da UBS 26 de Junho e avançamos com o projeto de construção do novo Pronto Atendimento Municipal no Jardim Cruzeiro, que terá o investimento de R\$ 4,5 milhões”, informou o secretário Cléber Bonfim, que representou o prefeito Celso Pozzobom na agenda junto ao governo, em Curitiba.

Na Secretaria de Estado da Administração e Previdência, com o diretor-geral Osvaldo Machado, os secretários trataram sobre a doação de terrenos do município ao Estado, para as secretarias de Segurança e de Educação. No gabinete do governador Ratinho Junior, com o chefe de Gabinete Darlan Scalco, assuntos diversos foram abordados, como obras conjuntas entre o Estado e a Prefeitura e o

repasso de recursos. Os secretários visitaram ainda a Secretaria de Infraestrutura e Logística, onde discutiram com o diretor-geral José Brustolin Neto sobre obras na rodovia PR-323, na região de Umuarama, incluindo a passarela próximo ao campus do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e o contorno oeste, ligando as rodovias PR-323 e PR-489, cujo projeto está recebendo correções.

SECRETARIA DAS CIDADES

Na Secretaria das Cidades (Secid) o encontro foi com o diretor de Apoio aos Municípios, Valdomiro Hrysay, onde foram realizadas análises de projetos dos recursos estaduais no montante de mais de R\$ 30 milhões.

“Recebemos a informação de que o primeiro projeto inserido já foi aprovado e o trâmite do processo licitatório deve começar em breve, que é o recape na região do Jardim Lisboa”, lembrou Renato Caobianco. Por fim, também foram realizadas tratativas na Secretaria de Estado da Saúde sobre recursos e investimentos no setor. “O pacote de obras e recursos é grande, reforçando a parceria que temos com o governador Ratinho Junior, e as liberações estão acontecendo. Em breve teremos muitas obras com apoio do governo do Estado”, completou o prefeito Celso Pozzobom.

Prefeitura e Conselho de Desenvolvimento avançam na discussão do projeto Umuarama 2050

Umuarama - A convite do prefeito Celso Pozzobom, foi realizada na manhã desta quarta-feira (7) uma reunião extraordinária do CDU (Conselho de Desenvolvimento de Umuarama), coordenada pelo secretário municipal de Indústria, Comércio e Inovação, Junior Ceranto, e pelo presidente da entidade, Valcir Simão. O Anfiteatro Haruyo Setogutte reuniu empresários, políticos e representantes da sociedade e de entidades para avaliar o projeto ‘Plano de Desenvolvimento Umuarama 2050’.

Pozzobom abriu o evento reafirmando que mais que pensar alternativas para o desenvolvimento futuro de um município, gestores de visão prepararam e executam projetos que garantam prosperidade e



Prefeito Pozzobom fala durante o evento na Prefeitura

oportunidade para todos os cidadãos. “Este projeto que vocês terão a oportunidade de conhecer hoje pensa Umuarama para daqui exatos 26 anos. E ele

será desenvolvido simplesmente por uma das mais respeitadas entidades do Brasil quando se fala em planejamento estratégico, que é a Fundação Dom

Cabral”, afirmou.

Junior Ceranto, que esteve em Minas Gerais há alguns dias acompanhado do presidente do CDU, contou que a Dom Cabral

é responsável por projetos estruturantes para a Anatel, Receita Federal, Governo do Paraná, Anvisa e Ministério da Infraestrutura, entre outros. “O Plano de Desenvolvimento Umuarama 2050 será iniciado agora em março e deve ficar pronto em agosto. Será um documento detalhado, com ações de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento potencial de nossa cidade, apresentando caminhos para estabelecermos metas e objetivos reais para que Umuarama cresça e se estabeleça como referência”, explicou.

Simão apontou ainda que o documento deve disponibilizado será abrangente e responsável por nortear as ações que serão tomadas pelos agentes e gestores de Umuarama. “A

participação dos cidadãos e das instituições é fundamental, por isso toda a sociedade será convidada a dar sua opinião e ideias sobre o futuro de nossa cidade, que já estamos construindo desde agora”, observou.

Representantes da Fundação Dom Cabral vão criar, com exclusividade, um sistema que vai utilizar inteligência artificial para poder obter a opinião dos moradores de Umuarama. “Eles também farão visitas, encontros, reuniões e estudos científicos e sociais para poder estruturar o documento que será entregue à administração municipal. Definitivamente estamos vivendo um momento muito importante para a cidade”, pontuou Junior Ceranto.

Conselhos Municipais de Umuarama iniciam 2024 definindo cronograma de atividades

Umuarama - Em resumo, os conselhos municipais são criados para propor os rumos das políticas públicas, além de fiscalizar, controlar e definir ações a serem tomadas pelos administradores do município. Em Umuarama esses órgãos auxiliares são influentes, atuantes e exigentes, com forte participação popular. E o ano de 2024 promete ser de muito trabalho, a julgar pelos cronogramas que já começaram a ser definidos em reuniões realizadas na Secretaria Executiva dos Conselhos – a Casa dos Conselhos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), por exemplo, deu início às suas atividades com a primeira reunião ordinária deste ano, realizada na segunda-feira

(5), sob o comando da presidente Silmara Ruiz. “Além de sermos parceiras no desenvolvimento de campanhas em defesa da mulher (como o Agosto Lilás), estamos sempre atentas e acompanhando, com campanhas próprias, ações que garantam proteção, apoio e acolhimento àquelas que mais precisam. É um trabalho que exige muita dedicação, mas os resultados são sempre muito valiosos”, registra.

O engajamento continua ao longo da semana com reunião do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), presidido por Ivonte Urbanski, que será realizada na quinta-feira (8). “Atuamos em sintonia com a Secretaria Municipal de Assistência Social, sempre conectadas às políticas pú-



blicas fundamentais para garantir igualdade de direitos a todos, fazendo valer a justiça social em seu mais profundo significado”, resume Ivone.

Na sexta-feira (9) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), presidido por

Jéssica Arckanjo Harmatiuk Vieira, reúne seus membros para discussões e planejamentos. “Estamos em um Conselho Municipal que exige muito tato, muito discernimento, equilíbrio, sensibilidade e sensatez, afinal estamos lidando com

as vidas de crianças e adolescentes, vulneráveis e que carecem de toda nossa atenção e foco”, pontuou Jéssica. A reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), presidido por Franzimar Siqueira de Moraes, está marcada para o dia 16. “O conselho fiscaliza, busca investimentos e promove ações para proteger e dignificar pessoas na melhor idade (idosos) dentro do nosso município”, relata. E na sequência, dia 20, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD), presidido por Elidiamara Simões Nunes. “Nossas pautas estão sempre voltadas a questões como acessibilidade, oportunidades iguais, benefícios sociais, respeito e igualdade de

direitos. E para tal estamos sempre em campanha para envolver toda a sociedade em nossas lutas”, registra Elidiamara.

As reuniões ordinárias de fevereiro da Secretaria Executiva dos Conselhos se encerram dia 21, com o Comitê Intersetorial da População em Situação de Rua (Ciamp-Rua), presidido por Roger Bruno Brambila Giopatto. “A participação ativa desses conselhos e comitê demonstra o compromisso e a importância das discussões sobre direitos e inclusão na comunidade. Para nós é fundamental poder contar com ideias, indicações, orientações e apoio na produção de políticas que sejam de interesse de todos os cidadãos”, afirmou o prefeito Celso Pozzobom.



Leis improváveis

O seguro cobre tudo, menos o que aconteceu.
- Lei de Vanti Enrolar.

Metafísico

Alguém sabe dizer por que as mensagens roubadas da Vaza Jato valem e a delação da Odebrecht não vale?

A4

Aragão Filho

UMUARAMA, QUINTA-FEIRA, 8 de Fevereiro de 2024
www.ilustrado.com.br



Ponto Facultativo segunda-feira

O presidente da Amerios e prefeito de Cafezal do Sul, Juninho, informou ontem que as prefeituras da região não devem abrir na próxima segunda-feira, véspera do feriado de Carnaval. As prefeituras funcionam até nesta sexta-feira e reabrem na próxima quarta-feira, algumas após o meio dia.



Nakamura no Domingão do Zé Leo

O vice-prefeito de Douradina, Aguinaldo Nakamura, que também é proprietário da Clínica Veterinária Sinal Rural de Douradina, acompanhado do empresário da Franquias Cota Fácil, Ismael Dias,

com mais de 600 franquias em várias cidades do Brasil, estiveram participando do programa Domingão do Zé Leo na rádio Ilustrada FM, falando de vários assuntos importantes.

Conselho de mestre

O grande mestre do Direito, professor Ives Gandra da Silva Martins, orienta os advogados para uma área que vai demandar muita ação:

- Dediquem-se ao estudo do Direito Tributário, pois serão tantos os problemas de interpretação na reforma tributária que os causídicos terão um campo de atuação durante muito tempo.

Traduzindo:

- Vão bagunçar tanto o sistema tributário que vai render muita grana destrinchar o 'arcabouço'. Haja bolso!

Ele disse:

“É um grande pacote no qual as pessoas que confessaram praticar crimes estão saindo impunes, e outras estão tendo os casos anulados. E quem paga o pato disso tudo é, sempre, a sociedade. Sempre foi assim no Brasil. Os corruptos saem impunes. E o Supremo Tribunal Federal está garantindo que isso continue da mesma forma”.

De Deltan Dallagnole m entrevista ao Estadão.

Dengue

O Brasil vive uma epidemia de dengue sem precedentes, com número de mortes aumentando, sem vacinas, pois o Ministério da Saúde bate cabeça com a tradução de uma bula, com hospitais ainda tentando acelerar atendimentos represados e o que diz a grande imprensa sobre o caos instalado?

Nada, silêncio total.

Quando muito, vê em quando, saí uma notinha de roda-pé...

Nesta Matrix não há espaço para a realidade.

Policromático

Quando você trata bem quem te trata mal, a pessoa não fica bem, fica muito mal, mas é o início da cura para que ela fique bem...

Vereadores

Câmara de Cianorte passará a ter 11 vereadores a partir de 2025.

O objetivo é ter um número ímpar de vereadores, a fim de facilitar as votações e evitar futuros impasses.

O eleitor é contra, mas não devia.

O número de vereadores pode aumentar o tanto que quiserem, o que não pode aumentar um centavo sequer é o percentual do orçamento a ser gasto pelo legislativo.

Educação

Tá ficando cansativo abordar sempre o mesmo problema; a falta de urbanidade de alguns moradores que não se envergonham de jogar lixo e entulho na porta do outro.

Agem como salteadores, sempre no anonimato da noite.

São vários os locais da cidade 'eleitos' para lixo.

Tem um lixão teimoso que 'funciona' na região do futuro Parque dos Ipês, na boca da Rua Lázaro Bom, onde entulhos se acumulam e o mato toma conta.

Uma prefeitura só não dá conta, quem sabe umas três ou quatro.

Moradores incomodados com a situação só podem dizer uma coisa:

- Ô povo porco...

Papo rápido

- Governo federal alerta que 7 milhões de famílias devem atualizar CadÚnico para não perder Bolsa Família...

- Isso significa que o governo pretende cortar os benefícios dessa turma, pois se quisesse ajudar faria busca ativa, como fazem quando é para cobrar...

Tusquinha

- Deixo claro: Tenho medo do escuro...

Não ta fácil

Lucros conjuntos dos maiores bancos privados do país caíram quase 10% em 2023

Itaú, Bradesco, Santander e BTG tiveram lucro líquido de apenas R\$ 67 bilhões no ano passado.

A vida não está fácil pra ninguém...

Até banqueiro está reclamando.

Também pudera, com um 'lucrinho' desses...

Modus

Em investigação envolvendo a família do ex-senador Romero Jucá, ex-mulher, a atual mulher e os filhos, a Polícia Federal descobriu um padrão que se repete entre os corruptos.

Eles contraem milionários empréstimos bancários e pagam as faturas com dinheiro ilícito.

Escrito apenas ontem...

O consumidor não é soberano, como a indústria cultural queria fazer crer; não é o seu sujeito, mas o seu objeto.

- Theodor Adorno, filósofo, sociólogo, musicólogo e crítico musical alemão.

Papo rápido

- Ministro Dias Toffoli pediu investigação da Transparência Internacional...

- Se a Transparência Internacional está sob suspeita, imagine a transparência nacional...

Das redes

Nas redes sociais a turma manda o recado na pura sinceridade:

- Espero que alguém goste dos meus defeitos porque é a única coisa que tenho a oferecer...

Kizuná
Restaurante Oriental

絆

uma nova experiência

almoço & jantar

buffet quilo 11h às 14h

jantar à la carte 18h às 22:30h

rodízio toda sexta-feira 19h às 22h

localização Av. Brasil, 4310 Umuarama - PR.

ilustradaFM
Primeiro lugar em todo lugar! 102.3

RESULTADOS COMPROVAM ILUSTRADA FM LIDERA EM 1º LUGAR

PESQUISA DE AUDIÊNCIA 2023

Pesquisa realizada em Umuarama /PR entre os dias 06 a 23 de outubro de 2023. Realizada por amostragem estatística entre idade, escolaridade, faixa etária e identidade sexual, 542 pessoas foram entrevistadas ao finalizarmos a pesquisa. Pesquisa realizada pela empresa Conexão Pesquisas e Publicidade de Londrina/PR

OBRIGADO UMUARAMA

1º LUGAR 47%

2º LUGAR 33%

3º LUGAR 20%

Mande denúncias, fotos e sugestões de matérias para o

Ilustrado

pelo WhatsApp

9.9913-0130

FISCALIZAÇÃO

Prefeitura de Cruzeiro do Oeste notifica donos de animais soltos na área urbana

Cruzeiro do Oeste – No começo desta semana, a prefeita de Cruzeiro do Oeste, Helena Bertoco esteve em uma ação firme e necessária da administração municipal para notificar pessoalmente os proprietários de gado que estão deixando seus animais soltos em bairros e loteamentos do município. A prefeita informou que a situação se tornou crítica, exigindo intervenção imediata para garantir a segurança da população.

A operação foi acompanhada pelo 7º Batalhão da Polícia Militar e agiu em resposta a inúmeras denúncias e flagrantes de gado solto, inclusive dentro do cemitério municipal. A gravidade da situação demandou uma abordagem conjunta entre a prefeitura, as forças de segurança e a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Na tarde de segunda-feira foram flagradas três cabeças de gado que estavam dentro do cemitério municipal, sendo que duas pessoas foram notificadas e serão submetidas a processos administrativos, incluindo a aplicação de multa.

A Prefeitura informou que os animais que estiverem soltos em perímetro urbano e forem flagrados pela fiscalização serão recolhidos.

E orienta aos moradores que precisarem de mais informações ou que queiram fazer denúncias para que entrem em contato com a ouvidoria municipal no fone (44) 3676-8181.



Prefeita Helena acompanhou de perto a fiscalização



Ao menos três bovinos foram flagrados soltos na cidade

A prefeita Helena adiantou que essa foi apenas a primeira etapa da ação de fiscalização e que ela vai continuar nas próximas semanas para atender às denúncias que estão surgindo em toda a

cidade. E as denúncias aumentaram depois dessa primeira ação. Além do gado, tem também éguas e cavalos que as vezes ficam soltos nas ruas, aumentando o risco de acidentes e colocando em

risco a vida da população. Ela reforça o apelo para os moradores continuarem denunciando as situações de animais soltos em qualquer canto da cidade para que a fiscalização possa ser acionada.

Mais de 10 mil crianças voltam às aulas na Rede Municipal de Ensino em Umuarama



Prefeito Pozzobom e secretária Mauriza participaram da abertura do ano letivo



Umuarama - O ano letivo de 2024 na Rede Municipal de Ensino de Umuarama foi iniciado nesta quarta-feira (7), conforme Calendário Escolar programado pela Secretaria Municipal de Educação. O prefeito Celso Pozzobom fez a abertura simbólica visitando, pela manhã, a Escola Municipal Evangélica e à tarde a Escola Municipal Sebastião de Mattos.

Mauriza Gonçalves de Lima Menegasso, secretária de Educação, relatou que os pais tiveram a oportunidade de conhecer as salas de aulas de seus filhos, em evento organizado em cada uma das unidades educacionais na terça-feira (6). “Professores, merendeiras, secretários, auxiliares de serviços gerais, corpo docente, diretores, enfim, todos os profissionais da Educação iniciam 2024 preparados para um ano de conquistas, um ano especial”, comentou.

A Coordenadora Geral

de Educação, Elisângela Reis, informa que a Rede Municipal de Ensino inicia o ano letivo 2024 com 10.151 estudantes: 1.803 na Educação Infantil (de 0 a 3 anos), 2.316 na Educação Infantil (de 4 a 5 anos) e 6.032 no Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano). “Temos vários casos de irmãos estudando em nossas escolas e CMEIs e hoje escolhemos um trio para representar nossa alegria em podermos atender, com profissionalismo e dedicação: Theo de Oliveira Fontoura, que tem 9 anos e está no 5º ano da Escola Malba Tahan, Raul de Oliveira Fontoura, de 6 anos e está no 1º ano também no Malba, e o pequeno Luan de Oliveira Fontoura, de 9 meses, que está no Berçário do CMEI Jardim Birigui. A todos os nossos estudantes e profissionais desejamos muito sucesso e que 2024 seja um ano inesquecível na vida de todos vocês”, finalizou.

Micropavimentação deve ser finalizada nesta quinta-feira, nas ruas da Zona 2

Umuarama - Aproveitando o bom tempo dos últimos dias, a Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos avançou rapidamente com a micropavimentação asfáltica na Zona 2 e estava prestes a finalizar o serviço na tarde desta quarta-feira, 7. A frente de trabalho revitalizou longos trechos de pavimento nas ruas Goiás, Pará, José Honório Ramos, Cambé, Santa Catarina, Doutor Camargo e Aricanduva, além das avenidas Getúlio Vargas e Rolândia.

A intenção é melhorar as condições de tráfego, levando mais segurança e conforto aos pedestres, ciclistas e condutores de veículos. “Atendendo determinação do prefeito Celso Pozzobom, sempre preocupado com a manutenção e a qualidade do pavimento em nossa cidade, realizamos cerca de 25,5 mil m² de micropavimentação nesta etapa de serviço”, informou o secretário de Obras, Renato Caobianco.

De acordo com o secretário, só em 2024 – portanto, em menos de 40 dias – já foram quase 40 mil m² de obras para melhorar o tráfego urbano de Umuarama, em várias regiões da cidade. O trabalho é coordenado pela Secretaria de Obras



e inclui reperfilamento, manutenção de redes de galerias, bueiros e bocas de lobo.

Além da micropavimentação que deve ser finalizada nesta quinta-feira, 8, na Zona 2, o entorno da Praça do Alto São Francisco recebeu recapeamento asfáltico e parte da avenida Guarani também passou por melhorias, somando mais 4 mil m² de serviços.

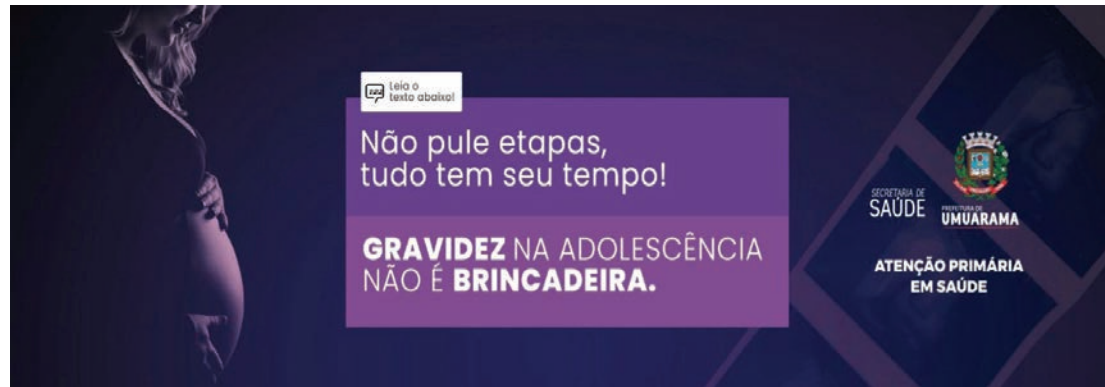
O recape contemplou ainda os bairros Jardim Verde Vale e Moradias Vitória enquanto o distrito de Roberto Silveira está recebendo pavimentação asfáltica – cerca de 3,2 mil m² na extensão da rua Bom Jesus e Praça Umuarama –, tudo isso sob o olhar atento do prefeito Celso Pozzobom, que

acompanha pessoalmente as obras.

“Temos consciência das condições das ruas de Umuarama, por isso aceleramos os projetos para atender mais bairros. O serviço não vai parar. Terminando esta etapa vamos dar continuidade aos projetos e temos obras previstas para breve”, anunciou o prefeito.

E continuou: “Teremos novas etapas de micropavimentação, recapeamento e reperfilamento asfáltico nos próximos meses e também no segundo semestre, algumas delas já em fase de licitação, e além faremos muitos serviços com equipe própria e equipamentos do município, que agora ficarão concentrados na área urbana”, completou Pozzobom.

Praça Miguel Rossafa centraliza ações de campanha de prevenção da gravidez na adolescência



Umuarama - A primeira semana de fevereiro marca a veiculação da campanha nacional sobre a prevenção da gravidez na adolescência. E em Umuarama, para celebrar a data, a Secretaria Municipal de Saúde realiza, por meio da Atenção Primária em Saúde (APS), uma ação de conscientização no próximo sábado (10), das 17h às 20h, na Praça Miguel Rossafa.

A APS vai utilizar como tema ‘Não pule etapas, tudo tem o seu tempo! Gravidez na adolescência não é brincadeira’. “Os últimos dados do Ministério da Saúde sobre o tema revelam que, em 2020, cerca de 380 mil partos foram de mães com até 19 anos, o que corresponde a 14% de todos os nascimentos no Brasil. É algo realmente preocupante e que poderia, em muitos casos, ter sido evitado. Daí a importância de abordarmos esse público de forma clara, direta e

objetiva: não é uma brincadeira”, observa o secretário municipal de Saúde, Edson dos Santos Souza.

Entre outras atividades e ações, a campanha terá panfletagem, orientação, distribuição de preservativos (masculinos e femininos) e principalmente espaço para que adolescentes e jovens fiquem à vontade para esclarecer dúvidas, fazer perguntas e saber um pouco mais sobre métodos contraceptivos, como detalha a diretora de APS, Débora Batista Almeida. “Teremos profissionais da APS e ainda contaremos com apoio do Ambulatório de Infectologia. A mensagem que vamos transmitir pode mudar vidas”, pontuou.

Débora explica que a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência é lei no Brasil e é realizada em fevereiro devido à proximidade com o Carnaval, quando são realizadas campanhas

semelhantes sobre a importância da prevenção de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e aids. “Há alguns anos essa data era comemorada no final de setembro, mas uma proposta do Senado alterou para fevereiro, o que é muito pertinente”, registra a diretora.

SERVIÇO – SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA – ‘Não pule etapas, tudo tem o seu tempo! Gravidez na adolescência não é brincadeira’ – Realização: Atenção Primária em Saúde – Data: 10/02/2024 – Sábado – Horário: Das 17h às 20h – Local: Praça Miguel Rossafa.

Comece o dia bem informado
Assine
Ilustrado
Ligue: 3621:2526

IECONOMIA

Brasileiros ainda não sacaram R\$ 7,59 bilhões de valores a receber

(Ag. Brasil) Os brasileiros ainda não sacaram, até o fim de dezembro, R\$ 7,59 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro, divulgou nesta quarta-feira (7) o Banco Central (BC). Até agora, o Sistema de Valores a Receber (SVR) devolveu R\$ 5,74 bilhões, de um total de R\$ 13,33 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras. As estatísticas do SVR são divulgadas com 2 meses de defasagem.

Em relação ao número de beneficiários, até o fim de dezembro, 17.928.779 correntistas haviam resgatado valores, o que representa apenas 29,4% do total de 60.984.441 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro de 2022.

Entre os que já retiraram valores, 17.016.755 são pessoas físicas e 912.024 são pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 39.952.928 são pessoas físicas e 3.102.734 são pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas que ainda não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber



de até R\$ 10 concentram 63,49% dos beneficiários. Os valores entre R\$ 10,01 e R\$ 100 correspondem a 25,11% dos correntistas. As quantias entre R\$ 100,01 e R\$ 1 mil representam 9,68% dos clientes. Só 1,73% tem direito a receber acima de R\$ 1 mil.

Depois de ficar fora do ar por quase 1 ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a

possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Em dezembro, foram retirados R\$ 191 milhões, queda em relação ao mês anterior, quando tinham sido resgatados R\$ 211 milhões.

Melhorias
A atual fase do SVR tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de solicitação para compartilhamento no WhatsApp e inclusão de todos os tipos de valores

previstos na norma do SVR. Também há uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de um cronograma por ano de nascimento ou de fundação da empresa.

Além dessas melhorias, há a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas

Golpes

O Banco Central aconselha o correntista a ter cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermediação para supostos resgates de valores esquecidos. O órgão ressalta que todos os serviços do Valores a Receber são totalmente gratuitos, que não envia links nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais. O BC também esclarece que apenas a instituição financeira que aparece na consulta do Sistema de Valores a Receber pode contatar o cidadão. O órgão também pede que nenhum cidadão forneça senhas e esclarece que ninguém está autorizado a fazer tal tipo de pedido.

consultas a pessoas vidas, o sistema informa a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também há mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações como valor, data e CPF de quem fez o pedido.

Fontes de recursos
Também foram incluídas fontes de recursos esquecidos que não estavam nos lotes do ano passado. Foram acrescentadas contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas, con-

tas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas e outros recursos disponíveis nas instituições para devolução.

Além dessas fontes, o SVR engloba os valores, já disponíveis para saques no ano passado, em contas corrente ou poupança encerradas; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito; recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados; tarifas cobradas indevidamente; e parcelas ou despesas de operações de crédito cobradas indevidamente.

Diretor-geral da OMS fala em ‘ressurgimento global’ da dengue

(AE) - O diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom, afirmou, nesta quarta-feira, 7, que o surto de dengue visto no Brasil é parte de um grande aumento em escala global. Adhanom parabenizou o Brasil pela resposta à doença e por inserir a vacina contra a dengue no país, e disse que a organização pretende auxiliar no processo de desenvolvimento de imunizantes. O diretor da OMS está no Brasil desde o início da semana e se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira.

“Existe um surto global, a OMS está recebendo relatórios de 80 países em todas cinco regiões, exceto a Europa. Existe um ressurgimento global da dengue, e achamos que isso tem a ver com a mudança climática”, afirmou o diretor-geral da OMS.

Adhanom afirmou que o Brasil tem feito o melhor para conter a doença e mencionou a necessidade de aumentar a produção de vacinas. Ele citou o protagonismo brasileiro na produção de vacinas contra a covid-19, reforçando que o País é fundamental na promoção do acesso a imunizantes por países mais pobres.

“O Brasil está fazendo o melhor que pode. O foco é no controle de vetores, mas

há também vacinas produzidas pelo Brasil. É claro que o volume da produção precisa aumentar, mas, com o trabalho que está sendo desenvolvido no momento, acho que a dengue vai estar sob controle em breve”, disse, complementando:

“O Brasil é um dos países que está trabalhando na produção local (de vacinas). Isso é bom para o Brasil, mas é bom principalmente para países de renda baixa e média.”

Tedros Adhanom mencionou instituições científicas importantes do país, como o Instituto Butantan e a Fiocruz. Ele afirmou que a OMS tem trabalhado em uma parceria com o Butantan “com vistas a explorar uma nova via de colaboração para acelerar a produção local de novas vacinas avançadas aqui no Brasil.” Na última segunda-feira, o diretor-geral da OMS se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. Na ocasião, Adhanom mencionou a possibilidade de o Brasil ser fornecedor de vacinas contra dengue. Atualmente, o Instituto Butantan está em fase final de desenvolvimento do imunizante. A única vacina aprovada no Brasil contra a doença até o momento é a Qdenga, do laboratório Takeda.

O que se sabe sobre o desaparecimento misterioso do menino de 6 anos

(AE) - A Polícia Civil do Rio de Janeiro ainda não tem informações precisas sobre o que aconteceu com Edson Davi Silva de Almeida. O menino de 6 anos desapareceu na praia da Barra da Tijuca em 4 de janeiro enquanto acompanhava o pai, que trabalhava em uma barraca no local. No último domingo, dia que completou um mês do desaparecimento, familiares realizaram um protesto para cobrar respostas das autoridades.

A família acredita na hipótese de sequestro. A Polícia Civil, porém, crê em afogamento. “Foram analisadas imagens de 13 câmeras de segurança localizadas ao redor da orla, em um perímetro de dois quilômetros. Não há registro de imagens que mostram ele saindo da praia”, afirma a corporação.

Nas redes sociais, a família mantém ativamente postagens sobre o caso e descarta a linha de investigação adotada pela Delegacia de Descoberta de Paradeiros (DDPA), responsável pelo caso. “Não vamos aceitar a hipótese de afogamento sem teste-

munhas e sem encontrarem o corpo”, afirma a mãe, Marize Araújo, em um post.

A polícia aponta as condições adversas do mar, imagens que precedem o desaparecimento e relatos de testemunhas para corroborar com a sua linha de investigação. “Uma testemunha narrou ter visto o menino entrar três vezes no mar, tendo o pai, inclusive, chamado a atenção”, destaca a polícia.

Um homem que trabalhava com o pai da criança, em depoimento, afirmou que também teria pedido para que o menino saísse da água por causa das condições do mar.

Na última semana, foi encontrada uma ossada na mesma região em que Edson Davi desapareceu. Após avaliação do material biológico, perícia do Instituto Médico Legal (IML) afirmou se tratar da ossada de um animal.

As investigações continuam a cargo da Polícia Civil do Rio de Janeiro sob o comando da DDPA, que, no último mês, averiguou denúncias de possíveis paradeiros do menino. Nenhuma delas, no entanto,

O dia do desaparecimento

Os trabalhos em torno do desaparecimento começaram ainda em 4 de janeiro, no fim da tarde, quando o pai, Edson dos Santos Almeida, notou a ausência do filho no entorno da barraca em que trabalhava. Imediatamente, frequentadores da praia colaboraram na tentativa de localizar Edson Davi, que foi visto pela última vez jogando futebol com outras crianças.

A Polícia Civil estipulou a sequência dos eventos que aconteceram no dia a partir de registros de câmeras de segurança e relatos dos frequentadores da praia.

14h: pediu em uma barraca vizinha a do pai uma prancha, o pedido foi negado já que o mar estava revoltado e sinalizado;

14h30: Edson Davi e o pai compram açaí juntos;

14h37: o menino é registrado brincando próximo ao mar;

15h26: homem que trabalhava com o pai da criança diz ter pedido para que ele saísse da água;

15h56: ele vai ao calçadão sozinho e retorna à barraca vizinha a do pai;

16h: é visto jogando bola com outras crianças que estavam acompanhadas de um homem;

16h50: a família das crianças que estavam com Edson Davi vai embora;

17h47: o pai retorna ao quiosque onde compraram açaí a procura do filho.

se provou verdadeira. “Diversas linhas de investigação foram consideradas e

todas as denúncias foram apuradas, inclusive em outros Estados”, afirmam.

CASOS EM ALTA

O Brasil tem vivido uma alta no número de casos de dengue desde o final do ano passado. Somente em 2024, o Brasil acumula 364 855 casos prováveis da doença e 40 mortes. Na terça-feira, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, fez um pronunciamento em rede nacional para convocar a população a auxiliar no combate e na prevenção à dengue. Durante coletiva de imprensa, Nísia afirmou que descarta, no momento, um decreto de emergência nacional. “Nós estamos com uma coordenação das operações de emergência já instaurado desde sábado. Neste momento, essa é a estratégia do ponto de vista nacional que consideramos adequada. Temos que ver que, em um país com as dimensões do Brasil, e com diferenças socioambientais, regimes de chuva, nesse momento não faz sentido (decretar) uma emergência nacional. O que não quer dizer que não estejamos em estado de alerta de preocupação nacional”, disse.

Brasília, (AE) - O PRD - partido formado no final do ano passado a partir da fusão entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Patriota - acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a modelagem no Renovabio - programa lançado pelo governo federal em 2017 com o objetivo de alcançar metas de descarbonização para o setor de combustíveis. A ação foi protocolada na

última segunda-feira, 5, e distribuída ao ministro Kássio Nunes Marques.

A legenda argumenta que a exigência do cumprimento das metas recai somente sobre os distribuidores de combustíveis fósseis e, por isso, viola a isonomia desses agentes em relação aos demais integrantes da cadeia de combustíveis. O partido quer que a

norma seja suspensa antes de 31 de março, quando vence o prazo para apresentar a comprovação de redução das emissões.

“As distribuidoras deverão aposentar 37,47 milhões de Créditos de Descarbonização (CBIOs), o que equivale - levando-se em conta a média anual do valor do CBIO - ao custo de cerca de R\$ 5 bilhões a ser suportado apenas

por esses agentes do setor de combustíveis fósseis”, afirmam os advogados na petição. O PRD argumenta, ainda, que a política é “ineficiente, assimétrica e com graves reflexos negativos de cunho ambientais, sociais e econômicos”. De acordo com a legenda, o custo será repassado ao consumidor final e, consequentemente, a política causará um aumento no preço da gasolina.



Rodrigo Lombardi e Juliana Paes / Isac Luz-RG

1) Como se chamavam os personagens interpretados por Rodrigo Lombardi e Juliana Paes na novela “Caminho das Índias”?

- a) Barat e Mya
- b) Raj e Indira
- c) Raj e Maya
- d) Omar e Laksmi

2) Quem interpretou o Alfredo Lorota, em “Ribeirão do Tempo”, novela que foi exibida pela Record TV?

- a) Thelmo Fernandes
- b) Tião D’Ávila
- c) Taumaturgo Ferreira
- d) Caio Junqueira

3) Miguel foi personagem de Floriano Peixoto em qual dessas produções?

- a) “Chamas da Vida” (Record)
- b) “Malhação” (Globo)
- c) “Renascer” (Globo)
- d) “Poder Paralelo” (Record)

4) Qual dessas atrizes interpretou a Augusta, mãe de Júlia (Natália do Vale) em “Negócio da China”?

- a) Eva Todor
- b) Nicete Bruno
- c) Nathália Timberg
- d) Nívea Maria

5) A personagem Serafina foi interpretada por Carla Marins em qual desses folhetins?

- a) “Pedra Sobre Pedra” (Globo)
- b) “Uma Rosa Com Amor” (SBT)
- c) “As Tontas Não Vão Para o Céu” (SBT)
- d) “A Lei e o Crime” (Record)

(Respostas: 1-c / 2-b / 3-a / 4-c / 5-b)

Ainda sobre a monarquia britânica

A intenção do Príncipe William era se afastar momentaneamente de seus compromissos e dar atenção à sua esposa, Kate Middleton que se recupera em casa de uma cirurgia no abdômen, mas com o repentino diagnóstico de câncer do pai, ele precisou voltar ao seu posto e já está cumprindo apertada agenda de compromissos. E quanto a Kate Middleton, ela está afastada de seus afazeres públicos, mas tem trabalhado em casa. Ela retornará oficialmente depois da Páscoa.

Preocupante

O ator Edson Caldas Barboza, que atuou na novela “Gênesis”, da Record, e atualmente trabalhava como entregador de aplicativo, ainda está desaparecido. Ele foi visto pela última vez no dia 02 de fevereiro, quando saiu de um bar no bairro Coelho Neto, no Rio de Janeiro, na companhia de um desconhecido que chegou ao local chamando o ator pelo nome e, em seguida, eles saíram juntos no carro de Edson. A polícia investiga o caso.

Por Artur Bentlin / GB Edições
colunacanalafama@yahoo.com.br

Horóscopo

Áries Para vencer uma fase difícil você deverá agir com muita cautela, otimismo, inteligência e vivacidade, para que tudo saia a seu modo. Tome cuidado com os inimigos declarados.	Libra A impulsividade será negativa para a carreira profissional. Vá com calma e não tome atitudes sem pensar. Confiar em Deus, que tudo dará certo. Você tem que ter mais fé.
Touro Tem tudo para conseguir vencer, então, nada de cruzar os braços. Vá à luta mostre aos outros todo o seu valor! Tire um tempo para participar de um curso ou seminário de especialização.	Escorpião Livre-se do pessimismo e de certa tendência a melancolia. Dê vazão ao seu lado amoroso e romântico. Bons momentos ao lado da pessoa amada poderão lhe fazer muito bem.
Gêmeos Aproveite este momento para demonstrar suas emoções. Se der, descanse à tarde ou à noite. Procure não ficar nervoso. Não se preocupe tudo dará certo, é só agir com honestidade.	Sagitário Dependerá de você obter uma boa posição no campo profissional. Aproveite a ótima fase. Não faça nada que possa prejudicar seu colega. Seja paciente e aja com menos arrogância.
Câncer Ouç a sua intuição, ela saberá indicar-lhe qual o melhor rumo a seguir. Uma atitude reservada poderá protegê-lo e livrá-lo de fofocas. Não seja superficial, se pedirem sua opinião.	Capricórnio Mantenha a fé e o bom humor. Seja mais paciente e saiba esperar pelo momento certo das coisas acontecerem. Paciência é o segredo de uma vida longa e feliz.
Leão Neste período poderá firmar acordos vantajosos, mas tudo vai depender de sua maneira de negociar. Tente ser imparcial e flexível o tempo todo. Seja mais diplomata. Aja honestamente.	Aquário Você estará mais consciente da necessidade de planejar sua vida, percebendo as limitações de tempo e da realidade. Dessa forma, a necessidade de realização será imprescindível.
Virgem Seus planejamentos e cronogramas devem ser feitos com muita calma e atenção para não escapar nenhum detalhe. Lembre-se de colocar um pouco de leveza nas palavras e atitudes.	Peixes Aproveite o momento para cuidar de sua saúde e de seu bem-estar. A força do impulso está em si e só você pode criar as circunstâncias propícias à realização dos seus projetos.

Resumo das Novelas

(ATENÇÃO: OS RESUMOS DOS CAPÍTULOS ESTÃO SUJEITOS A MUDANÇAS EM FUNÇÃO DA EDIÇÃO DAS NOVELAS)

A GATA - 16h30, no SBT
Esmeralda chora, desolada, ao sentir que perderá seus filhos, e acredita que Paulo a abandonou, ela pensa em ir para longe com seus filhos. Garibaldi se nega a assassinar Paulo e pergunta a Gisele o real motivo de ela quer-lo morto, se diz amá-lo. Gisele diz que precisamente por amá-lo quer que ele morra, pois ele não é para ela, e assim não será para ninguém. Paulo se surpreende ao ver Gisele, ela diz que foi até ele para matá-lo, e dispara. Ao ver Paulo desacordado, Gisele fica histérica e acredita que ele esteja morto.

ABISMO DA PAIXÃO - 17h15, no SBT

Ingrid diz a Edmundo que o ama, mas precisa deixá-lo porque Ramiro a agrediu por ter amado outro homem que não ele. Ingrid pede que Edmundo a esqueça e não tente provocar Ramiro, pois ele descontaria em seu filho. Na igreja, Ramona e Almerinda se encontram. Ramona pede que a senhora a escute, já que precisa revelar o que descobriu sobre o acidente que matou Rogério e Estefânia. Almerinda se nega a ouvi-la. Elisa e Gael vão ver Ingrid na fazenda de Ramiro, mas ela se nega a recebê-los. Ramiro os expulsa e ameaça com uma arma. Ao ver Ingrid machucada, Elisa propõe que ela fuja com eles.

MINHA FORTUNA É TE AMAR - 18h15, no SBT

Andrea pede à mãe para terminar com Chente ou ela não a verá novamente. Juanga recebe o apoio de todos na oficina, após seu término com Olga e ela quer que Sinba acabe com a vida de Natália. Natália pede a Pepe para ir ao ritmo de Regina e permite que ele seja namorado da filha. Vicente e Benjamin promovem bolos espanhóis no bairro e Natália fica mais apaixonada pelos dois. Natália impede Olga de beijar Vicente e deixa claro que ele agora está com ela; Vicente leva Natália para um lugar romântico e eles fazem amor.

ELAS POR ELAS - 18h20, na Globo

Roberto dá um prazo para Lara e as filhas deixarem a casa. Mário incentiva Lara a dar a volta por cima contra Roberto. Helena faz uma proposta para Jonas, e Giovanni se incomoda com a presença da mãe no hospital. Sérgio confirma que Míriam era cúmplice de Danilo. Roberto demite Tony e Aramis. Raquel, Evilásio e Mário recebem Lara e Yeda em sua casa. Cris exige que Helena a abrigue. Ísis desmaia, e Carlinhos se desespera. Edu se surpreende ao encontrar Lara e Yeda na casa de Mário. Ísis descobre que está grávida.

FUZUÊ - 19h30, na Globo

Pascoal manda Preciosa embora de sua casa sem dar explicações. Bebel decide comprar as cotas de Luna. Barreto diz a Miguel que acredita na inocência de Nero. César repreende Preciosa por ter procurado Pascoal. Luna pede para Julião continuar ajudando na produção das bijoias. Bebel anuncia a César e Preciosa que comprará as cotas de Luna na joalheria. Mercedes desmaia de emoção em encontro com Lampião. Bernardo pede para morar com Bebel. Miguel pede ajuda de Cecília para provar a culpa de Pascoal no golpe que Maria levou. Preciosa questiona Pascoal sobre a morte de Gonçalo.

A INFÂNCIA DE ROMEU E JULIETA - 20h45, no SBT

Amanda relembra Bernardo do caso que eles tiveram no passado e revela que Téó é filho dele. Bernardo afirma que tinha o direito de saber da paternidade antes. Amanda não quer que a família Monteiro saiba, mas que agora, ela precisa salvar a vida do Teó. Enzo dispensa Mariana e Vera do hospital e Amanda chega com Bernardo. Daniel assume para Domitila que não sente o amor da mesma intensidade que ela sente e Domitila resolve terminar. Daren convida Pórcia para sair, mas sem o Fausto. Bernardo visita Téó no quarto e conversa com o garoto que está desacordado; Enzo entra no quarto e o clima fica intenso. Bernardo doa o sangue e Amanda pede para ele ir embora do hospital. Amanda fica preocupada se Bernardo vai pedir a guarda de Téó.

RENASCER - 21h15, na Globo

Eriberto arromba a porta do apartamento de Eliana e a encontra desmaiada. Eliana diz a Venâncio que quer construir uma família com ele. José Inocêncio reclama com Padre Santo por ainda sustentar dois dos três filhos que já são formados. Mariana convence José Inocêncio a deixá-la viajar com ele. João Pedro diz a Morena que acha que Mariana está gostando de José Inocêncio. José Inocêncio se lembra de Maria Santa ao observar Mariana dormir.

Filmes - 08/02/2024

(A programação de filmes está sujeita a alterações sem o prévio aviso)

Motoqueiros Selvagens (Wild Hogs) 15h00, na Globo, EUA, 2007. Direção de Walt Becker. Com John Travolta

Macy William H., Martin Lawrence, Tim Allen. Quatro amigos de longa data se reencontram com um desejo em comum: largar suas vidas chatas e problemáticas. Atrapalhados, eles saem sem rumo pelas estradas, incorporados numa gangue de motociclistas. A aventura ganha mais emoção quando os rivais Del Fuegos decidem desafia-los.

Os bastidores

Numa recente entrevista, a atriz Uliana Lima contou que ela fez uma das últimas gravações de suas cenas em “Renascer” com fortes dores nas costas. Tanto que, quando encerrou o trabalho, ela foi levada ao hospital para ser medicada. A artista aproveitou para dizer também que o final de sua participação foi emocionante; ela interpretou Morena, na primeira fase da trama. E foi bastante elogiada por seu desempenho, tanto que já se prepara para novos desafios. Na fase atual de “Renascer”, Morena é vivida por Ana Cecília Costa.

A terceira temporada de “Origem”

A série é uma das mais festejadas do Globoplay e vai ganhar a terceira temporada. Quem confirmou a notícia foi o ator Harold Perrineau, o mesmo que interpreta o “xerife” Boyd Stevens que luta para manter a ordem na estranha e misteriosa cidade. A estreia poderá acontecer ainda neste semestre. É esperar e conferir.

Bonzinho

Numa recente entrevista, o ator americano Tom Hanks disse que não interpreta vilões no cinema. Ele contabiliza 40 anos de carreira e sempre foi tido como uma “pessoa boa” na vida real e não parece mesmo interessado de emprestar seu talento para fazer personagens sombrios.

Tragédia

Durante as filmagens de “Wonder Man”, uma produção da Marvel Studios, ocorreu uma tragédia que paralisou os trabalhos. Um dos funcionários, membro da equipe técnica, sofreu uma queda quando montava um dos cenários; ele caiu de uma viga no teto e teve morte imediata. Muito triste.

Poderosa!

Juju Salimeni acaba de comprar um carrão que custou cerca de quatro milhões de Reais. Trata-se de um Lamborghini Urus, maravilhoso. Ela comemorou a aquisição numa rede social. “Hoje é um dia muito especial pra mim! Depois de 15 anos de carreira realizei o meu maior sonho material: uma Lamborghini Urus! Zerei o game”, escreveu a musa.

Festa

O cantor e ator Xamá organizou festa em sua casa para celebrar a novela “Renascer” ao lado de alguns de seus colegas de elenco. No enredo, ele faz o Damião. O artista não esconde o seu entusiasmo com os novos desafios em sua carreira. Xamá contracena principalmente com Marcos Palmeira, Juan Paiva e posteriormente com Sophie Charlotte.

Linda e radiante

A maravilhosa Cláudia Ohana completou 61 anos exibindo fôlego invejável. A atriz decidiu comemorar a data em Porto de Galinhas e está curtindo o que o sol do Pernambuco tem de melhor. Ela tem compartilhado alguns vídeos e cliques da paisagem local que é exuberante. Vale lembrar que o último trabalho de Ohana nas novelas foi em “Vai Na Fé”.

Na dela

Meghan Markle e os filhos ficaram na Califórnia enquanto o Príncipe Harry foi para Londres, a fim de visitar o pai, Rei Charles III, diagnosticado com câncer em estágio inicial. A permanência dela nos Estados Unidos reforçaria uma declaração de tempos atrás; Markle afirmou que não voltaria ao Reino Unido. A saúde do monarca britânico tem gerado muitas especulações e há quem cogite até mesmo a abdicação do rei em favor do filho, Príncipe William, o primeiro na linha de sucessão.

“Agente Noturno” ganhou continuação

Com cenas feitas em Nova York, Washington D.C. e Tailândia, vem aí a segunda temporada da série “Agente Noturno”, produzida pela Netflix. Os fãs da produção agora encontrarão o agente Peter Sutherland (Gabriel Basso) envolvido em perigosas investigações que prometem tirar o fôlego. Bom de ver.

No “Rock in Rio”

A cantora Katy Perry foi confirmada no “Rock in Rio” deste ano. Ela se apresentará no palco do evento no dia 20 de setembro. A artista esteve no Brasil em 2018, com sua turnê “Witness”, e agora a sua volta ao

PASSATEMPO

www.arecreativa.com.br

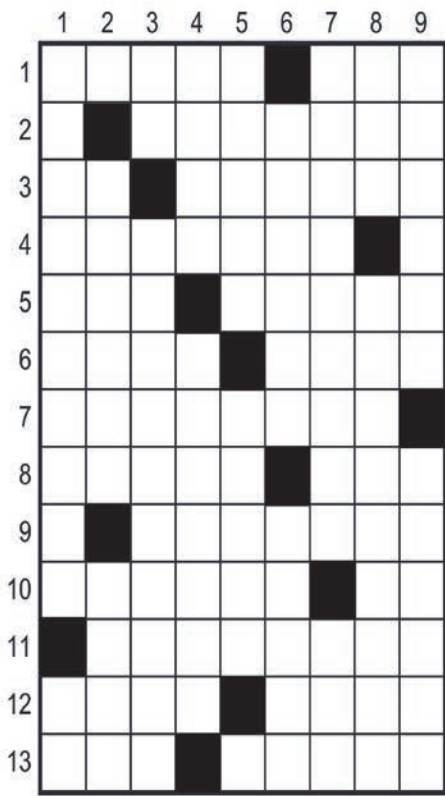


HORIZONTAIS

1. A humanidade ou uma coletividade em seu conjunto / Ponto extremo
2. Que passou por teste, verificação
3. Adélia Prado / Comover, impressionar afetivamente
4. Névoa baixa e fechada
5. Abreviatura de senhora / O mundo em..., miniatura
6. Aplica-se punindo / Erva odorífera, de largo uso em culinária
7. Capacidade ou direito de entrar
8. Distensão física e psíquica / Tribunal Superior do Trabalho
9. Ostentação de luxo
10. Espaço fechado / Sigla de Roraima
11. Alterar profundamente
12. Móvel para as refeições / Um ingrediente de sarapatel
13. Carteira Nacional de Habilitação / Os pequenos ofícios por onde sai o suor

VERTICAIS

1. Exalar suor / Mil e cem... romanos
2. Contínuo, sem interrupção / Viviram nele Adão e Eva
3. Distrito Policial / País asiático, com capital Daca
4. Expresso verbalmente / Insidia armada com malícia
5. A capital búlgara / Sem erros
6. O conjunto das duas narinas / Buraco de grandes proporções
7. Não luta contra o destino / Colocar, botar
8. Partida / Sinal gráfico em forma de vírgula elevada
9. Vagabundo / A atriz carioca Fernanda, de “Os Normais”



Soluções



Compre pelo site

ou pelo telefone

arecreativa.com.br

0800 035 1422

ICICLISMO

Equipe de Umuarama conquistou a liderança do Ranking Noroeste MTB na primeira etapa

Umuarama - A equipe Dias Bike/Fusão de Ciclismo/MTB Club/Smel representou Umuarama na primeira etapa do Ranking Noroeste MTB do Paraná – edição 2024, realizada domingo passado na cidade de Mandaguaçu. A tradicional prova de Mountain Bike teve mais de 650 atletas inscritos, sob a supervisão da Federação Paranaense de Ciclismo, e contou pontos para o ranking da Confederação Brasileira da categoria.

Com a participação de 45 atletas, Umuarama foi maior equipe em número de competidores e conquistou a liderança em cinco modalidades do ranking paranaense, assumindo o primeiro lugar geral por equipes já na primeira etapa. “Nossa intenção é buscar o tricampeonato e estrearmos muito bem com os atletas Marcos Laia, Mizael Fazolin, José Dirceu Giansante, Roberto de Souza e Amanda Santos”, informou Zé Renato Garcia, um dos diretores da equipe.

O objetivo do Ranking Noroeste é estimular a prática esportiva com três categorias (percursos diferenciados): Light, Sport e Pro. A cada ano os campeões da Light e da Sport



O ciclista José Dirceu Giansante foi 1º lugar no Sport Veterano

passam ao nível superior, promovendo o aperfeiçoamento dos atletas com os treinos, sempre em busca de novos desafios.

A categoria Pro Elite conta pontos para o Ranking Nacional. Com isso, somente atletas federados podem participar. Há também o ranking de equipes, que estimula os times na competição. O Ranking Noroeste terá quatro etapas em 2024 – Mandaguaçu (4/02), Alvorá do Sul (10/03), Japurá (7/04) e a final em Umuarama (19/05).

“A Equipe Dias Bike/Fusão/MTB Club/ Smel

Umuarama agradece o grande apoio da Prefeitura, especialmente da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (Smel) e das empresas patrocinadoras. Tudo isso é importante para representarmos bem o nome de Umuarama nas competições de MTB, Strada e XCO”, afirmou o diretor.

Zé Renato agradeceu especialmente ao prefeito celso Pozzobom, ao secretário de Esporte e Lazer, Anderson Garpareto (Gaspar) e aos patrocinadores Dias Bike, Orthodontic, Baterax, TK Acabamento, 9Cinco Barbearia, RVR Ro-

das, Extratus Farma, Dias Motos, Rede Colonial, Bio-nova, Clínica Santa Cecília, Construmil, BK Celulares, FA MIX, Alecrim Dourado, Uvel, Panificadora Genial, Pedal Parceiro, Inove Academia, Clínica Equilíbrio, Lessandra Zepolato Nutricionista, Cardio Clin e portal O Bemdito.

“É muito importante esse apoio dos patrocinadores, pois temos muito gastos para ir às competições e ainda estamos necessitando de apoio para carretinhas de transportes, pois são no mínimo 40 bicicletas em cada prova

e temos apenas com 18 lugares”, completa o diretor Zé Renato.

ATLETAS

Umuarama foi representada em Mandaguaçu pelos atletas Jessica Freitas, Elizângela Cristina Gonçalves, João Vitor Lorençato, Danilo Rigobello, Eduardo Rocha, Rodrigo Ventrini, Thiago José, Leonardo Alves Bilanche, Márcio José Silva, Márcio Riva dos Santos, Alessandro Mulato, Eduardo Junio Franzin, Leandro Pereira Mace-na, Maykon Roberts dos Santos, Roberto de Souza Alves, Mizael Fazolin, Adalberto Carlos Rigobello, José Dirceu Giansante, Amanda Santos, Jessica Larissa

Bertipaglia, Débora Sereia, Priscila Rodrigues de Me-deiros, Tatiane Mancini, Gustavo Henrique Nunes da Silva, Mateus Ribeiro, Rafael de Oliveira Salles, Leonardo Ribeiro, Marcos Vinícius Almeida, Thiago Minucelli Barbosa, Wesley Adriano Batista Paz, João Paulo Dionizio Guarnieri, Paulo Henrique Guedes, Rafael Rocha da Silva Go-mes, Ricardo Dal Secco Geraldo, Alcino Pimentel, Alex Sandro Barbosa, Edson Reggiani, Thiago Simões, Ademar Bispo da Costa, Márcio Rocha, Odair Ribeiro, Reginaldo Araújo da Silva, Marcos Laia, Rodrigo Rosa Rocha Medeiros e Zé Renato Maldonado Garcia.

IVENCEDORES

Mizael Fazolin, 1º lugar do Sport Sub-55; José Dirceu Giansante, 1º no Sport Veterano; Roberto de Souza Alves, 1º no Sport Sub-50; Jessica Freitas da Silva, 2º lugar na Sport Fem até 39 anos; Elizângela Santos Gonçalves, 3º na Sport Fem Sub-45; Amanda Santos, 1º lugar na Light Fem até 39 anos; Marcos Laia, 1º na Light + 50; Tatiane Mancini, 2º na Light Fem + 40; Leonardo Ribeiro, 2º na Light 23/29; Ricardo Dal Secco, 3º na Light 35/39; Marcos Vinícius dos Santos, 3º na Light 23/29; Priscila de Medeiros, 3º na Light Fem + 40; Rafael de Oliveira Salles, 3º na Light 17; Odair Ribeiro, 3º na Light 45/49; Márcio Rocha, 4º na Light 45/49; e Thiago Simões, 5º lugar na categoria Light 40/44 anos.

Cidade Gaúcha realiza o 69º Campeonato de Férias com recorde de equipes

Cidade Gaúcha – A Secretaria de Esportes de Cidade Gaúcha está pro-

movendo a 69º edição do Grandioso Campeonato de Férias de Futsal, uma

tradição no município.

A competição ocorre entre fevereiro e março deste ano com a participação de 27 equipes, sendo 4 equipes de Cidade Gaúcha e 23 convidadas, um recorde em participação. O secretário Ricardo Morzele diz que

o foco é a organização e a boa recepção dos cidadãos e cidadãs de Cidade Gaúcha que estão lotando o Ginásio de Esportes Tancredo Neves para acompanhar as partidas que mantêm um ótimo nível de competição e profissionalismo.

O campeonato está tendo rodadas todos os dias da semana de segunda a sexta com 3 partidas por rodada com início às 20 horas.

O Secretário Ricardo Morzele agradece a todos os funcionários da Secretaria de Esporte e,

principalmente, ao prefeito Henrique Domingues que desde o início de seu mandato vem apoiando o esporte em Cidade Gaúcha, numa parceria com a Câmara de Vereadores e outras autoridades do município.

CHAVE "A"	CHAVE "B"
01 – BOTAFOGO FC (CIDADE GAÚCHA)	01 – RETICAR/NACAR (CIDADE GAÚCHA)
02 – SERNET/MONTERREY (UMUARAMA)	02 – S. MÔNICA FUT/BETGREE (SANTA MÔNICA)
03 – SPEED GRAPHICA (CIANORTE)	03 – CAMA INBOX (UMUARAMA)
CHAVE "C"	CHAVE "D"
01 – TUNEIRAS FUTSAL (TUNEIRAS DO OESTE)	01 – PLANALTIMA DO PR FUT (PLANALTIMA DO PR)
02 – TB CANAL BR (ALTO PIQUIRI)	02 – RABELO FUTSAL (CIDADE GAÚCHA)
03 – SÃO TOMÉ (SÃO TOMÉ)	03 – SUPER CALHAS (SANTA ISABEL DO IVAÍ)
CHAVE "E"	CHAVE "F"
01 – P.FOGUINHO/MER.SUALDINI (N.OLÍMPIA)	01 – GUIBON FOODS/TAPEJARA (TAPEJARA)
02 – SÃO MANOEL PR (SÃO MANOEL DO PR)	02 – PREFEITURA DE JAPURÁ (JAPURÁ)
03 – MEDEIROS FUTSAL (LOANDA)	03 – CONVENIÊNCIA NOTA 10 (SÃO MANOEL DO PR)
CHAVE "G"	CHAVE "H"
01 – PSG (CIDADE GAÚCHA)	01 – REC/REVELAÇÃO (RONDON)
02 – VAQUEIROS FC (RONDON)	02 – MARIA HELENA FUTSAL (MARIA HELENA)
03 – ENZURENTOS (CIDADE GAÚCHA)	03 – JUSSARA FUTSAL (JUSSARA)
CHAVE "I"	
01 – ESPERANÇA NOVA (ESPERANÇA NOVA)	
02 – COTAFACIL (UMUARAMA)	
03 – CHAPE SUB 20 (UMUARAMA)	

Estão participando do campeonato as seguintes equipes:



Chap Sub-20 Umuarama



Equipe de Esperança Nova



Posto Foguinho da cidade de Nova Olímpia



Equipe Rabelo de Cidade Gaúcha



Equipe Medeiros de Loanda



Equipe de arbitragem da competição

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



MUNICÍPIO DE GUAÍRA

PARANÁ/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 013/2024

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos esportivos, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, desse município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 22/02/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 22/02/2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 22/02/2024

Os editais e demais anexos, poderão ser obtidos através do site www.guaíra.pr.gov.br no link Processos Licitatórios e/ou pelo site <https://blil.org.br>. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Telefone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaíra.pr.gov.br. Publique-se. Guaíra (PR), em 06 de fevereiro de 2024.

Graziela Barbosa de Azevedo / Pregoeira

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

APAR - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE AÍTO PIQUIRI E REGIÃO

Convoque-se todos os interessados para a Assembleia Geral de sua Constituição (fundação), a realizar-se em:

DATA e HORA: 21/02/2024 às 18:30h

LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores

ENDEREÇO: Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2131

com os seguintes assuntos:

1. Eleição da Nova Diretoria e do Conselho Fiscal;
2. Alteração da finalidade da associação;
3. Alteração do nome da associação;
4. Leitura, Análise e aprovação do estatuto social;
5. Assuntos gerais.

Alto Piquiri-PR, 06 de fevereiro de 2024.

LUCIANO JULIO PETENO DE MATOS

Presidente da Assembleia

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

AMOM – Associação de Moradores de Mirante

Nº CNPJ: 04.544.022/0001-73

A AMOM – Associação de Moradores de Mirante, com sede na Rua Izabel Altero, Sn, através de sua Diretoria, devidamente representada por seu Presidente Dr. JESUINO RUIZ CASTRO, CONVOCA através do presente edital, todos os demais Associados para a Assembléia Geral Extraordinária, de acordo com os arts. 15 e 21 do Estatuto Social, que será realizada em Alto Piquiri, no dia 21/02/2024, às 18:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores na Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2131, com as seguintes ordens do dia:

1. Eleição da Nova Diretoria e do Conselho Fiscal;
2. Alteração da finalidade da associação;
3. Alteração do nome da associação;
4. Leitura, Análise e aprovação do estatuto social;
5. Assuntos gerais.

Em segunda chamada, a Assembleia Geral Extraordinária se instaura com qualquer número de participantes Associados ou não Associados. Contando com a presença e participação de todos, subscreve-se o presente edital de convocação.

Alto Piquiri-PR, 06 de fevereiro de 2024.

JESUINO RUIZ CASTRO

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

Estado do Paraná

Guaíra - Pr., em 07 de fevereiro de 2024

EDITAL DE CONVITE Nº 001/2024

Ref. Audiência Pública – registrado no memorando online sob o nº 614/2021

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, Sr. HERALDO TRENTO, vem por intermédio deste expediente, convidar a Comunidade Guairense para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA referente a apresentação e avaliação das metas finais do 3º quadrimestre de 2023 do Poder Executivo Municipal, e igualmente da prestação de contas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde concernente ao 3º quadrimestre de 2023, o que faz em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e a LOM – Lei Orgânica Municipal, conforme programa:

Data: 28.02.2024 (quarta-feira);

Horário: 16h00min – pontualmente;

Local: Câmara Municipal de Vereadores, sito a Praça João XXIII, nº 200 – Centro – Guaíra – Paraná.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 07 de fevereiro de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

12/2023

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	2.106.530,00	1.227.556,57	879.141,43
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	2.100.030,00	1.197.715,97	902.284,03
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.500,00	29.642,64	-23.142,64
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre (e)	SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e+f))
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
DESPESAS DE CAPITAL	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
Investimentos	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
Transferências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMENS DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (II) = (II - (III + IV))	2023 (II) = (II - (III + IV))	SALDO ATUAL (II) = (IIII - (III + IIII))
VALOR (II)	3.014,64	629.701,46	432.715,50

Dércio Jardim Júnior

Prefeito Municipal

Renato Aparecido G. Jorge

Contador CRC/PR - 046880/O-2

Elías Sobreiro dos Santos

Controlador Interno

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná

ATO DA MESA Nº. 002/2024, de 5 de fevereiro de 2024.

Dispõe sobre o arquivamento de Projeto Legislativo não apreciado.

O Presidente da Câmara Municipal em conjunto com os demais Membros componentes da Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições administrativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno da Câmara, em especial art. 33, inciso XV e art. 133, bem como o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil.

RESOLVEM:

Art. 1º - Fica arquivado o Projeto de Lei nº. 004/2023 de autoria do Vereador Alisson Giovani Goes, protocolado sob nº. 014/2023 em 24/05/2023, pois até a presente data se acha sem parecer e sem qualquer ato de apreciação legislativa.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, 5 de fevereiro de 2024.

VALDECIR ANDRADE DA SILVA

Presidente

SILVIA FERREIRA MENEZES BONIFÁCIO

Vice-Presidente

EDUARDO DE SOUZA

Primeiro Secretário

HAROLDO PIRES RAMOS

Segundo Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 007/2024

Dispõe sobre as datas de vencimento de tributo municipal – IPTU e, dá outras providências.

Eu, HENRIQUE DOMINGUES, Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, observando especialmente a Lei Orgânica do Município,

Considerando o contido no Código Tributário Municipal – Lei Municipal 1.374/98, pontualmente o permissivo do artigo 243, bem como, na Lei Municipal nº 1.556/04 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, especialmente o contido no parágrafo 23. Determino:

Art. 1º - Pelo presente instrumento, fixa-se em até 05 (cinco) parcelas, o pagamento do IMPOSTO PREDIAL E TERREIROS URBANO - IPTU, do município de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2024.

Art. 2º - Ficam conveniados os vencimentos das parcelas que se darão da seguinte forma, a saber:

COTA ÚNICA

I - Primeira Cota única com 10 % de desconto em 15/04/2024;

II - Segunda Cota única com 05 % de desconto em 06/05/2024;

III - Terceira parcela com 03 % de desconto em 20/05/2024;

PARCELAMENTO

I - Primeira parcela em 15/04/2024;

II - Segunda parcela em 15/05/2024;

III - Terceira parcela em 14/06/2024;

IV - Quarta parcela em 15/07/2024;

V - Quinta parcela em 15/08/2024;

Art. 3º - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Publique-se, registre-se, cumpra-se e arquivar-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, aos Sete dias do mês de fevereiro de 2024.

HENRIQUE DOMINGUES

Prefeito Municipal

Dércio Jardim Júnior

Prefeito Municipal

Renato Aparecido G. Jorge

Contador CRC/PR - 046880/O-2

Elías Sobreiro dos Santos

Controlador Interno

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS – 2º OFÍCIO

Joãoincimar Magnabosco

Oficial

CPF. 284.026.509-53

Rua Edmundo Mercer Junior 329 - CENTRO - FONE: (44) 2020-4956 - CEP 87400-000 - CRUZEIRO DO OESTE - PR.

Website: - <https://www.registradores-on.org.org.br>.

e-mail: - cdo2oficio@gmail.com

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Joãoincimar Magnabosco Oficial Substituto do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste, estado do Paraná, em atendimento ao requerimento formulado pela credora Caixa Econômica Federal CEF, neste ato representado por seus representantes legais, com devida procuração, vem através do presente Edital, em cumprimento ao art. 26 da lei nº 9.514/97 e ao Art. 629 do CN da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná, **INTIMAR** o Sr. **CLAUDIO ROBERTO MENDES LINHARES**, inscrito no CPF sob nº 050.647.769-00, casado com **JESSICA CRISTINA DOS SANTOS LINHAS**, inscrita no CPF sob nº 064.555.759-54, residentes e domiciliados a rua Presidente Washington Luiz, nº 322, Lote 04A, quadra 22, Centro, na cidade de Mariluz, CEP 87.470-000, nesta Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, para que compareça a este Serviço de Registro de Imóveis, situado na Rua Edmundo Mercer Júnior, 329, centro, nesta cidade e Comarca de Cruzeiro do Oeste, estado do Paraná, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da expedição deste Edital, para efetuar o pagamento da parcela de 18/07/2023, acrescidas das cominações legais e despesas de Cartório.

Valor do débito em atraso até 28/01/2024 = R\$ 6.729,28 (seis mil e setecentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos) referente a parcela de 18/07/2023 e seguintes do Contrato nº 844440786458, com acréscimos legais e convencionais, despesas de Cartório, registrada sob o nº 02, na matrícula nº 16.357, livro 02 do Registro Geral.

Outrossim, fica o devedor devidamente ciente que o não cumprimento das referida obrigação no prazo ora estipulado, garante a consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CEF, nos termos do art. 26 § 7º da Lei 9.514/97. E para que chegue ao conhecimento de todos, expedir-se este **EDITAL**, que será fixado neste Serviço de Registro de Imóveis e publicado em jornal de maior circulação do município ou outro de comarca de fácil acesso por 05 (três) dias consecutivos, nos termos do artigo art. 26 da lei nº 9.514/97 e do Art. 629 do CN da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná.

Cruzeiro do Oeste, 12 de dezembro de 2023.

Joãoincimar Magnabosco

Oficial

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta

www.cri.org.br/confirmarautenticidade o CNPJ: 08.313-4 e o código de verificação do documento: 40588CE

Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente

JOAOCINIMAR MAGNABOSCO

CPF: 28402650953 - 1212/2023

Procuração de Joãoincimar Magnabosco

2.088.72 de agosto de 2023

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

01/2023 A 12/2023

RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1º)

	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Semestre	Até 2º Semestre
GARANTIA CONCEDIDAS			
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Atal ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Atal ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.618.722,04	34.639.048,89	38.126.950,89
(*) Transferências obrigatória da União relativas às empresas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	250.000,00	-	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDEQUAMENTO (VI) = (IV - V)	34.368.722,04	34.639.048,89	38.126.950,89
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (Art. 9º da Res. 43/01) - 22%	7.561.118,85	7.620.590,76	8.387.929,20
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	6.805.006,97	6.858.531,68	7.549.136,28
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Semestre	Até 2º Semestre
Atal ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00
Atal ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

Dércio Jardim Júnior

Prefeito Municipal

Renato Aparecido G. Jorge

Contador CRC/PR - 046880/O-2

Elías Sobreiro dos Santos

Controlador Interno

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

12/2023

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	2.106.530,00	1.227.556,57	879.141,43
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	2.100.030,00	1.197.715,97	902.284,03
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.500,00	29.642,64	-23.142,64
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre (e)	SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e+f))
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
DESPESAS DE CAPITAL	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
Investimentos	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
Transferências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMENS DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (II) = (II - (III + IV))	2023 (II) = (II - (III + IV))	SALDO ATUAL (II) = (IIII - (III + IIII))
VALOR (II)	3.014,64	629.701,46	432.715,50

RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) 2.106.530,00 | 1.227.556,57 | 879.141,43 || Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
Alienação de Bens Imóveis	2.100.030,00	1.197.715,97	902.284,03
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.500,00	29.642,64	-23.142,64
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre (e)	SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e+f))
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
DESPESAS DE CAPITAL	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
Investimentos	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
Transferências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMENS DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (II) = (II - (III + IV))	2023 (II) = (II - (III + IV))	SALDO ATUAL (II) = (IIII - (III + IIII))
VALOR (II)	3.014,64	629.701,46	432.715,50

RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) 2.106.530,00 | 1.227.556,57 | 879.141,43 || Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
Alienação de Bens Imóveis	2.100.030,00	1.197.715,97	902.284,03
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.500,00	29.642,64	-23.142,64
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre (e)	SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e+f))
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
DESPESAS DE CAPITAL	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
Investimentos	2.626.424,44	712.338,99	65.316,12
Transferências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMENS DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (II) = (II - (III + IV))	2023 (II) = (II - (III + IV))	SALDO ATUAL (II) = (IIII - (III + IIII))
VALOR (II)	3.014,64	629.701,46	432.715,50

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

01/2023 A 12/2023

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.506.814,43	2.096.852,43	1.306.099,44
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.506.814,43	2.096.852,43	1.306.099,44
Emprestimos	1.290.099,53	1.290.099,53	289.294,53
Internas	1.290.099,53	1.290.099,53	289.294,53
Externas	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	1.216.374,81	624.374,97	896.902,36
Internas	1.216.374,81	624.374,97	896.902,36
Externas	0,00	0,00	0,00
Parâmetros e Resgate de dívidas	372,31	162.370,95	18.580,53
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	372,31	162.370,95	18.580,53
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FCT	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratadas	0,00	0,00	0,00
Procedimentos Posteriores a 05/05/2000 (Industria) - Dívidas de não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEBENTURES (II)	1.922.423,82	1.903.230,00	5.460.045,54
Disponibilidade de Caixa	1.922.423,82	1.903.230,00	5.460.045,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.078.629,53	3.264.764,42	6.110.215,09
(*) Restos a Pagar Processados	1.028.531,49	1.134.940,03	533.239,46
(*) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	127.474,42	116.406,74	116.291,59
Termos Bancários Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DC (III) = (I - II)	584.422,87	185.619,90	-633.995,96
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.618.722,04	34.639.048,89	38.126.950,89
(*) Transferências obrigatória da União relativas às empresas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	250.000,00	-	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDEQUAMENTO (VI) = (IV - V)	34.368.722,04	34.639.048,89	38.126.950,89
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL AJUSTADA (III/VI)	1,70	0,54	-1,66
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL AJUSTADA (III/VI)	1,70	0,54	-1,66
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (20% da RCL AJUSTADA)	6.873.544,41	7.127.809,78	7.625.390,18
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) (100% da RCL AJUSTADA)	34.368.722,04	34.639.048,89	38.126.950,89
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
INTEGRAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
RECEITAS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídas na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS	321.792,42	7.220,49	323.205,57

Dércio Jardim Júnior

Prefeito Municipal

Renato Aparecido G. Jorge

Contador CRC/PR - 046880/O-2

Elías Sobreiro dos Santos

Controlador Interno

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO				
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				
12/2023				
RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, § 1º, inciso I)			R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00		0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) = (g-a)
DESPESAS DE CAPITAL	17.019.538,16	4.969.282,30	4.784.731,12	184.551,20
Investimentos	15.562.133,34	3.503.877,47	3.317.326,27	184.551,20
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.467.404,85	1.467.404,85	1.467.404,85	0,00
(c) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(c) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	17.019.538,16	4.969.282,30	4.784.731,12	184.551,20
RESULTADO PARA APURAÇÃO DE REGRA DE OURO III = (II-I)	17.019.538,16	4.969.282,30		12.050.255,84
Dércio Jardim Júnior Prefeito Municipal			Renato Aparecido G. Jorge Contador CRC/PR - 046880/O-2	
Elias Sobreiro dos Santos Controlador Interno				

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO									
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO									
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR									
12/2023									
RGF – ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")									
R\$ 1,00									
ORIGEM DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA (CONCORRÊNCIA PÚBLICA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS / NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores	De Exercício Atual						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(b)+(c)+(d)+(e)	(h)	(i)=(h-a-b)	(j)=(i-h-i)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.247.823,74	13.000,00	57.269,71	0,00	116.293,58	4.060.342,42	145.078,71	0,00	3.915.263,71
Transferências do FUNDEB	72.030,07	0,00	15,36	0,00	0,00	72.034,12	0,00	0,00	72.034,12
Transferências Voluntárias	1.344.106,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.344.106,81	0,00	0,00	1.344.106,81
Alienação de Bens	545.197,30	0,00	0,00	0,00	0,00	545.197,30	65.318,12	0,00	479.879,18
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Roteio de Comissões Políticas	1.880.082,05	13.000,00	31.335,68	0,00	0,00	1.823.746,37	11.226,51	0,00	1.812.519,86
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (13, art. 166 da CF)	35.022,46	0,00	0,00	0,00	0,00	35.022,46	0,00	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - APAF	14.067,63	0,00	14.067,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis	116.291,58	0,00	0,00	0,00	0,00	116.291,58	0,00	0,00	0,00
Outras Origens	253.025,81	0,00	11.870,45	0,00	0,00	241.155,36	37.740,28	0,00	203.415,08
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.890.880,07	5.879,88	457.059,37	945,89	0,00	1.426.994,94	177.196,00	0,00	1.249.798,94
Recursos Ordinários / Livres	1.890.880,07	5.879,88	457.059,37	945,89	0,00	1.426.994,94	177.196,00	0,00	1.249.798,94
TOTAL (III) = (I + II)	6.138.703,79	18.879,88	514.349,08	945,89	116.293,58	5.488.237,38	322.274,71	0,00	5.165.962,67
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repatário (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	6.138.703,79	18.879,88	514.349,08	945,89	116.293,58	5.488.237,38	322.274,71	0,00	5.165.962,67
NOTA:									
1. Essa conta poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.									
2. Essa linha não deve ser informada se estiverem destinados à acumulação para pagamentos futuros.									
Dércio Jardim Júnior Prefeito Municipal									
Renato Aparecido G. Jorge Contador CRC/PR - 046880/O-2									
Elias Sobreiro dos Santos Controlador Interno									

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO									
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA									
1/2023 A 12/2023									
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)									
R\$ 1,00									
EXERCÍCIO	Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023	Maio/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Set/2023
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.569.031,21	3.759.274,25	2.894.741,75	3.703.894,38	4.979.371,37	3.468.311,13	3.053.032,12	3.741.202,44	3.550.682,30
Receita Tributária	388.037,23	113.329,12	193.708,22	274.080,91	246.342,84	1.040.647,63	722.710,58	521.501,38	319.504,65
ISS	7.494,43	3.195,91	23.938,98	28.943,77	55.622,96	14.889,14	12.312,44	11.044,58	11.496,91
PTU	17.741,57	24.557,04	19.374,67	13.308,84	64.533,88	24.581,94	12.904,39	29.185,47	30.446,29
ITR	289.033,09	5.188,08	1.280,89	182.426,38	5.221,32	422.285,77	4.507,74	194.568,89	179.882,88
IRPF	79.844,28	17.281,18	12.147,13	181.182,93	87.880,83	47.909,88	94.760,88	42.928,45	40.480,13
Outras Receitas Tributárias	3.313,08	8.786,13	27.467,55	39.891,13	39.891,13	4.761,78	4.841,12	4.206,15	4.455,78
Receita de Contribuições	25.526,82	28.676,15	30.193,38	25.286,31	29.754,28	24.745,18	23.244,48	21.746,83	25.461,78
Receita Patrimonial	252.802,94	234.664,42	27.764,43	25.000,93	24.970,37	35.551,55	32.823,41	27.311,91	19.923,11
Restos a Pagar Processados	22.892,84	234.664,42	27.764,43	25.000,93	24.970,37	23.944,28	24.967,32	20.942,73	30.256,45
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.609,71	36.138	36,18	8.427,65
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	11.028	1.647,28	1.535,61	97,92	2.970,38	1.496,52	2.199,58	5.008	1.749,48
Transferências Correntes	3.193.173,83	3.185.190,78	2.426.143,17	3.718.212,44	2.403.643,48	3.203.109,69	2.952.286,17	2.955.645,18	3.748.460,74
Conta Parte de FPM	3.193.088,62	3.185.095,15	2.426.048,98	3.717.995,88	2.403.462,63	3.203.047,94	2.952.167,94	2.955.568,38	3.748.369,38
Conta Parte de ICMS	1.122.286,49	913.168,64	1.628.694,64	1.073.759,62	1.388.692,69	1.180.054,98	1.276.717,62	1.249.557,38	1.276.717,62
Conta Parte de IPTU	147.422,41	75.487,24	67.381,94	56.761,97	73.491,91	36.144,38	1.682,13	14.110,57	11.412,88
Conta Parte de ITR	108.827,89	779,34	793,32	790,61	790,61	840,94	69.609,39	693.846,94	238.177,07
Transferência LC 127/196	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência LC 127/199	12.729,28	4.993,17	11.267,17	12.943,48	18.892,52	14.877,58	12.338,62	14.130,89	12.764,77
Transferência do FUNDEB	263.616,64	234.887,18	231.297,67	237.368,88	231.787,87	399.428,28	166.969,88	227.349,73	248.062,73
Outras Transferências Correntes	285.316,53	143.279,38	188.491,94	198.196,27	218.708,88	140.320,38	147.771,13	226.645,38	411.688,38
Outras Receitas Correntes	5.633,88	13.481,74	13.438,28	9.407,81	13.770,13	7.423,13	13.770,13	5.939,38	11.494,67
DEMUNDO (VI)	543.283,17	559.885,94	441.605,41	381.779,93	493.134,75	488.643,47	471.508,63	581.188,23	6.991.187,74
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finance. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finance. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)										RS 1,00												
Restos a Pagar em Exercícios Anteriores										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Dedução de Restos para Formação do FUNDEB										545.283,17	559.885,94	441.605,41	381.779,93	493.134,75	488.643,47	471.508,63	631.644,43	581.188,23	760.612,42	6.395.110,94	5.727.000,00	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA (II) = (I - I)										3.044.782,57	2.845.192,57	2.453.197,97	2.379.846,37	3.424.614,37	2.975.174,62	2.966.949,66	3.222.566,77	3.065.579,66	3.799.239,29	4.861.513,77	38.124.959,89	36.684.187,34
1 - Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA AJUSTADA PARA A LIQUIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE EMPENHO (III) = (II - IV)										3.044.782,57	2.845.192,57	2.453.197,97	2.379.846,37	3.424.614,37	2.975.174,62	2.966.949,66	3.222.566,77	3.065.579,66	3.799.239,29	4.861.513,77	38.124.959,89	36.684.187,34
1 - Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de Emenda (art. 166, § 1º, da CF) (IV)										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Restos a Pagar em Exercícios Anteriores										23.430,00	18.220,00	28.644,00	23.430,00	23.740,00	23.740,00	23.740,00	23.740,00	23.740,00	42.540,00	702.560,00	246.000,00	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA AJUSTADA PARA A LIQUIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE EMPENHO (III) = (II - IV - V)										2.991.292,57	2.796.552,57	2.424.497,97	2.356.416,37	3.397.874,37	2.951.434,62	2.943.209,66	3.200.826,77	3.041.839,66	3.756.699,29	4.419.013,77	37.424.399,89	36.438.187,34
1 - Receita destinada ao atendimento da despesa com IPTU (Código de Despesa 3.3.90.39.00																						

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

CNPJ 36.381.854/0001-27

Rua João Vinícius de Souza, 486, CEP: 87.400-000

Telefone: (41)3636-8150 - www.cruzeirodoeste.pr.gov.br

DECRETO Nº037/2024

SÚMULA – Altera a Presidência do Conselho Municipal de Saúde do Cruzeiro do Oeste – PR, Presidência 2023/2027 devido o falecimento do Presidente Paulo Victor Buck Mello ocorrido no dia 27/01/2024.

MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES, PREFEITA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SERÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º – Fica constituído em conformidade com a Lei Municipal N° 013/2015, Art. 4º, o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, com os seguintes integrantes:

Art. 2º – Altera a presidência do Conselho Municipal de saúde por motivo de luto conforme o Decreto Nº028/2024 na qual o Presidente PAULO VICTOR BUCK MELLO veio falecer no dia 27 de Janeiro de 2024, assumindo a presidência desse Conselho o Vice-Presidente Valmes Junior de Paiva Bertacchini a contar do dia 07 de Fevereiro de 2023.

Presidente: Paulo Victor Buck Mello (in Memoriam)

Vice-Presidente: Valmes Junior De Paiva Bertacchini

Secretário Executivo: Rafael Patrício do Nascimento

1ª Secretária: Josiane Ferraresi Varandas

2ª Secretária: Sandra Regina Pires dos Santos

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Paulo Victor Buck de Mello

Sandra Regina Pires dos Santos

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Ana Paula De Araujo Nocko

Ana Paula Colombari Tenório

Representante da Classe Médica

Valmes Junior De Paiva Bertacchini

Mayara Morcelli Silva

Representantes da Classe Odontológica

Michelle Abdo Rahimen Ferraresi

Marietso Slaudt

Representantes da Classe Farmacêutica e Bioquímica

Fabielly Regina Teoro

Vanessa Yuri Fugimoto

Representantes da Classe de Enfermagem

Josiane Ferraresi

Mara Silva Querato

Representantes do Laboratório da Iniciativa Privada

Hugo Geovanelli

Renata Colombari

Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

Nadir Ferreira Arbigaus

Eurico Jose Pinto

Representantes do Lions Clube

Angela Maria de Carvalho Ribeiro

Helio Carvalho Ribeiro

Representantes do Rotary Clube

Rodrigo Garcia Amaral

Gilvani Tazoniero

Representantes das Igrejas

Heitor Rodrigues Reys

Washington Gonçalves dos Santos

Representantes das Associações de Bairros

Manoel Célis Ferreira

Maria da Penha dos Reis

Representantes da APAE da Iniciativa Privada

Marcia Regina Varandas

Rosilene Barcelos da Amaral

Representantes do Sindicato Rural

Jair Fernandes de Lima

Maria Elaine Marangona Zamara

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Eder Zani

Carla Fernandes Ribeiro Bonfin Sutil

Representantes da Associação Comercial

Paulo Roberto Pim

Zilda Alves Ferreira

Art 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 06 DE FEVEREIRO DE 2024.

MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná

ERRATA A RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

O objeto do presente processo de inexigibilidade será contratado por R\$ 16.287,50 (dezesseis mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e não por R\$ 25.680,00 (vinte e cinco mil e seiscentos e oitenta reais), como anteriormente informado.

Publica-se.

Douradina-PR, 07 de fevereiro de 2024.

Oberdam José de Oliveira

Prefeito do Município

MUNICÍPIO DE DOURADINA.

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO

FUNDAMENTAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2024

DISPENSA Nº. 03/2024

Base legal – Art. 75, Inciso XV, alínea 15, da Lei 14.133/2021 de 01/04/2021, e o artigo 1º, da Lei nº 8.958/94.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de Empresa especializada para a elaboração do plano de manejo das Unidades de Conservação –Ucs- da estação ecológica Municipal, Osvaldo Formighieri e Leony Terezinha Pacheco Formighieri e Reserva Biológica Municipal Dr. Moacyr Laurens Pacheco e Erydan Bastos Pacheco, na metodologia do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade –ICMBIO.

Contrato de Prestação de Serviço nº. 005/2024

ID: nº. 2811

Data do Contrato 31/01/2024.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR, com sede à Avenida Barão do Rio Branco 767, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 78.200.110/0001-94, neste ato representado pelo Senhor Oberdam José de Oliveira, Prefeito Municipal, abaixo assinado, em pleno exercício de suas funções.

CONTRATADO:

NSSTITUTO DE PESQUISAS, POS GRANDUAÇÃO E ENSINO DE CASCAVEL - IPPEC, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 713, Sala 01, Centro, CEP. 85.801-030, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 02.276.193/0001-33, por ter apresentado o menor preço no valor de R\$ 363.546,00(trezentos e sessenta tres mil, quinhentos e quarenta seis reais).

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

Pago Municipal Francisco Gil Vera, aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte quatro (31/01/2024).

Oberdam José de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná

REPUBRICAR POR INCORREÇÕES

DECRETO Nº 6.829/2023

DATA: 04/09/2023

SÚMULA: NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE ICARAIMA – PARANÁ.

O Prefeito do Município de Icaraima, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º: Nomear a composição do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI de Icaraima – Paraná.

Art. 2º - O CMDI será composto por 8 membros titulares e igual número de Suplentes, ficando assim constituídos.

a) ÁREA GOVERNAMENTAL

I) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Raiza de Fátima Góiz Ribeiro

Suplente: Claudete Rodrigues Nunes Campos

II)Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Marcela Cristina da Silva Rodrigues

Suplente: Lea Jose de Andrade Cardoso

III) Secretaria Municipal de Educação e Esporte

Titular: Ocineia Martins de Angelo

Suplente: Jane Eliza Domingos da Silva Pavan

IV) Secretaria Municipal de Planejamento

Titular: José Carlos dos Santos Neto

Suplente: Daiele Fernanda Sabec

b) ÁREA NÃO-GOVERNAMENTAL - ENTIDADES CIVIS CONSTITUIDAS

I) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Titular: Letícia do Prado Ganzaroli

Suplente: Francisco Matos da Silva

II) Associação da 3ª Idade de Icaraima

Titular: Rosangela de Fátima Lopes da Silva

Suplente: Jurandir Aparecido Sena

III) – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Icaraima

Titular: Orivaldo Donizetti Monerato

Suplente: Brecho Vicente Filho

IV) – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icaraima - SISPUMI

Titular – Jaime Ribeiro Novaes

Suplente – João Batista de Melo

Art. 3º - Os casos omissos serão resolvidos em Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Icaraima.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Icaraima, 06 de fevereiro de 2024.

Marcos Alex de Oliveira

Prefeito Municipal



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA

AMERIOS - 12º R.S.

AV. ANGELO MOREIRA DA FONSECA, 866

CEP 87.603-030

ZONA ARMAZÉM

www.cisamerios.com.br

CNPJ 86.689.423/0001-70

UMUARAMA - PR

FONE: (41) 3623-2728

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 004/2024

CONVOCA CANDIDATA, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS HOMOLOGADO EM 27 DE MARÇO DE 2023.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS12º R.S., no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 37 da Constituição Federal e os Editais N.ºs 001/2023 do dia 13/02/2023, Edital N.º 002/2023 do dia 21/03/2023, Edital N.º 003/2023 do dia 24/03/2023, Edital N.º 004/2023 do dia 27/03/2023,

R E S O L V E:

Art. 1º. CONVOCAR a candidata abaixo relacionada, aprovada em Processo Seletivo Simplificado - PSS, homologado em 27 de março de 2023, para comparecer à Divisão de Recursos Humanos do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS, munida com os seguintes documentos:

a) 01 Foto 3x4 (colorida e recente);

b) Cédula de Identidade (cópia e original);

c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) (cópia e original);

d) Comprovante de residência atualizado (máximo de 60 dias);

e) Certificado de Conclusão do Ensino Médio

f) Título de eleitor (cópia e original) e Certidão de Quitação com as Obrigações Eleitorais disponível no endereço eletrônico <www.tse.gov.br>;

g) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia e original);

h) Atestado de Antecedentes Criminais Estadual e Federal;

i) Declaração de que não ocupa outro cargo, função ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art.37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada, um sob pena de desclassificação;

j) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) (cópia e original);

k) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (cópia e original);

l) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo (cópia e original);

m) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos (cópia e original);

n) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;

o) Declaração de não estar respondendo por processo administrativo ou sindicância junto a órgão público onde atualmente lotado, ou que tenha sido enviado a bem do serviço público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal de órgãos públicos;

p) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou do contrato de trabalho (cópia e original);

q) Atestado Médico de aptidão para a função;

r) Comprovante de Conta Corrente ou Salário no Banco do Brasil;

Emprego: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40 Horas/Semanais

Inscrição Nome Nota Ordem de Classificação

035 Alinska Selinger 95 08º

Art. 2º. A Candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS e convocada através deste Edital, terá 05 (cinco) dias úteis para se manifestar sobre a aceitação ou não da vaga.

Art. 3º. O não comparecimento do candidato implicará automaticamente, na sua desclassificação.

Umuarama-PR, 07 de fevereiro de 2024.

Almir de Almeida

Presidente do CISA

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2024

Em cumprimento ao Regimento Interno, artigo 307, a Comissão de Serviços e Obras Públicas da Câmara Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, torna público que realizará no dia 16 de fevereiro de 2024, às 19h00min, nas dependências da Escola Estadual do Campo Porto Camargo – Monteiro Lobato, localizada na Avenida Brasil s/n no Distrito de Porto Camargo, A AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 051/2023

Súmula: Altera os Anexos III-A, VII, XV e XVI da Lei nº 1.689/2020 e dá outras providências.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 052/2023

Súmula: Altera Anexos das Leis que integram o Plano Diretor - Lei Complementar nº 916/2013 e dá outras providências.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2023

Súmula: Altera Lei nº 1.687/2020 que trata do Parcelamento e Remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2023

Súmula: Autoriza a desapropriação de áreas para abertura de ruas no Distrito de Porto Camargo e dá outras providências.

Fica convidado a população em geral do Município de Icaraima.

Edifício da Câmara Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de Fevereiro de 2024.

COMISSÃO DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

LEANDRO FERREIRA DE ANDRADE

Presidente

DILENE MARIA DA SILVA

Relatora

ALTAIR GOMES

Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná

DECRETO Nº7.000/2024

SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Suplementar por Superávit Financeiro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei Orçamentária nº 1.911 de 16 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Créditos Suplementar por Superávit Financeiro no corrente exercício financeiro de 2024, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2024 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025 e Programação Financeira no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2023, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

11 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

11.02 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

08.242.0035.2.146 APOIO A MANUTENÇÃO DA APAE

3.3.50.40.00.00. 717 SUBVENÇÃO SOCIAL 100.000,00

FONTE 3923 ESTRUCTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DO SUAS - PORTARIA 886/2023 – EXERCÍCIOS ANTERIORES 100.000,00

Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro, referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2023, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte fonte de recurso:

FONTE DESCRICAO VALOR

3923 ESTRUCTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DO SUAS - PORTARIA 886/2023 – EXERCÍCIOS ANTERIORES 100.000,00

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 07 dias do mês de fevereiro de 2024.

MARCOS ALEX DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone (0xx) 44 3664 1320

e-mail – administracao@altoparaiso.pr.gov.br

www.altoparaiso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, NOTIFICAMOS os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento dos seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
Teto Financeiro - MAC	06/02/2024	13.168,55
TOTAL REPASSE		13.168,55
AGENTES COMBATE ENDEMIAS	06/02/2024	5.648,00
TOTAL REPASSE		5.648,00
ACOES DA VIGILANCIA SANITARIA	06/02/2024	985,23
TOTAL REPASSE		985,23
Transf. Rec. da Compl. da União ao FUNDEB - VAAR	31/01/2024	5.315,68
TOTAL REPASSE		5.315,68

Alto Paraíso, 06 de Fevereiro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Município de Alto Paraíso - PR (CNPJ: 95.640.736/0001-30) torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação para atividade de Tratamento e / ou disposição final de resíduos sólidos - Aterro Sanitário a ser implantada no lote sob o nº 120-A, da Subdivisão nº 120, Município de Alto Paraíso e Comarca de Xambêrê - PR.

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

ADITIVO CONTRATUAL Nº 017/2024

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 074/2023, do Edital de Tomada de Preços nº 001/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Contratada: PROATIVA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ nº 06.241.773/0001-46

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para execução de obra de revitalização e reforma do Ginásio de Esportes Josino Monteiro Gomes, existente no lote de terreno designado sob estação rodoviária, situado na 4ª Gleba Urbana do plano de loteamento da Cia. Mate Laranjeira, localizado defronte à Praça Central Enoch Batista Borges, no distrito de Dr. Oliveira Castro, Município de Guaiá-PR.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação dos prazos de EXECUÇÃO e VIGÊNCIA do Contrato de Prestação de Serviços nº 074/2023.

Da prorrogação do prazo de execução: Fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO do Contrato acima citado por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 02 de abril de 2024.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA do Contrato acima citado por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 30 de abril de 2024.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços original.

Guaiá, Paraná, 01 de fevereiro de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 097/2024, Concorrência Pública nº 027/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Contratada: COBREBEM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP, CNPJ nº 04.537.626/0001-92

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para execução de ponte de concreto armado sobre o Rio Salamanca, localizada na Comunidade Rural de Salamanca, no município de Guaiá/PR.

Valor Total: R\$ 208.439,23 (duzentos e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e três centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, com início na data de assinatura e término em 07 de fevereiro de 2025, podendo ser prorrogado conforme a necessidade, desde que devidamente justificado, a critério da Administração.

Prazo de Execução: A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 120 (cento e vinte) dias corridos. O início dos serviços deverá ocorrer até o 11º (décimo primeiro) dia corrido da data da ciência, pela contratada, da Ordem de Serviços emitida pela Secretaria Competente.

Data de Assinatura: 07 de fevereiro de 2024.

Foro: Guaiá – Paraná.

Guaiá, Paraná, 07 de fevereiro de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 096/2024, do Edital de Tomada de Preço nº 004/2023.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Contratada: RM ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - ME, CNPJ nº 43.122.544/0001-39.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para execução civil para execução de construção de quadra coberta em estrutura metálica e piso de concreto armado, localizado à Rua São Gerônimo, bairro São Domingos, nesta cidade de Guaiá/PR, conforme memorial descritivo, planilha, projetos e demais anexos previstos neste Edital.

Valor Total: R\$ 863.140,89 (oitocentos e sessenta e três mil, cento e quarenta reais e oitenta e nove centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de 12 (doze) meses, com início na data de assinatura e término em 06 de fevereiro de 2025, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de fevereiro de 2024.

Foro: Guaiá – Paraná.

Guaiá, Paraná, 06 de fevereiro de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2024

Ementa: Homologa e adjudica julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Concorrência Pública nº 027/2023 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E:

Art. 1º - Homologar e adjudicar o julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Concorrência Pública nº 027/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de ponte de concreto armado sobre o Rio Salamanca, localizada na Comunidade Rural de Salamanca, no município de Guaiá/PR, sendo a empresa vencedora:

COBREBEM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 04.537.626/0001-92, vencedora global da licitação, com valor total máximo de R\$ 208.439,23 (duzentos e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e três centavos);

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Guaiá, Paraná, 07 de fevereiro de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2024

Ementa: Homologa e adjudica julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Tomada de Preços nº 004/2023 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E:

Art. 1º - Homologar e adjudicar o julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Tomada de Preços nº 004/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em construção civil para execução de construção de quadra coberta em estrutura metálica e piso de concreto armado, localizado à Rua São Gerônimo, bairro São Domingos, nesta cidade de Guaiá/PR, sendo a empresa vencedora:

RM ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 43.122.544/0001-39, vencedora global da licitação, com valor total máximo de R\$ 863.140,89 (oitocentos e sessenta e três mil, cento e quarenta reais e oitenta e nove centavos);

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Guaiá, Paraná, 06 de fevereiro de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 32/2024, de 07 de Fevereiro de 2024.

SÚMULA: Designa servidor como Responsável Técnico perante o Fundo Municipal de Saúde e os órgãos públicos responsáveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

I- Designar a partir de 07/02/2024 o servidor FÁBIO RONDIS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, matrícula 21113, como ENFERMEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO DE MUNICIPAÇÃO do Fundo Municipal de Saúde de Alto Piquiri, no Posto de Saúde Walter Lamônica, perante o Conselho Regional de Enfermagem do Paraná sob COREN-PR nº 267521.

II- Conceder gratificação a partir de 07/02/2024 de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento do Nível A Classe I da tabela de Vencimentos do grupo ao qual pertence o servidor, gratificação prevista no 37 da Lei Ordinária Nº 652/2022.

III- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros a partir de 07 de fevereiro de 2024.

Alto Piquiri, 07 de Fevereiro de 2024.

Giovane Mendes de Carvalho

Prefeito Municipal

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 6.999/2024
DATA: 07/02/2024
SÚMULA: Regulamenta a Lei Federal nº 12.527/2011, que dispõe sobre o acesso à informação, no âmbito da Administração Pública Municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, com base no art. 45 da Lei Federal nº 12.527/2011,
DECRETA:
Art. 1º Este decreto define procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, e, no que couber, por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com a Administração Pública Municipal, com base nas normas gerais estabelecidas na Lei federal nº 12.527/2011.
Art. 2º O direito fundamental de acesso a documentos, dados e informações será assegurado mediante:
I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
V - desenvolvimento do controle social da Administração Pública.
Art. 3º É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:
I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade;
III - proteger os documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
Art. 4º O acesso aos documentos, dados e informações compreende, entre outros, o direito de:
I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrado ou obtido o documento, dado ou informação almejada;
II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados pela Administração Municipal, recolhidos ou não aos arquivos públicos;
III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com a Administração Pública Municipal, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos;
VII - documento, dado ou informação relativa:
a) à implementação, acompanhamento e resultado dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;
b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
§ 1º Quando não for autorizado acesso integral ao documento, dado ou informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
§ 2º O direito de acesso aos documentos, aos dados ou às informações neles contidas, será assegurado com a edição do ato decisório devidamente fundamentado.
§ 3º Informado o conteúdo da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata instauração de sindicância para apuração preliminar a fim de investigar o desaparecimento da respectiva documentação.
Art. 5º É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal promover a divulgação de todos os meios e instrumentos de interesse coletivo ou geral por eles produzidos ou custodiados.
§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o "caput" deste artigo, deverão constar, no mínimo:
I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
III - registros de receitas e despesas;
IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
V - dados gerais para o acompanhamento da execução orçamentária, de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;
VI - respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.
§ 2º Para o cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, os órgãos e entidades municipais deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) e portal da transparência.
§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deste artigo deverão atender, entre outros, os seguintes requisitos:
I - conter ferramentas de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações a quaisquer interessados;
III - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
IV - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
V - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
VI - indicar local e instruções que permitam a comunicação por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;
VII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do artigo 17 da Lei federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, artigo 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.
Art. 6º A autoridade máxima de cada órgão ou entidade municipal publicará, anualmente, no Portal da Transparência:
I - rol de documentos, dados e informações que tenham sido desclassificados nos últimos 12 (doze) meses;
II - rol de documentos desclassificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;
III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.
Art. 7º O Serviço de Informação ao Cidadão, consistirá:
I - na realização do atendimento presencial e/ou eletrônico, realizados nos serviços de protocolos, com a orientação sobre o funcionamento do serviço de informação ao cidadão, o registro e o comprovante da solicitação;
II - no encaminhamento dos pedidos de acesso à informação aos órgãos produtores ou detentores de documentos, dados e informações;
III - no fornecimento ao requerente de orientação sobre o local onde encontrar a informação pretendida.
Art. 8º Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso à informação aos órgãos da Administração Municipal de Pinhais por meio de formulário eletrônico disponibilizado no site oficial do Município, ou ainda presencialmente por meio do serviço de protocolo da Secretaria Municipal de Administração e nos protocolos descentralizados, informando:
I - endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento da resposta;
II - especificação da informação requerida de forma clara e precisa.
Parágrafo único. É facultado ao requerente informar o seu nome, endereço residencial ou comercial, número de telefone fixo ou móvel, ou qualquer número de documento de identificação.
Art. 9º Os serviços de protocolo da Secretaria Municipal de Administração, bem como os serviços de protocolos descentralizados, deverão realizar os encaminhamentos aos órgãos responsáveis, para que concedam o acesso imediato às informações disponíveis.
§ 1º Na impossibilidade de conceder o acesso imediato, o órgão municipal, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, deverá:
I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;
II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;
III - comunicar que não possui a informação e remeter o requerimento ao órgão, setor ou entidade que a detém, identificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.
§ 2º O prazo referido no § 1º deste artigo poderá ser estendido, a critério do órgão municipal, por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será identificado o interessado.
§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.
§ 4º Quando não for autorizado o acesso ao documento, por conter informação total ou parcialmente sigilosa, o interessado deverá ser informado sobre a possibilidade de acesso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.
§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do interessado.
§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao interessado, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o interessado declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.
Art. 10. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao resarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados, conforme valor fixado em regulamento próprio.
§ 1º Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.
§ 2º Na hipótese de não atendimento anterior, a reprodução será fornecida gratuitamente uma única vez, salvo em caso de necessidade devidamente comprovada.
Art. 11. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.
Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, às suas expensas, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.
Art. 12. É direito do interessado obter o inteiro teor da decisão de negativa de acesso por certidão ou cópia.
Parágrafo único. Negado o pedido de acesso à informação, será fornecido ao requerente por escrito razões da negativa de acesso e seu fundamento legal.
Art. 13. No caso de indeferimento de acesso aos documentos, dados e informações que tenham sido desclassificados, o interessado deverá atendimento do pedido, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua ciência.
Parágrafo único. O recurso será dirigido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias.
Art. 14. São consideradas passíveis de restrição de acesso, no âmbito da Administração Pública Municipal, duas categorias de documentos, dados e informações:
I - Sigilosos: aqueles submetidos temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e da Estado;
II - Pessoais: aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, relativos à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.
Art. 15. São considerados imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Município e, portanto, passíveis de classificação de sigilo, sem prejuízo das demais hipóteses previstas em lei, os documentos, dados e informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:
I - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
II - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou

repressão de infrações;
III - infringir legislações específicas que exijam o sigilo de determinadas informações.
Art. 16. O tratamento de documentos, dados e informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.
§ 1º Os documentos, dados e informações pessoais, a que se refere este artigo, relativos à intimidade, vida privada, honra e imagem:
I - independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, somente terão acesso às informações os agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que elas se referirem;
II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.
§ 2º Aquêle que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.
§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º deste artigo não será exigido quando as informações forem necessárias:
I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;
II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;
III - ao cumprimento de ordem judicial;
IV - à defesa de direitos humanos;
V - à proteção do interesse público e geral preponderante.
Art. 17. A restrição de acesso aos documentos, dados e informações relativos à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.
§ 5º Os documentos, dados e informações identificados como pessoais somente poderão ser fornecidos pessoalmente ao interessado, ou seu representante legal, mediante identificação.
§ 6º Fica dispensado o consentimento expresso da pessoa quando o tratamento de documentos, dados e informações pessoais for necessário para o cumprimento de obrigação legal nos termos do art. 7º, II da Lei Federal 13.709, de 14/08/2018.
Art. 17. Os documentos, dados e informações sigilosas em poder de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Município, poderão ser classificados nos seguintes graus e prazos:
I - ultrassecreto: até 25 (vinte e cinco) anos;
II - secreto: até 15 (quinze) anos;
III - reservado: até 5 (cinco) anos.
§ 1º A classificação da informação é de competência:
I - no grau ultrassecreto e secreto do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, Controlador e do Procurador do Município;
II - no grau reservado, das funções de direção e chefia.
§ 2º Os documentos, dados e informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito e do Vice-Prefeito e respectivos cônjuges e filhos (ãs) serão classificados como reservados e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º deste artigo, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.
§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que define o seu termo final, o documento, dado ou informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.
§ 5º Para a classificação do documento, dado ou informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação, e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:
I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Município;
II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que define seu termo final.
Art. 18. A formalização da decisão de classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, bem como de restrição de acesso à informação pessoal será feita mediante análise do caso concreto e publicação de ato que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:
I - assunto sobre o qual versa a informação;
II - fundamento da classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, observados os critérios estabelecidos bem como da restrição de acesso à informação pessoal;
III - indicação do grau e do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que define o seu termo final, bem como a indicação do prazo mínimo de restrição de acesso à informação pessoal;
IV - identificação da autoridade que classificou a informação.
Art. 19. A classificação de documentos, dados e informações será reavaliada pela autoridade classificadora, mediante provocação ou de ofício, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo.
§ 1º A autoridade classificadora poderá, também, incluir novos documentos na restrição de informações sigilosas.
§ 2º Na reavaliação a que se refere o caput deste artigo deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.
§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.
§ 4º A lista de documentos, dados e informações classificados como sigilosos deverá ser reavaliada pelo menos a cada 02 (dois) anos, a contar da sua vigência.
Art. 20. É dever da Administração Pública Municipal controlar o acesso e a divulgação de documentos, dados e informações sigilosas sob a forma de setores, órgãos e entidades, assegurando a sua proteção contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.
§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de documentos, dados e informações classificados como sigilosos ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma deste decreto, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.
§ 2º O acesso aos documentos, dados e informações classificados como sigilosos ou identificados como pessoais, cria a obrigação para aquele que as obtve, em razão de sua função, de resguardar restrição de acesso, inclusive após o desligamento do vínculo que mantinha com a Administração Municipal.
Art. 21. Aplicam-se aos documentos, dados e informações sigilosas os prazos de guarda estabelecidos na legislação respectiva e neste Decreto de temporalidade de documentos.
Art. 22. A Comissão Permanente Municipal de Proteção de Dados e o Conselho Municipal de Segurança das Informações e seus respectivos suplentes, indicados pelas Secretarias Municipais, vedada a indicação de membros da Procuradoria Geral do Município e Controladoria Geral do Município.
Parágrafo único. Verificada a necessidade, a CPMPD poderá convocar servidores dos órgãos ou entidades que produziram ou que custodiam os documentos, dados ou informações, com a finalidade de subsidiar seus estudos e decisões.
Art. 23. São atribuições da CPMPD:
I - orientar a gestão transparente dos documentos, dados e informações da Administração Municipal, visando assegurar o amplo acesso e divulgação;
II - propor à autoridade máxima do órgão ou entidade a renovação, alteração de prazos, reclassificação ou desclassificação de documentos, dados e informações sigilosas;
III - encaminhar, ao Secretário Municipal de Administração, proposta de normas e procedimentos complementares com o fim de proteger os documentos, dados e as informações sigilosas e pessoais;
IV - orientar o acesso das entidades sobre a correta aplicação dos critérios de restrição de acesso constantes das tabelas de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais;
V - solicitar aos Secretários a disponibilização de informações e documentos no Portal da Transparência, observados os critérios estabelecidos para acesso às informações sigilosas e pessoais;
Art. 24. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:
I - recusar-se a fornecer documentos, dados e informações não sigilosos e ou pessoais, requeridas nos termos deste decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-lo intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, documento, dado ou informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a documento, dado e informação;
IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido ao documento, dado e informação sigiloso ou pessoal;
V - impor sigilo a documento, dado e informação para obter proveito pessoal de qualquer natureza, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente documento, dado ou informação sigilosos para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;
VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes às possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Município.
§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput deste artigo serão apuradas e punidas na forma da legislação em vigor.
§ 2º Pelas condutas descritas no caput deste artigo, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, em caso de dolo, conforme o disposto na Lei federal nº 8.429/1992.
Art. 25. O agente público que tiver acesso a documentos, dados ou informações sigilosos, nos termos deste decreto, é responsável pela preservação de seu sigilo, ficando sujeito às sanções administrativas, civis e criminais previstas na legislação em vigor.
§ 1º A reabilitação relativa ao inciso V deste artigo será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.
§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V deste artigo é de competência exclusiva da autoridade máxima do Município de Pinhais, facultada a decisão de suspensão, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.
Art. 28. Os órgãos e entidades municipais respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de documentos, dados e informações sigilosas ou pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.
Art. 29. A Ovidória Geral do Município prestará o serviço de recebimento de reclamações, sugestões e elogios.
Art. 30. A classificação dos documentos sigilosos e a temporalidade do sigilo se dará por regulamento próprio.
Art. 31. Os prazos contidos neste Decreto são contados em dias corridos, incluindo-se em dia útil, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Icaraima, 07 de Fevereiro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 3181/2024
SÚMULA: Abre Créditos Adicionais Suplementares por Superávit Financeiro e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal Nº 600, de 29 (vinte e nove) de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 30 (trinta) de novembro de 2023,
DECRETA:
Art. 1º. Abre Créditos Adicionais Suplementares por Superávit Financeiro no corrente exercício financeiro no valor de R\$ 218.528,35 (duzentos e dezoto mil quinhentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos), referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2023, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com as seguintes ordens classificatórias:
Programa de Trabalho Elemento de Despesa Fonte de Recursos
Valor em R\$
06.02.13.392.0011.2.036 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 31053 R\$ 4.000,00
06.02.13.392.0011.2.036 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 31053 R\$ 33.922,60
06.02.13.392.0011.2.036 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 31054 R\$ 4.000,00
06.02.13.392.0011.2.036 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 31054 R\$ 11.361,93
07.02.12.361.0007.2.027 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3103 R\$ 72.014,12
07.02.12.361.0007.2.022 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 3103 R\$ 7.800,57
07.02.12.361.0007.2.027 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3104 R\$ 17.844,66
07.02.12.361.0007.1.059 4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3105 R\$ 0,70
07.02.12.361.0007.2.030 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 31013 R\$ 8.874,13
07.02.12.361.0007.2.030 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 31043 R\$ 8.597,11
08.02.10.301.0014.2.042 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 31051 R\$ 4.272,89
08.02.10.304.0014.2.045 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 31051 R\$ 264,00
09.02.15.451.0016.1.048 4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 3006 R\$ 872,56
09.02.15.451.0016.1.048 4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 3008 R\$ 0,05
09.02.15.451.0016.1.048 4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 3009 R\$ 44.703,03
Art. 2º. Como recursos para coberturas dos Créditos autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á dos superávits financeiros, referente os saldos disponíveis em bancos do exercício financeiro de 2023, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com as seguintes fontes de recursos:
Fonte de Recursos Descrição Valor em R\$
31053 Transf. Dest. Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual - SUPERAVIT R\$ 37.922,60
31054 Transf. Dest. Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores Cultura - SUPERAVIT R\$ 15.361,93
3101 FUNDEB 70% - SUPERAVIT R\$ 72.014,12
3103 5% sobre Transferencias Constitucionais Vinculadas a Educacao - SUPERAVIT R\$ 7.800,57
3104 25% sobre demais impostos vinculados a educacao - SUPERAVIT R\$ 17.844,66
3105 Alienação de Bens da Educacao - SUPERAVIT R\$ 0,70
31013 PETE - PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - SUPERAVIT R\$ 8.874,13
31043 FNDE - PNATE - SUPERAVIT R\$ 8.597,11
31051 União - Vencimentos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias - SUPERAVIT R\$ 4.536,89
3006 MP - TAC - INDENIZAÇÕES TERRENOS PORTO FIGUEIRA - SUPERAVIT R\$ 872,56
3008 MP - TAC - ALIENAÇÕES TERRENOS PORTO FIGUEIRA - SUPERAVIT R\$ 0,05
3009 TAC - LIVRE MOVIMENTAÇÃO - ALIENAÇÕES TERRENOS PORTO FIGUEIRA - SUPERAVIT R\$ 44.703,03
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR, aos 7 de Fevereiro de 2024.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, Ione (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná
PORTARIA Nº 332/2024, de 07 de Fevereiro de 2024.

SÚMULA: Conceder avanço vertical ao servidor e dá outras providências.

RESOLVE:
I - Conceder a partir de 07 de fevereiro de 2024, o Avanço vertical de que trata a Lei Municipal Nº 652/2022 em seu Artigo 13 - "Sem prejuízo do disposto no art. 12, ter o direito, de no máximo 1 (um) avanço a cada 12(dozes) meses - o servidor que apresentar conceito de 80 (hous) em (conceito) que devendo ser ministrados pelo município, por instituições de ensino oficiais reconhecidos pelo MEC, por instituições governamentais (tais como TCEJ, TCU, integrantes do Sistema S, DETRAN, SAAJ) ou por entidade que o Município integre tais como (AMÉRIGOS, AMP, CNM), por ordem ou conselho da classe de profissional e Escolas ou Fundações de formação e aperfeiçoamento de servidores atrela à área de formação do servidor ou de áreas da Administração Pública Municipal tendo em vista que o servidor abaixo relacionado apresentou Certificado de conclusão em curso de qualificação profissional "Webinar Agente de Desenvolvimento Marketing Digital, Unidade de Negócio- Compras Públicas, Nova Lei de Licitações e Contratações direta e Contratos Administrativos na Lei 14133", totalizando uma carga horária de 88,5 horas, ofertado pelo SEBRAE, IGAM- Instituto afiliado em Gestão Pública LTDA e Escola Gestão do Paraná, com término no mês de fevereiro de 2024, após a aprovação da Lei 652/2022, entregue no setor de Recursos Humanos na data de 06/02/2024 cumprindo o dispositivo do § 1º do referido Artigo 13 - "O direito previsto neste artigo se limita à (jornal) vez a cada 12 (doze) meses e será válido a partir da entrega no Departamento de Recursos Humanos do certificado que comprovou a totalização das horas. Após a concessão do referido avanço, o servidor somente poderá avançar novamente pelo mesmo motivo após 12 (doze) meses".

NOME	MATRICULA	CARGO	NÍVEL ATUAL	CLASSE ENVEL. APOS	AVANÇO VERTICAL
LUZ APARECIDO RABELO JÚNIOR	155501	AGENTE FAZENDÁRIO	GOA-8003	GOA-8004	

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros a partir de 07 de fevereiro de 2024.

Alto Piquiri, 07 de Fevereiro de 2024.

Giovane Mendes de Carvalho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
Estado do Paraná
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2024 - PMCG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2023
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADA: IVO CLEONIR DE AZEVEDO MORO.
DO OBJETO:
O objeto desta ata é o registro de preços para eventual e futura aquisição de diversos materiais de construção destinados a pequenas reformas, manutenções e ampliações dos bens imóveis do município de Cidade Gaúcha, pelo período de 12 (doze) meses.
DO VALOR:
O valor da ata de registro é de R\$ 149.916,00 (cento e quarenta e nove mil e novecentos e dezesseis reais).
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura desta ata.
CIDADE GAÚCHA - PR, em 01 de Fevereiro de 2024.
SILVANA MARIA PEREIRA PAULESKI Prefeita em exercício
Contratante
IVO CLEONIR DE AZEVEDO MORO
Representante legal
Contratado
Testemunhas:

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE
Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 162/2024
Nomeia Comissões de Avaliação de Desempenho.
A Prefeita do município de Cruzeiro do Oeste, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 239/16 de 17 de maio de 2016, que regulamentou o processo de avaliação dos profissionais do magistério para fins de promoção horizontal,
RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão Central de Avaliação de Desempenho, constituída pelos seguintes profissionais:
Danila Andrade de Almeida Barbosa, que presidirá a Comissão;
Luciana Duarte Guilherme Alves
Fabiana Pereira Rodrigues
Elaine Paiva
Art. 2º Instituir as Comissões de Avaliação dos profissionais do magistério nas instituições educacionais, assim constituídas:
I - Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho dos Anjos
Membros Efetivos
Danila Carla Santos de Carvalho
Aguila Tiago de Sá dos Santos
Cleia Mara Alves
Gislaíne Deveschi Ferraresi
Membro Suplente
Luciene Farias do Nascimento Oliveira
II - Centro Municipal de Educação Infantil Casinha Feliz
Membros Efetivos
Diva Fernandes
Adriana Bezerra dos Santos Afonso
Membro Suplente
Ester Ferreira Pitol
III - Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar
Membros Efetivos
Franciele Fernandes Silvério
Francielle da Silva Prado
Cilvânia Sonego
Membro Suplente
Andressa oliveira Barros
IV - Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe
Membros Efetivos
Karolyne Perud Prado Oliveira
Leticia Dutra Rodrigues
Luciana Sequini
Membro Suplente
Neli Felly da Silva
VI - Escola Municipal Amaral Fontoura Educação Infantil e Ensino Fundamental
Membros Efetivos
Juliana Delbône
Aline Paula de Jesus
Lucineide Alvares
Membro Suplente
Amélia Ferreira Batista
VII - Escola Municipal Emiliano Pernetta Educação Infantil e Ensino Fundamental
Período Matutino
Membros Efetivos
Lelaine Pereira de Carvalho
Lucilene dos Santos Modesto
Adalberto Eduardo Lima Barbosa
Ana Paula dos Santos
Membro Suplente
Cirlei Aparecida da Silva Santos
Período Vespertino
Membros Efetivos
Lelaine Pereira de Carvalho
Lucilene dos Santos Modesto
Ana Paula dos Santos
Eliani Zubeck
Membro Suplente
Cirlei Aparecida da Silva Santos
VIII - Escola Municipal Nisia Floresta Educação Infantil e Ensino Fundamental
Período Matutino
Membros Efetivos
Cleodemir Pereira
Sonia Alves da Silva Diassis
Elsangela Giordana Guedes
Membro Suplente
Edna Goretti de Souza Pires
Período Vespertino
Membros Efetivos
Sulyen Kelly Barbosa
Maria do Carmo Correia Santos
Membro Suplente
Edna Goretti de Souza Pires
IX - Escola Municipal de Campo Rosimeri Ortiz Consalter Ensino Fundamental
Membros Efetivos
Diva Fernandes
Adriana Bezerra dos Santos Afonso
Aline da Silva Bossio
Membro Suplente
Maria Claudia Bandeira Gobo
X - Escola Municipal Cívico-Militar Tasso da Silveira Educação Ensino Fundamental
Membros Efetivos
Franciniani Paulino Brandani Ribas
Paula Mayara Assolini Otavio
Tania Regina Assolini Otavio
Daniel Caroline Barbosa Rossato
Parágrafo único. Cada Comissão será presidida pela Direção da respectiva instituição educacional.
Cruzeiro do Oeste, 07 de fevereiro de 2024.
Maria Helena Bertoco Rodrigues
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA
Estado do Paraná
EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA
PARTES: Município de Maria Helena com a Sicredi Dexis.
OBJETO: Implementação de metodologia de educação cooperativa baseada em projetos, para o desenvolvimento de princípios de cooperação e cidadania.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Sem transferência de recursos.
DO PRAZO E DA VIGÊNCIA: até 31/12/2024.
DATA DA ASSINATURA: 12 de setembro de 2023
Maria Helena, 07 de fevereiro de 2024.
MARCELON RANCER MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº.38/2023 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul e a empresa: EVI SPOR- MATERIAL ESPORTIVO LTDA
I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa EVI SPOR- MATERIAL ESPORTIVO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 11.011.496/0001-15, com sede à Avenida Rolândia, 4126, centro, na cidade de Umuarama - PR., CEP87502-170, denominada CONTRATADA.
II – REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado à Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafetal do Sul-PR, portador do RG nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA a Sr.ª FRANCELIZA FARIA, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 4.946.849-0 SSP/PR., e inscrito no CPF sob nº 779.082.019-20 residente e domiciliado a avenida Rotary, 3915, Jardim dos Príncipes, na cidade de Umuarama –PR
III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, com se nele estivesse contido Processo nº. 04/2023, Pregão presencial nº 01/2023.
IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA - passando a ter a seguinte redação:
“CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO”
-Fica prorrogado por 12 meses o respectivo contrato, sendo de 07 de março de 2024 a 07 de março de 2025.Justifica-se que é de suma importância para atender o calendário esportivo do município, bem como projetos e programas desenvolvidos pela secretaria de educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.
3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.
Cafetal do Sul, 07 de fevereiro de 2024.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal
EVI SPOR MATERIAL ESPORTIVO LTDA
FRANCELIZA FARIA
Testemunhas:
JOSÉ LAURO TANGANELLI NETO CLODOALDO TAKAITI AMORIM
CPF: 069.340.019.66 CPF: 562.792.321-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
TERMO DE SUSPENSÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº. 181/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul e a empresa: INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA
I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA CNPJ: 10.801.453/0001-70 com sede a Rua Naga, 1743, Parque Industrial II, CEP: 87.507-150, na cidade de Umuarama - PR, endereço eletrônico: industria.artefatos@gmail.com denominada CONTRATADA.
II – REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado à Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafetal do Sul-PR, portador do RG nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA O Senhor HUGO DE ASSIS GONZAGA, residente e domiciliado à Avenida Rio Grande do Sul, 3071, Jardim Veleiros, CEP: 87.502-400, na cidade de Umuarama - PR, portador do RG n.º 3.501.106/SSP/IMG e CPF: 809.031.426-00.
III – DO OBJETO: O presente Termo de suspensão tem como objeto Contratação de empresa para REVITALIZAÇÃO DA AV. FRANCISCO NOGUEIRA DA SILVA – DISTRITO DE GUAIPORÁ, SAM 60, Prioridade 60 CONVÊNIO Nº 1457/2022 SECID – Secretaria de Estado das Cidades, como se nele estivesse contido Processo Administrativo n.º 79/2023, Tomada de preço nº 05/2023, e demais especificações técnicas constantes em projeto pelos motivos a seguir expostos. Considerando, parecer técnico favorável elaborado pelo setor de Engenharia do Município de Cafetal do Sul – PR.
Considerando, parecer jurídico favorável.
Resolve:
Cláusula primeira: Suspende o prazo de execução disposta na Cláusula Quarta do contrato 181/2023, firmado com a empresa INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA, pelo prazo de 120(cento e vinte) dias para execução do mesmo, assinado em 07/11/2023, justifica-se que a empresa contratada não possuía frente de trabalho disponível, por estar em período de final de ano e férias coletivas, sendo assim necessário a suspensão por 120(cento e vinte dias).
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 – O presente Termo entra em vigor na data da assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.
3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.
Cafetal do Sul, 07 de fevereiro de 2024.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal
INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA
HUGO DE ASSIS GONZAGA
Testemunhas:
CLODOALDO TAKAITI AMORIM JOSÉ LAURO TANGANELLI NETO
CPF: 562.792.321-53 CPF: 069.340.019-66

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
TERMO DE SUSPENSÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº. 182/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul e a empresa: RCM INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA
I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa RCM INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 04.375.328/0001-43 com sede a Rua Projetada A, 1670, Pq Industrial III, CEP: 87.507-135, na cidade de Umuarama - PR denominada CONTRATADA.
II – REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado à Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafetal do Sul-PR, portador do RG nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA O Senhor CLEBER RUIZ MARTINEZ, residente e domiciliado à Rua Elyr Baptista Lopes 6333, Jardim Araribó, na cidade de Umuarama - PR, portador do RG n.º 6.925.696-1 SSP/PR e CPF: 021.110.919-36.
III – DO OBJETO: O presente Termo de suspensão tem como objeto Contratação de empresa para Contratação de empresa para REVITALIZAÇÃO (PAISAGISMO) – DISTRITO DE GUAIPORÁ, SAM 61, Prioridade 64 CONVÊNIO Nº 55/2023 SECID – Secretaria de Estado das Cidades como se nele estivesse contido Processo Administrativo n.º 80/2023, Tomada de preço nº 07/2023, e demais especificações técnicas constantes em projeto pelos motivos a seguir expostos. Considerando, parecer técnico favorável elaborado pelo setor de Engenharia do Município de Cafetal do Sul – PR.
Considerando, parecer jurídico favorável.
Resolve:
Cláusula primeira: Suspende o prazo de execução disposta na Cláusula Quarta do contrato 182/2023, firmado com a empresa RCM INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA, pelo prazo de 90 dias para execução do mesmo, assinado em 07/11/2023, justifica-se que a empresa contratada não possuía frente de trabalho disponível, sendo assim necessário a suspensão por 90(noventa dias).
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 – O presente Termo entra em vigor na data da assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.
3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.
Cafetal do Sul, 06 de fevereiro de 2024.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal
RCM INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA
CLEBER RUIZ MARTINEZ/CONTRATADA
Testemunhas:
CLODOALDO TAKAITI AMORIM JOSÉ LAURO TANGANELLI NETO
CPF: 562.792.321-53 CPF: 069.340.019-66

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DA ATA Nº 08/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: FORMIGARI COMERCIO DE MOVEIS LTDA
SEDE: Araquari – SC
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 56.410,78 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e dez reais e setenta e oito centavos)
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.
EXTRATO DA ATA Nº 09/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: INOVA TECH INFORMATICA LTDA
SEDE: Taio – SC
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 56.410,78 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e dez reais e setenta e oito centavos)
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DA ATA Nº 10/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: SEVEN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
SEDE: Toledo – PR
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 12.550,00 (doze mil e quinhentos e oitenta reais)
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, Maria Helena Bertoco Rodrigues, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posterior-res, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termo:
a) Processo Nº 96/2023
b) Licitação Nº 28/2023
c) Modalidade Pregão
d) Data Homologação : 07/02/2024
e) Objeto Homologado : Aquisição de aparelhos de ar condicionados novos incluso instalação.
f) Dotação Orçamentaria:
09.001.10.301.0020.1.035.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.003.08.244.0016.2.064.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.001.04.122.0004.2.011.3.3.90.39.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.003.08.244.0017.2.059.3.3.90.39.00.00. - 934 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.003.08.244.0017.2.059.4.4.90.52.00.00. - 934 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.004.08.243.0017.6.066.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.004.08.243.0017.6.066.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
11.001.12.361.0022.2.072.3.3.90.39.00.00. - 107 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
09.001.10.301.0020.1.035.4.4.90.52.00.00. - 500 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.04.122.0004.2.011.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
09.001.10.301.0020.1.035.4.4.90.52.00.00. - 518 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.04.122.0004.2.011.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
09.002.10.301.0020.2.043.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
09.002.10.303.0021.2.048.3.3.90.39.00.00. - 494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.001.08.244.0016.2.058.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.001.08.244.0016.2.058.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.003.08.243.0016.2.061.3.3.90.39.00.00. - 932 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.003.08.243.0016.2.061.4.4.90.52.00.00. - 932 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08.001.26.782.0051.2.034.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
08.001.26.782.0051.2.034.4.4.90.52.00.00. - 501 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.003.08.244.0016.2.063.3.3.90.39.00.00. - 935 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
13.001.23.122.0049.2.007.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
03.001.04.122.0004.2.003.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
03.001.04.122.0004.2.005.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
09.001.10.301.0020.1.035.4.4.90.52.00.00. - 500 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
09.001.10.301.0020.1.035.4.4.90.52.00.00. - 518 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.003.08.243.0016.2.061.4.4.90.52.00.00. - 932 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.003.08.244.0016.1.115.4.4.90.52.00.00. - 31050 -
10.003.08.244.0016.2.063.4.4.90.52.00.00. - 3935 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
11.001.12.361.0022.2.072.4.4.90.52.00.00. - 107 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
11.001.12.361.0022.2.073.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
11.001.12.361.0022.2.074.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
11.001.12.365.0026.2.080.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
11.002.12.361.0022.2.084.4.4.90.52.00.00. - 102 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.001.20.122.0045.2.091.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
12.001.20.122.0045.2.091.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02.001.04.122.0003.2.001.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):
1) SUPERAR EIRELI EPP inscrito no CNPJ/CPF Nº 13.482.516/0001-61 no valor total dos itens vencidos de R\$ 423.886,11 (quatrocentos e vinte três mil oitocentos e oitenta e seis reais e onze centavos)
2) DENTECK AR CONDICIONADO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 11.319.557/0005-30 no valor total dos itens vencidos de R\$ 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil reais).
3) E. VIEIRA & GUILHERME LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 32.772.813/0001-96 no va-lor total dos itens vencidos de R\$ 360.250,90 (trezentos e sessenta mil, duzentos e cinquenta reais e noventa centavos).
Cruzeiro do Oeste, 07 de fevereiro de 2024.
Maria Helena Bertoco Rodrigues
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DA ATA Nº 11/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: MAQPEL COMERCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA SEDE: Umuarama – PR
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais)
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DA ATA Nº 12/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: COMERCIAL FIDUCIA LTDA UNIPESSOAL
SEDE: Curitiba – PR
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 14.061,00 (quatorze mil e sessenta e um reais).
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DA ATA Nº 13/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: RUIZ COMERCIO INTELIGENTE LTDA
SEDE: Serra – ES
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 11.876,00 (onze mil, oitocentos e setenta e seis reais).
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DA ATA Nº 14/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: UNIMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
SEDE: Quatiguá – PR
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 11.536,77 (onze mil, quinhentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos).
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DA ATA Nº 15/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: UNIMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
SEDE: Quatiguá – PR
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 10.962,41 (dez mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos).
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DA ATA Nº 16/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: OPORTUNO DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
SEDE: Toledo – PR
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 9.126,60 (nove mil, cento e vinte e seis reais e sessenta centavos).
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.
EXTRATO DA ATA Nº 17/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: VMILX ELETRÔNICOS LTDA
SEDE: Turvo – SC
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a aquisição de materiais permanente maquinas, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as demandas das Secretarias Municipais desta Prefeitura.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 8.376,00 (oito mil, trezentos e setenta e seis reais).
O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a contar da data de assinatura, iniciando-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.946.795-0 e do CPF nº 795.588.109-59.
CONTRATADO: CLINICA MEDICA BRUNO & OLIVEIRA LTDA
SEDE: Município de Umuarama – PR
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade INEXIBILIDADE Nº 2 /2024, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto credenciamento para prestação de serviços médicos em neurocirurgia, neurologia pediátrica para realização de consultas e procedimentos especializados para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
O prazo de vigência deste instrumento, será de 12 (doze) meses, inicia-se em 02 de fevereiro de 2024 e encerrando-se em 02 de fevereiro de 2025.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

DECRETO Nº 1990/2024, de 06 de Fevereiro de 2024.

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação de "Autoridade Sanitária" do município de Alto Piquiri e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados "**Autoridade Sanitária**" do município de Alto Piquiri, os seguintes servidores:

Nome	Matrícula
Sandra Regina Puziol	17582
Carolina Richter	59
Willians José dos Santos Azevedo	470

Art. 2º Considerar de relevância os serviços a serem prestados pelos servidores ora constituídos, porém, sem ônus para o município.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 1908/2023, de 12 de Setembro de 2023.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 06 de Fevereiro de 2024.

Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 62
De 07/02/2024
DISPÕE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARA ANÁLISE DA VIDA FUNCIONAL DE PROFESSORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º. Constituir Comissão Especial destinada a proceder a análise da vida funcional dos professores do Município para fins de progressão funcional, de conformidade com o anexo III e III-A, do art. 32 da Lei Municipal nº. 427, de 12/06/2008 (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal), como segue:
Representante da Secretaria Municipal de Educação: Inês Pereira Ribeiro
Representante da Entidade Sindical: Maria Alice Barbosa
Representante da Equipe Pedagógica da Escola Rural Municipal Vila Formosa: Janes Pereira Costa
Representante da Equipe Pedagógica da Escola Municipal Drummond de Andrade: Angela Cristina Santos Moraes
Representante da Equipe Pedagógica do CMEI Campodoro: Adriana Cristina Veetorazo Trindade
Art. 2º. A Comissão ora constituída entregará à Divisão de

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUCHA
ESTADO DO PARANÁ

FONE/FAX (044) 3675-1122, 3675-4300
RUA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, N.º 2394
CEP.º 87.820-000 – CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 091/2023, REF. A INEXIGIBILIDADE N.º 018/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUCHA – PR** E A EMPRESA **R Z SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUCHA – PR**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394, centro, Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 75.377.200/0001-67, neste ato, representado pela Prefeita Municipal em exercício, **Sra. SILVANA MARIA PEREIRA PAULESKI**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG n.º 5.140.775-0 SSP/PR, inscrita no CPF n.º 929.042.469-91, residente e domiciliada na Trav. Alcino Rafael Moretti, 69, Bairro: Alvorada, Município de Cidade Gaúcha - PR, CEP: 87.820-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e,

CONTRATADA: A empresa **R Z SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob n.º 17.594.984/0001-89, com sede a Rua Apucarana, n.º 1859, sala 01, centro, Fone: (44) 3673-1067, e-mail: rzservicosmed@hotmail.com, Município Votae – PR, CEP: 87.525-000, neste ato, representada pelo Sr. **RAPHAEL JOÃO ZAUPA JUNIOR**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade civil RG n.º 5.304.774-2 SSP/PR, inscrito no CPF sob n.º 918.920.829-34, residente e domiciliado a Rua Alameda Berlim, 67, Centro, Cel. (44) 98838-1595, e-mail: raphaeljoao.zaupa@hotmail.com, Município de Nova Olímpia PR, CEP: 87.490-000, doravante denominado **CONTRATADO**.

Considerando a necessidade de serviço médico auditor, solicitado pela Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura de Cidade Gaúcha – PR,

Considerando o princípio da economicidade e da continuidade do serviço público, considerando a Administração Pública, observando a viabilidade técnica, econômica da contratação no que diz respeito à economia de recursos, agilidade e principalmente a continuidade ao objeto lícito.

Considerando o artigo 65, letra “B” do inciso I, da Lei n.º 8.666, de 1993 e suas alterações,

Resolvem pelo presente instrumento **ADITAR O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, conforme cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem, alterar a cláusula 4 (quarta) do Contrato Original, sob o n.º 091/2023, da seguinte forma.

1.1.1 DA ALTERAÇÃO, acresce o quantitativo de meta dos itens de serviços abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
012	Médico Auditor Fiscalizar qualidade dos serviços prestados aos pacientes, verificar os recursos usados durante o atendimento, checar as autorizações de procedimentos, monitorar internações, medicamentos usados com paciente no Hospital Municipal	mensal	1	R\$ 3.400,00	R\$ 3.400,00

1.2 O valor total integrado ao exercício de 2024, conforme acréscimo demonstrado nos itens acima, será de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Considerando o acréscimo de metas estabelecidas no item 1.1.1 deste termo, fica, do mesmo modo, alterado o objeto contratual e por conseguinte a cláusula quarta, que passará a perfazer o valor global do contrato, em R\$ 236.400,00 (duzentos e trinta e seis mil e quatrocentos reais), conforme abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
001	Atendimento Ambulatorial na Especialidade 2 Vezes por Semana, ESPECIALIDADE: Médico Pediatra	Svc/ Mês	3	R\$ 16.800,00	R\$ 50.400,00
002	Atendimento Ambulatorial na Especialidade 2 Vezes por Semana, Atendimento de Acompanhamento de Gestantes e Orientações de Planejamento Familiar, ESPECIALIDADE: Médico Obstetra	Svc/Mês	3	R\$ 16.800,00	R\$ 50.400,00
003	Atendimento Ambulatorial na Especialidade 1 Vez por Semana, com Atendimento de Implantação de DIU e Realização de Ultrassonografia Flia Ginecológica	Svc/Mês	1	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
004	Médico Plantonista para Atendimento Diurno de Segunda a Sexta, para Consultas e Ocorrências que Surgirem no Horário	Plantões (12 horas, seg. – Sex. – Sáb. – Dom. – Sáb. – Dom.)	25	R\$ 1.700,00	R\$ 42.500,00
005	Médico Plantonista para Atendimento Noturno seg Segunda a Sexta, para Consultas e Ocorrências que Surgirem no Horário	Plantões (12 horas, seg. sex. noturno)	25	R\$ 1.700,00	R\$ 42.500,00
006	Médico Plantonista para atendimentos diurnos, nos finais de semana, para consultas e	Plantões diurnos fins de semana (12 horas)	8	R\$ 1.750,00	R\$ 14.000,00
007	ocorrências que surgirem no horário	horas)	8	R\$ 1.750,00	R\$ 14.000,00
008	Médico Plantonista para atendimentos noturno, nos finais de semana, para consultas e ocorrências que surgirem no horário	plantões noturnos fins de semana, para consultas e ocorrências que surgirem no horário (12 horas)	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
009	Médico Plantonista para atendimentos noturno, nos feriados, para consultas e ocorrências que surgirem no horário	plantões feriados/recessos (12 horas noturno)	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
012	Fiscalizar a qualidade dos serviços prestados aos pacientes, verificar os recursos usados durante o atendimento, checar autorizações de procedimentos, monitorar internações, medicamentos usados com paciente no Hospital Municipal	Svc/Mês	3	R\$ 3.400,00	R\$ 10.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Permanecem inalteradas, e em pleno vigor, as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 30 de Junho de 2023.

2.2 E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Cidade Gaúcha - PR, 01 de Fevereiro de 2024.

SILVANA MARIA PEREIRA PAULESKI
Prefeita em exercício
Contratante

TERMINAÇÕES:

RAPHAEL JOÃO ZAUPA JUNIOR
Representante Legal
Contratado



MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Estado do Paraná

CNPJ 16.881.854/0001-27
Rua João Oliveira de Figueiredo, 686, CEP: 87.400-000
Telefone: (44)3016-4430 - www.cruzeirodoeste.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, Maria Helena Bertocco Rodrigues, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº : 339/2023
b) Licitação Nº : 105/2023
c) Modalidade : Pregão
d) Data Homologação : 07/02/2024
e) Objeto Homologado : **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL, DA SECRETARIA DE SAÚDE E TAMBÉM PARA SEREM SERVIÇOS DURANTE COFFEE BREAK EM PALESTRAS E REUNIÕES VOLTADAS A ATENÇÃO PRIMÁRIA.**

f) Dotação Orçamentária:
09.002.10.301.0020.2.043.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.301.0020.2.043.3.390.30.00.00 - 303 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.301.0021.2.044.3.390.30.00.00 - 496 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.302.0020.2.042.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.302.0020.2.042.3.390.30.00.00 - 303 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.302.0020.2.042.3.390.30.00.00 - 494 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.303.0021.2.048.3.390.30.00.00 - 1016 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.303.0021.2.048.3.390.30.00.00 - 494 - MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

1) **SCM BORGES E CIA LTDA** inscrita no CNPJ/CPF nº 08.586.301/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R\$ 197.926,20 (cento e noventa e sete mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte centavos).

2) **RAM ALIMENTOS EIRELI** inscrita no CNPJ/CPF nº 29.421.808/0001-24 no valor total dos itens vencidos de R\$ 59.250,50 (cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais e cinco centavos).

3) **CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA** inscrita no CNPJ/CPF nº 47.515.013/0001-67 no valor total dos itens vencidos de R\$ 12.711,47 (doze mil, setecentos e onze reais e quarenta e sete centavos).

MARIA HELENA BERTOCÇO RODRIGUES
PREFEITA MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Estado do Paraná

CNPJ 16.881.854/0001-27
Rua João Oliveira de Figueiredo, 686, CEP: 87.400-000
Telefone: (44)3016-4430 - www.cruzeirodoeste.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, Maria Helena Bertocco Rodrigues, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº : 340/2023
b) Licitação Nº : 106/2023
c) Modalidade : Pregão
d) Data Homologação : 07/02/2024
e) Objeto Homologado : **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE – PR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

f) Dotação Orçamentária:

02.001.04.122.0003.2.001.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
06.002.04.122.0004.2.012.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.002.15.452.0037.2.026.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.002.15.452.0037.2.026.3.390.30.00.00 - 510 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.301.0020.2.043.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.301.0020.2.043.3.390.30.00.00 - 303 - MATERIAL DE CONSUMO
09.002.10.303.0021.2.048.3.390.30.00.00 - 494 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.08.241.0016.2.146.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
10.003.08.243.0016.2.061.3.390.30.00.00 - 932 - MATERIAL DE CONSUMO
10.003.08.244.0016.2.063.3.390.30.00.00 - 935 - MATERIAL DE CONSUMO
10.003.08.244.0016.2.064.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
10.003.08.244.0017.2.066.3.390.30.00.00 - 934 - MATERIAL DE CONSUMO
10.003.08.244.0017.2.066.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
10.004.08.243.0017.2.066.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
11.001.12.361.0022.2.074.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
11.001.12.365.0028.2.080.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
12.001.20.122.0045.2.091.3.390.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

1) **SCM BORGES E CIA LTDA** inscrita no CNPJ/CPF nº 08.586.301/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R\$ 1.208.451,58 (um milhão, duzentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

2) **RAM ALIMENTOS EIRELI** inscrita no CNPJ/CPF nº 29.421.808/0001-24 no valor total dos itens vencidos de R\$ 129.458,00 (cento e vinte e duas mil, setecentos e dez reais e quarenta e cinco centavos).

3) **SÃO MIGUEL ALIMENTOS LTDA EPP** inscrita no CNPJ/CPF nº 24.142.114/0001-34 no valor total dos itens vencidos de R\$ 129.458,00 (cento e vinte e duas mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).

4) **COMERCIO DE CARNES VERALINE LTDA** inscrita no CNPJ/CPF nº 80.844.319/0001-32 no valor total dos itens vencidos de R\$ 110.167,20 (cento e dez mil, cento e sessenta e sete reais e vinte centavos).

5) **NAKA EXPRESS LTDA** inscrita no CNPJ/CPF nº 51.412.036/0001-13 no valor total dos itens vencidos de R\$ 47.680,12 (quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e doze centavos).

6) **ATACADO J. BONIFACIO LTDA** inscrita no CNPJ/CPF nº 24.582.776/0001-25 no valor total dos itens vencidos de R\$ 40.478,07 (quarenta mil, quatrocentos e setenta e oito reais e sete centavos).

7) **CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA** inscrita CNPJ/CPF nº 47.515.013/0001-67 no valor total dos itens vencidos de R\$ 19.860,73 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais e setenta e três centavos).

8) **C R BEZERRA - HORTIFRUTTI** inscrita no CNPJ/CPF nº 51.162.856/0001-02 no valor total dos itens vencidos de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

MARIA HELENA BERTOCÇO RODRIGUES
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 028/2024.

SÚMULA: Rescisão de contrato de trabalho da servidora JESSICA GONÇALVES MENDES, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 1.038, de 24 de Março de 2021;

Considerando o Processo Seletivo Simplificado 02/2021 aberto pelo Edital nº 001 (Retificado), de 12 de novembro de 2021, e sua ordem classificatória;

Considerando o Edital de Convocação nº 002, de 03 de fevereiro de 2022; e

Considerando cumpridas as etapas de apresentação de documentos pelo(a) candidato(a),

DECRETA:

Art. 1º - Fica encerrado o contrato de trabalho com a servidora JESSICA GONÇALVES MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais PSS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.864.818-6, e inscrito no CPF/MF nº081.952.729-75 lotado na Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental, a contar de 08/02/2024.

2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Certifiquem-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Evertton Barbieri
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 024/2024

Concede Licença Especial ao servidor Jucellis Bispo Pereira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA, Estado do Paraná, usando das atribuições legais pelo art. 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, de 02 de janeiro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder, 03 (três) meses de Licença Especial, no período compreendido entre 01 de fevereiro de 2024 a 30 de abril de 2024, ao servidor JUCELLIS BISPO PEREIRA, matrícula nº 14901, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 6.113.635-5 SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Escritório (40 horas), com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2024.

Maria Helena-PR, 07 de fevereiro de 2024.

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 026/2024

Concede Licença Especial à servidora Janete Portillo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA, Estado do Paraná, usando das atribuições legais pelo art. 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, de 02 de janeiro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder, 03 (três) meses de Licença Especial, no período compreendido entre 19 de fevereiro de 2024 a 18 de maio de 2024, a servidora JANETE PORTILLO, matrícula nº 6981, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 5.704.941-3 SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (40 horas), com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de fevereiro de 2024.

Maria Helena-PR, 07 de fevereiro de 2024.

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 027/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, usando das faculdades outorgadas pelo art. 66, incisos VI e IX, DA Lei Orgânica Municipal, e com a Lei Municipal nº 008/2005, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a partir de 23 de outubro de 2023, a servidora ROSIMERE RODRIGUES DOS SANTOS, portadora(a) do RG n.º 9.817.066-9 SSP-PR, cargo Operário (40 horas) temporário, adicional de insalubridade no percentual de 10% (dez por cento) sobre o nível de seu vencimento.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de outubro de 2023.

Maria Helena-PR, 07 de fevereiro de 2024.

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

PROCESSO Nº 001/2024

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com a legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, para o seguinte. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de combustíveis com fornecimento contínuo e fracionado, sendo: óleo diesel comum, óleo diesel S10, etanol e gasolina comum a serem utilizados em veículos e maquinários pertencentes às secretarias e departamentos vinculados a frota da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, estado do Paraná, conforme memorial descritivo constante no anexo I do referido Edital.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 26/02/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 26/02/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 26/02/2024.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 1.067.500,00(um milhão, sessenta e sete mil e quinhentos reais).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93, as Leis Complementares nº 123/06, 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019 e LEI MUNICIPAL Nº 1.146/2022.

O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES <http://www.franciscoalves.pr.gov.br>-Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, situado à Rua Jorge Ferreira, 627, mediante preenchimento da solicitação de edital.

OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, A Rua Jorge Ferreira, 627, FRANCISCO ALVES – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3643-000.

FRANCISCO ALVES/PR, 07 de fevereiro de 2023.

DANIEL DOS S. T. CHAMORRO
Diretor de Dpto de Licitações e Cadastros
Portaria nº181/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná

TERMO ADITIVO N.º 01

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 328/2022

PREGÃO PRESENCIAL 053/2021

Aos 04 dias do mês de dezembro de 2023, como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ, com sede na Av. Rio de Janeiro, 2758, Sala 03, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob n.º 09.245.506/0001-35, neste ato representado pelo seu agente político, DENILSON VAGLIERI PREVITAL, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Serra Dourada, 1940, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.757.130-2 SSP/PR e CPF n.º 041.938.799-41, e de outro lado como CONTRATADA a empresa VERA LUCIA BESSA DA SILVA LIMA 08423845966 – ME, estabelecida à Rua Londrina, 1919, Fundos, Centro, CEP 87.525-000, na cidade de Ivaté, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob N.º 32.489.364/0001-73, neste ato devidamente representada pela Sra. VERA LUCIA BESSA DA SILVA LIMA, brasileira, empresária, residente e domiciliada na cidade de Ivaté/PR, portadora do RG: 7.595.739-4 SSP/PR e devidamente inscrita no CPF sob N.º 084.238.459-66, telefone: (44) 98447-2748, resolvem ADITAR o Contrato Administrativo supramencionado, nas condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Este Termo Aditivo tem a finalidade de promover a supressão dos itens não executados do contrato no período de vigência para que seja realizada a renovação do prazo de vigência e renovação do saldo com recomposição em termos aditivos posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em consequência das alterações promovidas por meio deste Termo Aditivo, o valor global do contrato primitivo ora adotado tem o saldo de R\$ 191,85 (setenta e sete mil, setecentos e noventa e sete reais) suprimido.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo que não contrariem o disposto neste Termo Aditivo. E, por estarem as partes de comum acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

MUNICÍPIO DE IVATÉ

DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Contratante

VERA LUCIA BESSA DA SILVA LIMA 08423845966 – ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Patrícia Tomain Mesquita	Karina Wentland Dias
--------------------------	----------------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná

DECRETO N.º 010/2024

SÚMULA: Estabelece referência de base de cálculo para lançamento e cobrança de ITBI de imóveis rurais para o exercício de 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 21, de 15 de dezembro de 2005;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido, para vigorar no exercício de 2024, como valor de referência dos imóveis rurais, para fins de base de cálculo, lançamento e cobrança do imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI, constante do art. 240 da Lei Complementar nº 21 de 15 de dezembro de 2005 – Código Tributário do Município de Ivaté, a importância de R\$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais) por alqueire, ou R\$ 32.851,24 por hectare.

Parágrafo único. Aplica-se o presente artigo na ausência de declaração do contribuinte do valor da transação comercial do imóvel.

Art. 2º. Substitui a declaração do contribuinte o laudo de avaliação expedido por Engenheiro Agrônomo perito em avaliação de imóveis rurais.

Art. 3º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, aos 07 dias do mês de fevereiro do ano de 2024.

DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RH N.º 033/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, EDITAL N.º 002/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA.

CONTRATADO: JOICE APARECIDA SERGINIANI .

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido a pedido o término de contrato, a partir de 05 de fevereiro de 2024, o Contrato de prestação de Serviços RH nº 033/2023, firmado em 03 de abril de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: O contratante se compromete a pagar ao contratado os direitos adquiridos correspondentes aos serviços prestados até a data da presente rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA: As partes declaram que não há nada a reclamar com referência ao contrato rescindido por este termo aditivo. E por estarem certos e ajustados, firmam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Maria Helena-PR, 07 de fevereiro de 2024.

JOICE APARECIDA SERGINIANI
Contratado(a)

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 025/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, usando de sua competência e atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores para comporem a Comissão de Patrimônio, com intuito de levantamento e avaliação de bens móveis inservíveis do Município de Maria Helena, Estado do Paraná.

MEMBRO CARGO/LOTÇÃO

Wagner da Silva	Diretor do Dpto. de Patrimônio
Junio Cezar Bertoni	Secretário de Administração
Fernando Carbonera Bigueti	Auxiliar Administrativo
Paula Aparecida Lopes dos Reis	Secretária de Saúde
Jhonatan Siqueira	Secretário de Serviços e Obras

Art. 2º A Comissão de Patrimônio, composta pelos membros acima qualificados, será responsável pelos dados fornecidos ao sistema informatizado do Município, os quais serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3º Fica revogada a portaria 043, de 15 de janeiro de 2021.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Helena-PR, 07 de fevereiro de 2024

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº: 15/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.

CONTRATADA: JUAREZ BORGES MOREIRA

DO OBJETO: Contratação temporária e eventual em caráter de urgência de auxiliar de serviços gerais para atendimento da Secretaria de Saúde, em decorrência de estado de emergência pelo surto de dengue, Decreto Municipal nº 1982/2024, para PRESTAR SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, por um período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 07 de fevereiro de 2024 a 07 de abril de 2024, de segunda a sexta num total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, denominado CONTRATO TEMPORÁRIO.

DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 07 de abril de 2024.

DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 6.919,70 (seis mil novecentos e dezoenove reais e setenta centavos) a serem pagos.

Alto Piquiri - PR, 07 de fevereiro de 2024.

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Contratante

JUAREZ BORGES MOREIRA
Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 025/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, usando de sua competência e atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores para comporem a Comissão de Patrimônio, com intuito de levantamento e avaliação de bens móveis inservíveis do Município de Maria Helena, Estado do Paraná.

MEMBRO CARGO/LOTÇÃO

Wagner da Silva	Diretor do Dpto. de Patrimônio
Junio Cezar Bertoni	Secretário de Administração
Fernando Carbonera Bigueti	Auxiliar Administrativo
Paula Aparecida Lopes dos Reis	Secretária de Saúde
Jhonatan Siqueira	Secretário de Serviços e Obras

Art. 2º A Comissão de Patrimônio, composta pelos membros acima qualificados, será responsável pelos dados fornecidos ao sistema informatizado do Município, os quais serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3º Fica revogada a portaria 043, de 15 de janeiro de 2021.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Helena-PR, 07 de fevereiro de 2024

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº: 15/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.

CONTRATADA: JUAREZ BORGES MOREIRA

DO OBJETO: Contratação temporária e eventual em caráter de urgência de auxiliar de serviços gerais para atendimento da Secretaria de Saúde, em decorrência de estado de emergência pelo surto de dengue, Decreto Municipal nº 1982/2024, para PRESTAR SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, por um período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 07 de fevereiro de 2024 a 07 de abril de 2024, de segunda a sexta num total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, denominado CONTRATO TEMPORÁRIO.

DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 07 de abril de 2024.

DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 6.919,70 (seis mil novecentos e dezoenove reais e setenta centavos) a serem pagos.

Alto Piquiri - PR, 07 de fevereiro de 2024.

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Contratante

JUAREZ BORGES MOREIRA
Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº: 15/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.

CONTRATADA: JUAREZ BORGES MOREIRA

DO OBJETO: Contratação temporária e eventual em caráter de urgência de auxiliar de serviços gerais para atendimento da Secretaria de Saúde, em decorrência de estado de emergência pelo surto de dengue, Decreto Municipal nº 1982/2024, para PRESTAR SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, por um período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 07 de fevereiro de 2024 a

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 4717/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, **R E S O L V E**:

Art. 1º Fica autorizado ao Senhor GILBERTO AP. GALORO RICOLOTTI, Motorista, portador do Cadastro de pessoa física CPF sob nº 911.090.789-00 e Carteira de Identidade RG sob nº 510.483-5 SSP-PR, com base na Lei Municipal nº. 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) diárias, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4718/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, **R E S O L V E**:

Art. 1º Fica autorizado ao Senhor VALDOMIRO DA CRUZ, Motorista, portador do Cadastro de pessoa física CPF sob nº 276.118.099-20 e Carteira de Identidade RG sob nº 1.644.184-8 SSP-SP, com base na Lei Municipal nº. 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) diárias, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades da região a serviço do município de Tapira, referente ao mês de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4719/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, **R E S O L V E**:

Art. 1º Fica autorizado ao Senhor JOSE DA COSTA OLIVEIRA, Motorista, portador do Cadastro de pessoa física CPF sob nº 288.140.102-34 e Carteira de Identidade RG sob nº 14.303.219-1 SESP-PR, com base na Lei Municipal nº. 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) diárias, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4720/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, **R E S O L V E**:

Art. 1º Fica autorizado ao Senhor AVERALDO ALEXANDRE DE ALMEIDA, portador do Cadastro de pessoa física CPF sob nº 022.701.139-26 e Carteira de Identidade RG sob nº 5.105.651-5 SSP-PR, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 05 (cinco) diárias, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4721/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, **R E S O L V E**:

Art. 1º Fica autorizado ao Senhor LUIZ CARLOS PEREIRA, Motorista, portador do Cadastro de pessoa física CPF sob nº 561.348.439-20 e Carteira de Identidade RG sob nº 4.103.716-4 SSP-PR, com base na Lei Municipal nº. 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) diárias, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4722/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, **R E S O L V E**:

Art. 1º Fica autorizado ao Senhor DEUNIZIO KEIJI HARA, Motorista, portador do Cadastro de pessoa física CPF sob nº 457.643.799-20 e Carteira de Identidade RG sob nº 3.055.459-0 SESP-PR, com base na Lei Municipal nº. 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) diárias, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4723/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, **R E S O L V E**:

Art. 1º Fica autorizado ao Senhor EVALDO SOUZA SILVA, Motorista, portador do Cadastro de pessoa física CPF sob nº 965.422.689-87 e Carteira de Identidade RG sob nº 5.104.994-2 SSP-PR, com base na Lei Municipal nº. 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) diárias, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4724/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, **R E S O L V E**:

Art. 1º Fica autorizado ao Senhor DELAÚDE ANTONIO BIFFI, Motorista, portador do Cadastro de pessoa física CPF sob nº 388.972.299-72 e Carteira de Identidade RG sob nº 2.199.499 SSP-PR, com base na Lei Municipal nº. 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) diárias, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
CNPJ: 76.484.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA FEVEREIRO/2024
RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: MAURILIO DE SOUZA
MATRICULA:300100
RG:7.927.638-8
DESTINO:UF: CASCAVEL
SAÍDA:04:30MIN 06/02/2024
RETORNO:18:04HMM 06/02/2024
MÉIO DE TRANSPORTE: KRONOS – PLACA:SPD980
CUSTO APROXIMADO: R\$ 160,00

Pagamento de 1/4 (UM QUARTO) diárias, conforme Lei Municipal nº. 1.490/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R\$94,14 (NOVENTA E QUATRO REAIS E QUATORZE CENTAVOS), como reembolso de despesa de viagem realizada até o município de CASCAVEL, para TRANSPORTAR PACIENTE PARA FINS DE TRATAMENTO MÉDICO.

ANGELA MARIA DE ALMEIDA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em / /
DEFERIDO ☐
INDEFERIDO ☐



CIUENP
NOROESTE PR
Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

Portaria nº 057/2024

O Presidente em Exercício do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIUENP, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. VALERIA BONONI GONCALVES DE SOUZA, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade de RG nº 49878197 SESP/PR, para o Cargo em Comissão de Coordenador Geral, conforme disposto no Anexo I do Estatuto do CIUENP, a partir do dia 08 de fevereiro de 2024.

Art. 2º - A título de remuneração, a ora nomeada receberá 100% (cem por cento) do valor estabelecido no Estatuto do CIUENP.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos da data de efetivo exercício.

Umuarama/PR, 07 de fevereiro de 2024.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP



CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192
NOROESTE DO PARANÁ

PORTARIA Nº 055/2024

EXONERA A SERVIDORA
ANA CAROLINE BARBOSA CASSIANO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná CIUENP, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatuto, e de acordo RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR por término de contrato, a partir de 06 de Fevereiro de 2024, a Sra. ANA CAROLINE BARBOSA CASSIANO portadora da Cédula de Identidade nº 14.417.079-9 SESP-PR, admitida em 06 de Fevereiro de 2023 ocupante do emprego público por prazo determinado de Técnica de Enfermagem Sociorrel, pelo regime CLT, lotado na Central de Regulação situada no município de Umuarama, Estado do Paraná, ficando revogado da Portaria nº 57/2023 de 02 de Fevereiro de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, notifique-se, registre-se e cumpra-se.

Umuarama-PR, 07 de Fevereiro de 2024.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP



CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192
NOROESTE DO PARANÁ

PORTARIA Nº 056/2024

EXONERA O SERVIDOR
LUCAS VINICIUS PASTORI DA SILVA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná CIUENP, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatuto, e de acordo RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR por término de contrato, a partir de 06 de Fevereiro de 2024, o Sr. LUCAS VINICIUS PASTORI DA SILVA portador da Cédula de Identidade nº 13.777.466-3 SESP-PR, admitido em 06 de Fevereiro de 2023 ocupante do emprego público por prazo determinado de Condutor de Ambulância Socorrista, pelo regime CLT, lotado na Central de Regulação situada no município de Umuarama, Estado do Paraná, ficando revogado da Portaria nº 58/2023 de 02 de Fevereiro de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, notifique-se, registre-se e cumpra-se.

Umuarama-PR, 07 de Fevereiro de 2024.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
LEI Nº 2.642/2024
Autoriza o Executivo Municipal a firmar termo de fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Altonia e das outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento e a transferir recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTÔNIA, inscrita no CNPJ nº. 07.787.416/0001-00, localizada à Rua dos Comercários, nº 291, Jardim Monte Carlo, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representada por sua Presidente ALETEIA PATRÍCIA ALVES PREVIDELLI, brasileira, casada, portadora do RG/CI nº. 6.457.004-8 SSP/PR, e do CPF/MF nº. 015.945.539-12, residente e domiciliada à Rua Olavo Bilac, nº 401 - Centro, na cidade de Altônia, Paraná.

Art. 2º A presente Lei visa firmar Termo de Fomento com a APAE de Altônia para o atendimento às pessoas com necessidades especiais do município de São Jorge do Patrocínio, oferecendo a elas um ensino diferenciado, de acordo com a condição física e mental de cada uma, com acompanhamento médico, psicológico, nutricional, de fisioterapia, hidroterapia e equoterapia assim como outros de caráter semelhante, considerando que a demanda de pessoas que apresentam necessidades especiais neste município não é suficiente para a criação de uma escola que preste o mesmo atendimento oferecido pela APAE de Altônia/PR.

Art. 3º Os recursos Orçamentários e Financeiros desta Lei constituem-se na importância de R\$ 106.424,05 (cento e seis mil quatrocentos e vinte e quatro reais e cinco centavos), que serão repassados em parcelas mensais até o 5º dia de cada mês, conforme o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho aprovado entre as partes.

Parágrafo único. Para a transferência dos recursos a Entidade deverá apresentar mensalmente o requerimento com o valor correspondente ao repasse do mês, acompanhado das Certidões Negativas relativas à Regularidade Fiscal, Previdenciária, Tributária, de Dívida Ativa da Entidade e estar em dia quanto à prestação de contas bimestral realizada através do Sistema Integrado de Transferências – SIT, atendendo as recomendações previstas pela Resolução de Transferências Voluntárias nº 28/2011, de 06 de outubro de 2011, Instrução Normativa 61/2011, de 01 de dezembro de 2011, ambos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Lei Federal nº. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, e suas alterações.

Art. 4º O presente Convênio a ser firmado terá vigência no período de janeiro a dezembro de 2024.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 dias do mês de fevereiro de 2024.

JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Mariluz, 1920 –
CEP: 87.475-000 - Fone/Fax: (44) 3534-1190
CNPJ: 076.404.136/0001-29

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2024
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024
JUSTIFICATIVA

O presente Processo de Dispensa de Licitação nº 007/2024, refere-se à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza mecanizada manual, em terrenos baldios, com foco na prevenção e combate ao mosquito Aedes Aegypti. Considerando o panorama epidemiológico da dengue no Município, a manutenção dos terrenos públicos é fundamental para inibir o acúmulo de resíduos descartados inadequadamente com potencial de se tornar criadouros do vetor da doença transmitida, haja vista que a perpetuação da endemia está relacionada com a permanência desses materiais em locais que favoreçam o acúmulo de água, sobretudo, em áreas abertas. Todavia, o quadro de servidores impossibilita a prestação desse serviço com a frequência necessária em paralelo com outras atividades pertinentes. À vista disso, é mister a contratação de empresa para executar a limpeza mecanizada manual em terrenos baldios para evitar que o decorrer das intempéries permita o desenvolvimento de novos criadouros do mosquito e, desse modo, contribua para a continuidade da situação edilícia no sul com o aumento dos casos de dengue.

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
WAGNER GALDINO ALVES - CNPJ: 40.411.481/0001-42	R\$ 9.999,88 (nove mil, novecentos e noventa e nove mil e oitenta e oito centavos)

Fundamentação Legal: Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21
Autoriza a instauração do Referido Processo com Dispensa de Licitação.

Mariluz, 05 de fevereiro de 2024.

ANGELA MARIA DE ALMEIDA
Secretária de Saúde

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifica a dispensa de licitação, nos termos do presente processo e de acordo com a solicitação formulada através da Secretária de Saúde do Município.

Mariluz, 05 de fevereiro de 2024.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
LEI Nº 2.643/2024
Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder cessão de uso de equipamentos e implementos agrícolas à Associação da Patrulha Mecanizada dos Produtores Rurais de São Jorge do Patrocínio, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder, a título não oneroso, Cessão de Uso de equipamentos e implementos agrícolas à ASSOCIAÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA DOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, inscrita no CNPJ nº. 34.613.241/0001-28, localizada na Rua Rosalina Ribeiro, 644 – Sala 04 – Centro, em São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato, representada por seu Presidente SR. RUBENS MASCARI, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG/CI nº. 727.672-9 SSP/PR, e do CPF/MF nº. 011.877.249-04, residente e domiciliado a Rua Antônio Manhani, 42 – Jardim Alvorada, no município de São Jorge do Patrocínio, Paraná.

Parágrafo Único. Os equipamentos e implementos agrícolas objetos da presente cessão são:

I – TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND, MODELO TL5.100 CABINADO, COR AZUL, ANO 2023, SERIE: T541C403017, CHASSI HCCZT1L0EPCJ60695. (PATRIMÔNIO 12353);

II – COLHEDORA DE FORRAGEM COM PLATAFORMA CORTADORA RECOLHEDORA DE FORRAGEM, MARCA MKM, MODELO PC1100-AT PLUS, ANO DE FABRICAÇÃO 2023 – SERIE 07320823 (PATRIMÔNIO 12355);

III – COLHEDORAREEA TOTAL FTM 1000S G2 CANAVEIHA, MARCA NOGUEIRA, MODELO FTM 1000S G2, ANO 2023, NUMERO DE SÉRIE ADCD012321 (PATRIMÔNIO 12458).

Art. 2º A Cessão de Uso objeto da presente Lei terá vigência de 05 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período caso devidamente demonstrado interesse entre partes.

Art. 3º A celebração da cessão objetiva para o presente Lei visa à promoção do desenvolvimento de atividades rurais no âmbito do Município de São Jorge do Patrocínio.

Parágrafo único. Os bens objetos da presente cessão de uso destinam-se exclusivamente à utilização pela Cessionária no cumprimento de suas finalidades estatutárias, vedada a disposição a terceiros.

Art. 4º Como contrapartida a Cessionária deverá suportar todas as despesas relacionadas ao uso e à manutenção dos referidos equipamentos.

Art. 5º Mediante razões de interesse público, devidamente justificadas, o Município poderá rescindir a cessão de uso de que trata esta lei e retornar qualquer dos bens, a qualquer tempo.

Parágrafo único. Não caberá qualquer indenização à Cessionária na hipótese definida no caput deste artigo.

Art. 6º Fica a Cessionária compelida a restituir ao Município os bens descritos nos incisos do art. 1º, desta Lei, findo o prazo avençado, ou a pedido do Cedente em perfeito estado de funcionamento.

Art. 7º Findo ou extinto a respectiva cessão de uso, verificado o abandono ou desídia da Cessionária com os bens cedidos, ou desvio de finalidade, poderá o Município imitir-se imediatamente na posse dos bens, promovendo a remoção compulsória, isentando o Município por qualquer dano decorrente da remoção ou guarda destes.

Art. 8º Fica o Município isento de qualquer responsabilidade administrativa, cível e criminal decorrente do uso do bem cedido, cabendo exclusivamente a Cessionária a responsabilidade por eventuais danos causados ao Município e a terceiros.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 dias do mês de fevereiro de 2024.

JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EDITAL Nº 003, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024
Convoca candidato aprovado em Concurso Público Municipal, instituído pelo Edital de Concurso nº. 001, de 03 de agosto de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Convocar candidato aprovado em Concurso Público Municipal, instituído pelo Edital de Concurso nº 001, de 03 de agosto de 2022, com Homologação do resultado final divulgado através do Edital nº 008 de 21 de novembro de 2022, conforme quadro abaixo:

CARGO: ZELADORA	CLASSIF.
N. INSC.	N.OME
148679	LUCIANE APARECIDA BERTOLETTI
147248	ELISIA MIRAVETE PASSOS

O candidato acima convocado deverá comparecer a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, cito a Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 442, entre o dia 08 de fevereiro a 04 de março de 2024 (dia útil e em horário de expediente das 07:30hs às 11:00hs e das 13:00hs às 16:30hs), munido dos seguintes documentos (original e cópia):

a)1 (uma) foto 3x4 recente
b)Carteira de trabalho (fotocópia)
c)Carteira de identidade (fotocópia)
d)Cartão do PIS/PASEP (fotocópia)
e)Cartão do CPF/MF atualizado (fotocópia)
f)Título de Eleitor (fotocópia)
g)Carteira Nacional de habilitação (fotocópia) *não é obrigatório
h)Certidão de casamento ou nascimento atualizado 1 ano (fotocópia)
i)Certidão de nascimento dos filhos menor de 21 anos (fotocópia)
j)Cartão do CPF dos filhos (fotocópia)
l)Cartão do CPF dos filhos (fotocópia)
m)Certidão negativa do Cartório de Protestos
n)Certidão negativa de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residu nos últimos 5 (cinco) anos (https://www2.trf4.jus.br/trf4/)
o)Certidão de quitação eleitoral
p)Atestado/Cartão de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
q)Comprovante de endereço residencial (conta de água, luz ou telefone);
r)Certificado/Diploma de escolaridade exigida para o cargo e histórico escolar (fotocópia)
s)Declaração de bens móveis e imóveis do candidato
t)Declaração com firma reconhecida de não ter sofrido o exercício de função pública penalmente decorrente de processo administrativo disciplinar
u)Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, função, aposentadoria, empregos e cargos públicos nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVI e XVII do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná
v)Declaração de que o candidato não se encontra aposentado por invalidez ou aposentadoria compulsória
w)Comprovante do nº da conta bancária – Banco Bradesco – Agência de Tapejara-PR
x)Exames médicos de Hemograma completo, Urina 1, Raio X do Tórax e Coluna Total, Exame Médico de Psiquiatria.
y)Atestado Médico de saúde ocupacional (Exame pré-admissional) analisando os exames elencados no item acima e indicando se o candidato encontra-se apto a assumir o cargo.
Depois de apresentados todos os documentos descritos acima, o candidato passará por avaliação da perícia médica do município em data e local marcado posteriormente.

O candidato convocado por este Edital que não comparecer no prazo descrito acima, bem como, não cumprir todos os requisitos nominados acima, será desclassificado e posteriormente convocado para a vaga o próximo candidato da lista de classificação conforme divulgado através do Edital nº 008, de 21 de novembro de 2022.

Tapejara/PR, 07 de fevereiro de 2024.

RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 010/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA REALIZAÇÃO DE VISITAS DOMICILIARES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, VINCULADAS AO MUNICÍPIO DE TAPEJARA – ESTADO DO PARANÁ
MODALIDADE: DISPENSA Nº 001/2024
CONTRATADA: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: PAMELA VITÓRIA MARIA BALESTEIRO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
VALOR: R\$ 15.840,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 07 de fevereiro de 2024.

MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Rodrigo de Oliveira Souza Koike

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2024
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, com sede à Rua Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 442, Centro, na cidade de Tapejara/PR, inscrito no CGC/MF nº 76.247.345/0001-06, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em plene exercício de seu mandato e funções, Senhor Rodrigo de Oliveira Souza Koike, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.533.720-3 SESP/PR e do CPF/MF nº 053.202.019-14, e CONTRATADA: RCM INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: Execução de recapeamento asfáltico em vias urbanas em CBQU, com área de 13.786, m², com os serviços preliminares de revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual em vias do município de Tapejara/PR.
VALOR: R\$ 1.130.615,74 (hum milhão, cento e trinta mil, seiscentos e quinze reais e setenta e quatro centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de fevereiro de 2024.
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
Tapejara, 06 de fevereiro de 2024.

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rua Prof. Carlito S. Vilela, 376 - Centro - Caixa Postal: 13 - Fone: (44) 3677-1229
CGC/MF - 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000 - TAPEJARA - PARANÁ
– DISPENSA Nº 003/2024 – LEI Nº 14.133
SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, pretende realizar processo de licitação para VALOR REFERENTE: Contratação de empresa para prestação de serviço de moinho/quindaste de cabos ate 5 toneladas- modelo de trabalho prestado em horas trabalhadas, para atender a demanda de retirada, para eventual troca e manutenção de bombas pertencente ao SAMAE de Tapejara-Pr, caminhão equipado com guincho de cabos/ quindaste com capacidade de 5 toneladas, em horas com 1 colaborador alem de operador, disponível para os serviços prestados, com ênfase na implantação da NLL n. 14.133/2021. Podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 19/02/2024 ate às 09h:00min

A proposta de Preços poderá ser entregue no Setor de Licitação do SAMAE de Tapejara em envelope lacrado com protocolo , sito a com sede à Rua Prefeito Carlito S. Vilela, 376 – Centro- CEP – 87430-000, no horário de 07h30min às 11h:30min e das 13h:00min as 17h:00min, em dias úteis ou pelo E-mail: licitaocaosamaetapejara@gmail.com até a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município (https://tapejara.eloweb.net/portalttransparencia/11/) ou através do Email: licitaocaosamaetapejara@gmail.com.

Tapejara, 07 de fevereiro de 2024.
CLEONICE CAROLINE PEREIRA
Diretora

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rua Prof. Carlito S. Vilela, 376 - Centro - Caixa Postal: 13 - Fone: (44) 3677-1229
CGC/MF - 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000 - TAPEJARA - PARANÁ
– DISPENSA Nº 004/2024 – LEI Nº 14.133
SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, pretende realizar processo de licitação para VALOR REFERENTE: Contratação de empresa para prestação de serviços de tornearia e usinagem em equipamentos do Smaae de Tapejara, com ênfase na implantação da NLL n. 14.133/2021. Podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 20/02/2024 ate às 10h:00min

A proposta de Preços poderá ser entregue no Setor de Licitação do SAMAE de Tapejara em envelope lacrado com protocolo , sito a com sede à Rua Prefeito Carlito S. Vilela, 376 – Centro- CEP – 87430-000, no horário de 07h30min às 11h:30min e das 13h:00min as 17h:00min, em dias úteis ou pelo E-mail: licitaocaosamaetapejara@gmail.com até a data limite. O Edital/ Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município (https://tapejara.eloweb.net/portalttransparencia/11/) ou através do Email: licitaocaosamaetapejara@gmail.com.

Tapejara, 05 de fevereiro de 2024.
CLEONICE CAROLINE PEREIRA
Diretora

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rua Prof. Carlito S. Vilela, 376 - Centro - Caixa Postal: 13 - Fone: (44) 3677-1229
CGC/MF - 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2023

Processo: n.º 181/2023. Pregão Presencial nº 89/2023. Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para execução de Substituição de Iluminação Pública em diversas ruas do município de Pérola, Estado do Paraná. Assinatura da Ata: 05/02/24. Vigência: 12 meses a contar da assinatura. Empresa classificada em 1º lugar: **L.S.C. INSTALAÇÕES ELÉTRICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.444.001/0001-89, estabelecida na Av. Doutor Ângelo Moreira da Fonseca, nº 1444, centro, CEP: 87508-370, na cidade de Umuarama/PR, conforme especificações, condições e preços registrados constantes abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unit	Valor Total
1	1	PLACA DE OBRA 4,00 X 2,00 M, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MADEIRA EPONTALETES	UN	1	TW PAINÉIS	3.500,00	3.500,00
2	1	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UN	1.290	P.W. 10,0 MM² 1KV	12,00	15.480,00
3	1	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO INSTALAÇÃO. AF. 08/2020	UN	6	PROJELUZ PJO3110	753,00	4.518,00
3	2	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO INSTALAÇÃO. AF. 08/2020	UN	28	PROJELUZ PJO3200	1.126,00	31.528,00
4	1	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA, COM 1 ESTRIBO E 1 ISOLADOR - FORNECIMENTO INSTALAÇÃO. AF. 07/2020	UN	6	ROMAGNOLE 1E + GERMER PORCELANA	41,00	246,00
4	2	ALÇA PREFORMADA DE DISTRIBUIÇÃO, EM AÇO GALVANIZADO, AWG 1 - FORNECIMENTO INSTALAÇÃO. AF. 07/2020	UN	6	PLP GDE	14,00	84,00
4	3	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO INSTALAÇÃO. AF. 08/2020	UN	34	DREI RP201	53,00	1.802,00
5	1	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPOA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2017	UN	8	INTELLI 5/8X2400 MM	114,00	912,00
6	1	CORDALHA DE COBRE NU 16 MM², NÃO ENTERRADA, COM	MT	21	INTELLI AÇO COBREADO	46,00	978,88
7	1	ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2017	UN	6	OLIVO OCE 48 300C	450,00	2.700,00
7	2	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, ISOLAÇÃO EM HEPR, 0,6/1KV, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	MT	340	P.W. PP 3X1,5MM	13,00	4.420,00
7	3	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 40 (1,1/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	MT	430	CIMFLEX PEAD 40	19,00	8.170,00
7	4	POSTE DE CONCRETO B300/12 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6	ROMAGNOLE B300 12	3.050,00	18.300,00
8	1	FORNECIMENTO INSTALAÇÃO DE POSTE ORNAMENTAL DUPLO FLANGEADO ALTURA DE 10,0M, PH 1500MM, TUBO DE NÚCLEOS DE 48MM PARA LUMINÁRIA PÚBLICA, RESISTENTE AO VENTO CONFORME NBR 6123, FABRICADO CONFORME NBR 14744 SEM JANELA DE INSPEÇÃO, PRODUTO GALVANIZADO A FOGO CONFORME NBR 6223 COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR A SER DEFINIDA PELO CLIENTE, INCLUSO CHUMBADOR 5/8"X500MM GALVANIZADO A FOGO, GARANTIA DE 2 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E OU GALVANIZAÇÃO (INCLUSO ESTRACA 2,5 METROS COM DIÂMETRO DE 25CM COM COLUMA QUADRADE DE AÇO CA 50 10MM ESTRIOS 4,2MM AÇO CA60, SAPATA DE 40X40X30CM PARA FIXAÇÃO DE CHUMBADORES E ASSENTAMENTO DE POSTE, CONCRETO USINADO 25 MPa) INCLUSO BRAÇO ORNAMENTAL DUPLO.	Ser	14	METALSINTER ORNAMENTAL BRAÇO DUPLO	11.140,00	155.960,00
8	2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR TIPO TAPIT PEQUENO	Ser	12	BETEL TAPIT PEQUENO	9,50	114,00
8	3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR CUNHA 2/0X2/0	Ser	12	INCESA CUNHA 2/0	51,00	612,00
8	4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE ALUMÍNIO MULTIPLEXADO 4X70MM²	Ser	250	CMR QUADRPLEX 70 COLORIDO	95,00	23.750,00
8	5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR DE PERFURAÇÃO 25-95/25-95	Ser	24	INTELLI CDP 70	53,00	1.272,00
8	6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR TIPO GAR	Ser	5	INTELLI GTDU	82,00	410,00
8	7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MEDIÇÃO E PROTEÇÃO GERAL 3X50A EM POSTE CONFORME NORMAS COPEL	Ser	2	LSC	3.500,00	7.000,00
9	1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLHADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF. 08/2022	Ser	3	LSC	780,00	2.340,00
10	1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF. 02/2021 (Fixação de Equipamentos)	Ser	65	LSC	120,00	7.740,00

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 251.836,88 (duzentos e noventa e um mil oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
LEI Nº 2.529 de 07 de fevereiro de 2024.
Súmula: Altera a Lei nº 2.509/2023 que instituiu o Fundo Municipal de Cultura - FUMCULT e adota outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º – Fica instituído, junto à Secretaria Municipal de Cultura, do Município de Xamburé, cuja finalidade consiste na prestação do apoio financeiro necessário ao desenvolvimento dos programas específicos do aludido órgão, mediante a administração autônoma e a gestão dos respectivos recursos.
Art. 2º – Consistirão em recursos do fundo ora criado:
I – dotação orçamentária própria ou créditos que lhe sejam destinados;
II – contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores público e pri-vado;
III – produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, como arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura, ou resultado da venda de ingressos de espetáculos e de outros eventos artísticos, promoções de caráter cultural efetivadas com o intuito de arre-cadação de recursos aprovados pelo Conselho Municipal de Cultura (COMCULT);
IV – rendimentos oriundos da aplicação de seus próprios recursos;
V – resultado de convênios, contratos e acordos firmados com instituições públicas ou priva-das, nacionais ou estrangeiras;
VI – quaisquer outros recursos, créditos, rendas adicionais e extraordinárias e outras contri-buições financeiras legalmente incorporáveis.
Art. 3º – O fundo criado por esta lei será acompanhado e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Cultura (COMCULT), nos termos de sua lei específica e conforme definido em regulamento próprio editado pelo chefe do poder executivo municipal.
Art. 4º – Para a realização dos serviços de ordem burocrática referentes ao fundo de que trata a presente lei, serão designados, por ato do prefeito, os funcionários que se fizerem necessários, vinculados hierarquicamente à Secretaria Municipal de Cultura.
Parágrafo único – Dentre os funcionários designados, deverá ser indicado um responsável para a função de Secretário Executivo do Fundo.
Art. 5º – Todos os recursos destinados ao fundo de que trata esta lei, bem como as receitas geradas pelo desenvolvimento de suas atividades institucionais, serão automaticamente transferidos, depositados ou recolhidos em conta bancária única, aberta no Banco do Brasil.
§ 1º – As aplicações financeiras de recursos do fundo serão objeto de análise do Conselho Municipal de Cultura (COMCULT), quando for o caso.
§ 2º – Os saldos porventura existentes no término de um exercício financeiro constituirão parcela da receita do exercício subsequente, até sua integral aplicação, respeitada a legislação vigente.
Art. 6º – A Secretaria Municipal de Cultura, submeterá trimestralmente para a apreciação do prefeito municipal relatório das atividades desenvolvidas pelo fundo de que trata esta lei, instruído com prestação de contas dos atos de sua gestão, acompanhada de respectiva docu-mentação comprobatória, sem prejuízo da submissão a outros instrumentos de controle financei-ro, genericamente instituídos para a administração municipal.
Art. 7º – Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa dias) dias, a contar de sua publicação, por instrumento normativo a ser expedido pelo chefe do poder executivo municipal.
Art. 8º – As despesas com a execução desta lei onerarão as verbas orçamentárias próprias.
Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.509/2023.
Xamburé/PR, 07 de fevereiro de 2024.
DÉCIO JARDIM
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 2.643/2024
Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder cessão de uso de equipamentos e implementos agrícolas à Associação da Patrulha Mecanizada dos Produtores Rurais de São Jorge do Patrocínio, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder, a título não oneroso, Cessão de Uso de equipamentos e implementos agrícolas à ASSOCIAÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA DOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, inscrita no CNPJ nº. 34.613.241/0001-28, localizada na Rua Rosalina Ribeiro, 644 – Sala 04 – Centro, em São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato, representada por seu Presidente SR. RUBENS MASCARI, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG/CI nº. 727.672-9 SSP/PR, e do CPF/ ME nº. 011.877.249-04, residente e domiciliado à Rua Antônio Manhani, 42 – Jardim Alvorada, no município de São Jorge do Patrocínio, Paraná.
Parágrafo único. Os equipamentos e implementos agrícolas objetos da presente cessão são: I – TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND, MODELO TL5.100 CABINADO, COR AZUL, ANO 2023, SERIE: T541C403017, CHASSI HCCZTL10EPCJ60695. (PATRIMÔNIO 12353);
II – COLHEDORA DE FORRAGEM COM PLATAFORMA CORTADORA RECOLHEDORA DE FORRAGEM, MARCA MKM, MODELO PC1100-AT PLUS, ANO DE FABRICAÇÃO 2023 – SÉRIE 07320823 (PATRIMÔNIO 12355);
III – COLHEDORA ÁREA TOTAL FTM 1000S G2 CANAVIEIRA, MARCA NOGUEIRA, MODELO FTM 1000S G2, ANO 2023, NÚMERO DE SÉRIE ADCD012321 (PATRIMÔNIO 12458).
Art. 2º A Cessão de Uso objeto da presente Lei terá vigência de 05 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período caso devidamente demonstrado interesse entre partes.
Art. 3º A celebração da cessão objeto da presente Lei visa à promoção do desenvolvimento de atividades rurais no âmbito do Município de São Jorge do Patrocínio.
Parágrafo único. Os bens objetos da presente cessão de uso destinam-se exclusivamente à utilização pela Cessionária no cumprimento de suas finalidades estatutárias, vedada a disposição a terceiros.
Art. 4º Como contrapartida a Cessionária deverá suportar todas as despesas relacionadas ao uso e à manutenção dos referidos equipamentos.
Art. 5º Mediante razões de interesse público, devidamente justificadas, o Município poderá rescindir a cessão de uso de que trata esta lei e retomar qualquer dos bens, a qualquer tempo.
Parágrafo único. Não caberá qualquer indenização à Cessionária na hipótese definida no caput deste artigo.
Art. 6º Fica a Cessionária compelida a restituir ao Município os bens descritos nos incisos do art. 1º, desta Lei, findo o prazo avençado, ou a pedido do Cedente em perfeito estado de funcionamento.
Art. 7º Findo ou extinto a respectiva cessão de uso, verificado o abandono ou desídia da Cessionária com os bens cedidos, ou desvio de finalidade, poderá o Município imitir-se imediatamente na posse dos bens, promovendo a remoção compulsória, isentando o Município por qualquer dano decorrente da remoção ou guarda destes.
Art. 8º Fica o Município isento de qualquer responsabilidade administrativa, cível e criminal decorrente do uso do bem cedido, cabendo exclusivamente a Cessionária a responsabilidade por eventuais danos causados ao Município e a terceiros.
Art. 9º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 dias do mês de fevereiro de 2024.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal



SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rua Prefeito Carlito Schmidt Villela, 376 – Centrô – Caixa Postal: 13 – Fone/Fax: (44) 3677-1229/3677-1701
CNPJ 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000
Tapejara – Paraná
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TAPEJARA E ALTERNATIVA SOLUÇÕES EM SISTEMAS LTDA.
O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2023, da SAMAE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE TAPEJARA, com sede administrativa na Rua Prefeito Carlito Schmidt Villela, 376, Centro, cidade de Tapejara/ PR, neste ato representado pela Diretora Sra. Cleonice Caroline Pereira, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa ALTERNATIVA SOLUÇÕES EM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ do ME sob o nº 08.833.630/0001-59, com sede na Rua Pioneiro Marcelino Giroto, nº 211, Jardim Itália II, CEP 87060-655, no Município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato representado por sua sócia Giselly Daianny Figueiredo de Carvalho, doravante denominado CONTRATADA, tem, entre si, ajustado o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 012/2023, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA, que se regera pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, pelas cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO– O presente termo tem por objetivo aditar à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, com o fim de promover acréscimo no valor de R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais) com o seguinte desdobramento: Valor Total R\$ 62.400,00
Total de meses 12
CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Aditivo de prazo contratual, com fundamento no artigo 57, inciso 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo contratual de 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.
E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinaram as partes e as testemunhas abaixo.
Tapejara/PR, em 29 de dezembro de 2023.
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE DE TAPEJARA
Cleonice Caroline Pereira
Diretora
Contratante
Alternativa Soluções em Sistemas Ltda
Giselly Daianny Figueiredo de Carvalho Representante legal
Contratada
Testemunhas:
1. _____ 2. _____
Nome: Daiane Mara dos Santos de Souza Nome: Leana Thayse Gomes Pinheiro
R.G.: 99967935 SSP/PR R.G.: 88067720 SSP/PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 015, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024
Dispõe sobre a desvinculação de receitas do Município de Tapejara, em conformidade com a Emenda Constitucional nº. 132/2023 e dá outras providências.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE, PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e por força da Emenda Constitucional nº. 132, de 20 de Dezembro de 2023, que trata da Desvinculação das Receitas, DECRETA:
Art 1º - Ficam desvinculados de órgão, fundo, programa ou despesa, no período de 08 de fevereiro de 2024 até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) das receitas do Município relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes, inclusive contribuições.
Art 2º - A desvinculação referida no artigo anterior deste Decreto aplica-se:
I - aos recursos arrecadados ou transferidos que estejam vinculados a determinadas despesas referentes a programas, projetos ou ações e aos fundos administrados pelo Poder Executivo Municipal.
II - a todos os fundos administrados pelo Poder Executivo Municipal, excetuando-se, os de saúde e de educação;
Art 3º - Excetuem-se da desvinculação de que trata este Decreto:
I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;
II - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde;
III - transferências obrigatórias e voluntárias recebidas de outros entes da Federação com destinação especificada em lei.
Art 4º - A desvinculação referida neste Decreto será computada a partir de 08 de Fevereiro do corrente exercício de 2024, em conformidade com a Emenda Constitucional 132/2023, aplicando também essa desvinculação ao resultado de aplicações financeiras e referente a juros, multas e demais verbas remuneratórias a partir desta data.
Parágrafo Único. Caberá ao Secretário da Fazenda e aos gestores dos Fundos Municipais realizarem a reprogramação das despesas considerando a desvinculação da receita.
Art 5º As receitas desvinculadas de contas bancárias específicas de fundos, órgão ou programas deverão ser transferidos para a conta bancária de controle específico das desvinculações, a conta bancária deverá ser vinculada a fonte de Recursos 002 - conforme layout de controle de fontes estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 23º inciso III da Emenda Constitucional nº 132/2023.
Tapejara em 07 de Fevereiro de 2024.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

PORTARIA Nº 18/2024

Designa servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO

de suas atribuições legais.

Resolve:

Prefeitura Municipal de Xamburé
Art. 1º DESIGNAR: O Sr. SALVADOR CAMPOS LEITE, portador da Cédula de Identidade - RG nº 559.000-1, inscrito no CPF nº 036.313.627.850-53, servidor estatutário na função de AGENTE SUPLENTE, para assumir a função de Agente Estatutário, a contar de 06 de fevereiro de 2024. *Administrando em nome da Comunidade*

Art. 2º Ficam revogadas as disposições contrárias. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se.
Anote-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Xamburé, 06 de fevereiro de 2024.

DÉCIO JARDIM
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL UMUARAMA ILUSTRADO
CNPJ 75.856.112/0001-48
Edição N.º _____ De ____/____/____
Página N.º _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 14/2024

Homologo o julgamento proferido pelo pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao **Pregão nº 48/2023**.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE XAMBRE**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão nº 48/2023, conforme "Ata de Sessão pública", objetivando o registro de preços para aquisição parcelada de materiais de construção e outros diversos para manutenção dos prédios públicos. Solitante: Secretaria Municipal de Obras. Vigência: 12 meses, a favor da seguinte empresa:

Raça social	CNPJ	Valor homologado
M A ZOLIM COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES EPP	29.201.304/0001-97	R\$ 409.228,68 (quatrocentos e nove mil duzentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos)

Art. 2º. Fica o setor competente autorizado a elaborar o contrato/ata de registro de preços, conforme edital, depois de cumpridas todas as formalidades legais.

Xamburé/PR, 06 (seis) de fevereiro de 2024.

DÉCIO JARDIM
Prefeito do Município de Xamburé



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
LEI Nº 2127 de 07 de fevereiro de 2024.
SÚMULA: Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA do Município de Xamburé/PR e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
TÍTULO I
CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA
CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
Art. 1º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA do Município de Xamburé, órgão colegiado de caráter consultivo na formulação de política de saneamento básico e ambiental, no planejamento e na avaliação de sua execução atribuições inerentes ao equilíbrio ecológico e implantação de ações destinadas a proteção, recuperação e conservação do meio ambiente e acompanhamento dos serviços prestados na área de saneamento básico e controle social.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 2º. São objetivos do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Xamburé.
I - levantar o patrimônio ambiental natural, étnico e cultural do Município de Xamburé;
II - localizar e mapear áreas críticas onde se desenvolvam atividades com utilização de recursos naturais ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como, empreendimentos capazes de causar degradação ambiental a fim de permitir a vigilância e o controle desses procedimentos e o cumprimento da legislação vigente;
III - colaborar no planejamento municipal mediante recomendações à proteção do patrimônio ambiental do Município;
IV - estudar, definir e propor normas e procedimentos visando à proteção ambiental do Município;
V - promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;
VI - fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e proteção do meio ambiente;
VII - colaborar em campanhas educacionais relativas ao meio ambiente e aos problemas de saúdes de saneamento básico, de uso e ocupação racional de águas e solos;
VIII - manter intercâmbio com entidades públicas e privadas de pesquisas e atividades ligadas ao conhecimento e proteção ambiental;
IX - identificar, prevenir e comunicar as agressões ambientais ocorridas no Município, diligenciando efetiva apuração e sugerindo aos poderes e órgãos públicos as medidas cabíveis, além de contribuir, em caso de emergência para mobilização da comunidade;
X - participar ativamente da elaboração da Política Municipal de Saneamento, bem como no seu planejamento e avaliação;
XI - participar, opinar e deliberar sobre a elaboração sobre a implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município;
XII - participar na promoção da universalização dos serviços de saneamento básico, assegurando a sua qualidade por meio do acompanhamento de seus indicadores e do cumprimento das metas fixadas nos planos municipais;
XIII - acompanhar o cumprimento das metas fixadas em contratos de concessões e programas das empresas concessionárias dos serviços de água e esgoto;
XIV - promover estudos destinados a adequar os anseios da população à Política Municipal de Saneamento;
XV - buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudos sobre meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;
XVI - apresentar propostas versando sobre a matéria que lhe é de interesse, sempre acompanhados de exposição de motivos;
XVII - apreciar e opinar sobre os casos que lhe forem submetidas pelas autoridades competentes; e
XVIII - elaborar, aprovar e reformar seu próprio Regimento Interno, disporando sobre a ordem dos trabalhos e sobre a constituição, competência e funcionamento.
Art. 3º. O controle social será exercido pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Xamburé por meio do recebimento de relatórios, e informações que permitam o acompanhamento das ações de saneamento básico, da análise do Plano Plurianual e das propostas orçamentárias, anuais e do acompanhamento da execução destes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA
Art. 4º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental será composto por um membro titular e seus respectivos suplentes dos seguintes segmentos da sociedade.
I - do Poder Executivo Municipal:
a) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
b) um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
c) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.
II - Um representante dos usuários e serviços de saneamento básico;
III - Das entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa de consumidores relacionados ao setor de saneamento básico;
a) um representante da sociedade civil organizada;
IV- Um representante do Poder Legislativo Municipal:
§ 1º. As entidades técnicas e organizações da sociedade civil deverão indicar seus representantes através de ofício.
§ 2º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico reunir-se-á ordinariamente no período designado em seu Regimento Interno e, extraordinariamente, sempre que convocado.
§ 3º. Caberá ao Município de Xamburé fornecer toda estrutura física e de pessoal para o regular funcionamento do Conselho Municipal ora instituído.
§ 4º. As reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental serão públicas e presididas pelo representante titular eleito entre os membros do Conselho.
§ 5º. Cada um dos membros titulares do Conselho ora criado terá direito a um voto nas reuniões, sendo que seu Presidente votará apenas em caso de desempate e os suplentes nas ausências dos titulares respectivos.
§ 6º. Ninguém poderá representar ou votar em nome de duas ou mais entidades numa mesma reunião do Conselho.
§ 7º. Os seguimentos da sociedade civil organizada indicarão livremente o membro para a composição do Conselho, independentemente da convocação.
Art. 5º. O Conselho se instituirá por Decreto do Prefeito Municipal homologando a indicação dos seus membros titulares e suplentes.
Art. 6º. Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução por uma única vez.
Art. 7º. O exercício das funções de conselheiros do Conselho, não dá o direito a nenhuma espécie de remuneração ou gratificação de qualquer espécie, constituindo serviços de relevante importância para a Municipalidade.
Art. 8º. O Conselho manterá estreito intercâmbio com órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos inerentes à defesa e proteção do meio ambiente.
Art. 9º. Identificada qualquer agressão ambiental, o Conselho prestará às informações as autoridades públicas constituídas, notadamente os Poderes Executivo e Judiciário, ao Ministério Público e outros organismos competentes, alertando das possíveis implicações e sugerindo providências necessárias.
Art. 10. O Conselho promoverá a divulgação de conhecimentos e providências relativas à conservação do patrimônio ambiental.
Art. 11. Serão estruturadas propostas para inclusão no currículo escolar dos estabelecimentos de ensino fundamental a cargo do município, noções e conhecimento referentes ao patrimônio ambiental, natural, étnico e cultural, além da respectiva conservação e/ou recuperação.
Art. 12. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, seguindo-se as diretrizes anuais e plurianuais.
Art. 13. No prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua instituição por Decreto do Prefeito Municipal, o Conselho elegerá, dentre de seus pares, uma diretoria composta de:
I - O Presidente;
II - O Vice-Presidente;
III - O Secretário Geral
IV - O Tesoureiro.
Parágrafo Único. Para cada cargo será também indicado seu respectivo suplente.
Art. 14. Em trinta dias da formação da Diretoria, será elaborado o regimento interno que será aprovado por ato do Prefeito Municipal.
CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
Art. 15. Em 60 (sessenta) dias após a sanção desta Lei, a Contabilidade e os órgãos envolvidos terão prazo para formalizar a criação jurídica do CMSBA.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial ficando revogadas disposições contrárias.
Xamburé/PR, 07 de fevereiro de 2024.
DÉCIO JARDIM
Prefeito



SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rua Pref. Carlito S. Villela, 376 - Centro - Caixa Postal: 13 - Fone: (44) 3677-1229
CC/CMF - 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000 - TAPEJARA - PARANÁ
- DISPENSA Nº 007/2024 - LEI Nº 14.133/2021
SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II da Lei 14.133/2021
SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, pretende realizar processo de licitação para VALOR REFERENTE: Aquisição, instalação e mão de obra de dois(02) ar condicionado 12.000 BTU a serem instalados no escritório sede do SAMAE de Tapejara, com ênfase na implantação da NLL n. 14.133/2021. Podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 22/02/2024 até às 09h:00min A proposta de Preços poderá ser entregue no Setor de Licitação do SAMAE de Tapejara em envelope lacrado com protocolo, sito com sede à Rua Prefeito Carlito S. Villela, 376 – Centro- CEP – 87430-000, no horário de 07h30min às 11h:30min e das 13h:00min às 17h:00min, em dias úteis ou pelo E-mail: licitacaosamaetapejara@gmail.com até a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município (https://tapejara.eloweb.net/portalltransparencia/11/) ou através do Email: licitacaosamaetapejara@gmail.com.
Tapejara, 07 de fevereiro de 2024.
CLEONICE CAROLINE PEREIRA
Diretora

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
LEI Nº 2.528 de 07 de fevereiro de 2024.
Súmula: Altera a Lei nº 2.508/2023 que instituiu o Conselho Municipal de Cultura – COMCULT e adota outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
TÍTULO I
Das Finalidades
Art. 1º. O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT, reger-se-á por esta Lei, caracterizado como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria Municipal de Cultura, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do município de Xambre.
TÍTULO II
Da Composição
Art. 2º. O Conselho Municipal de Cultura constitui-se por 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:
I – o Secretário Municipal de Cultura, na qualidade de Presidente;
II – 2 (dois) membros titulares escolhidos pelo Poder Executivo Municipal, sendo selecionados entre funcionários efetivos ou detentores de cargo em comissão, em exercício na Administração Pública Municipal;
III – 3 (três) membros titulares da sociedade civil e respectivos suplentes, sendo um deles seu Vice-Presidente.
§ 1º. Os integrantes descritos no inciso II serão nomeados pelo Prefeito do Município de Xambre por um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.
§ 2º. Os membros a que se refere o inciso III serão eleitos pelo voto direto e sufrágio universal, assegurada a possibilidade de participação de todos os presentes, inscritos durante a Conferência Municipal de Cultura, convocada pelo Prefeito Municipal e regulamentada, por meio de portaria e ou decreto, pelo Secretário Municipal de Cultura.
§ 3º. Serão considerados eleitos, os 3 (três) membros a que se refere o inciso III que obtiverem a maioria simples de votos válidos, em ordem decrescente, para ocuparem as vagas de titulares, sendo o candidato com a maior quantidade de votos recebidos, o Vice-Presidente.
Parágrafo único. Os demais candidatos, a que se refere o inciso III, ficarão como suplentes na ordem de votos recebidos por ordem decrescente.
Art. 3º. Havendo a necessidade, o COMCULT criará Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, com o objetivo de fornecer subsídios para a tomada de decisão nos temas específicos, transversais ou emergenciais.
Art. 4º. O Conselho contará com um Secretário Executivo a ser escolhido dentre seus membros, pelo Presidente do Conselho.
TÍTULO III
Das Competências
Art. 5º. Ao Conselho Municipal de Cultura compete:
I – participar da formulação das políticas públicas do município de Xambre na área da cultura;
II – cooperar com os conselhos de política cultural nas esferas regional, estadual e federal;
III – estimular a formação de redes e sistemas setoriais em todas as áreas culturais;
IV – estabelecer orientações e moções pertinentes aos objetivos e atribuições relacionadas à cultura;
V – emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhes sejam submetidas pela Secretaria Municipal de Cultura ou pelos membros do COMCULT;
VI – promover a cooperação técnica e parcerias com a sociedade civil organizada;
VII – incentivar a proteção do patrimônio cultural;
VIII – valorizar as manifestações culturais locais e regionais;
IX – incentivar pesquisas sobre a cultura xambrense e paranaense;
X – definir critérios e propor a formação de comissões específicas, grupos de trabalho e comitês, sempre que necessário, visando ao cumprimento das atividades relativas às suas competências;
XI – participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;
XII – fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos das transferências entre os entes da federação;
XIII – acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura;
XIV – participar da formulação do Plano Anual de Ações e da definição e aprovação dos edi-tais do Programa Municipal de Fomento e Incentivo à Cultura de Xambre – PROMINC;
XV – analisar e sancionar a prestação de contas da execução do Plano Anual de Ações e do PROMINC;
XVI – acompanhar o funcionamento do Sistema Municipal e Estadual de Informações Culturais;
XVII – dar parecer sobre normas e critérios do cadastramento dos agentes culturais de Xambre;
XVIII – ratificar o edital que regulamenta a Conferência Municipal de Cultura;
XIX – elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Municipal de Cultura.
Do Funcionamento
Art. 6º. As reuniões do Conselho Municipal de Cultura serão quadrimestrais, salvo as extraordinárias.
Art. 7º. As decisões proferidas pelo Conselho, por maioria simples de votos, com exceção das matérias que exijam quórum qualificado nos Termos do Regimento Interno do Conselho, serão reduzidas a termo, na forma de atos, deliberações e resoluções, devidamente publicadas no Diário Oficial do Município de Xambre e no site eletrônico da Prefeitura do Município de Xambre.
Parágrafo único. Ao Presidente do COMCULT caberá o voto de qualidade, nas deliberações que exigirem desempate.
Art. 8º. A função de membro do Conselho Municipal de Cultura não será remunerada, sendo considerada de relevante serviço prestado ao município.
Parágrafo único. Nos casos em que o Conselho seja servidor público municipal, o desempenho de suas funções no Conselho terá prioridade sobre outras que eventualmente exerça no serviço público municipal.
Art. 9º. As reuniões do COMCULT serão instaladas mediante presença da maioria absoluta de seus membros.
Art. 10º. O suplente substituirá o Conselheiro titular nos casos de impedimento, perda de mandato, morte, renúncia ou impossibilidade comprovada do Conselheiro em participar dos trabalhos, cabendo ao Presidente declarar aberta a vaga e a convocação imediata de seu suplente.
Art. 11º. A perda do mandato de Conselheiro dar-se-á pelo exercício simultâneo de funções incompatíveis ou pela ausência contínua, sem prévio pedido de licença ou apresentação de justificativa aceita, por mais de duas sessões plenárias consecutivas ou por quatro sessões plenárias alternadas durante o mandato.
Art. 12º. Fica a Secretaria Municipal de Cultura, autorizada a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, através de recursos humanos, materiais e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Municipal de Cultura.
TÍTULO V
Das Disposições Finais
Art. 13º. O Conselho aprovará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.
Art. 14º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.508/2023.
Xambre/PR, 07 de fevereiro de 2024.
DECIO JARDIM
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
LEI Nº 2.531 de 07 de fevereiro de 2024.
Súmula: Dispõe sobre a concessão de revisão do salário dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate à Endemias.
A CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão do salário dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate à Endemias para o valor de R\$ 2.824,01 (dois mil oitocentos e vinte quatro reais e um centavo), em decorrência do contido no art. 198, § 9º da Constituição Federal (redação alterada pela Emenda Constitucional n.º 120/2022).
Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Xambre/PR, 07 de fevereiro de 2024.
DECIO JARDIM
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
LEI Nº 2.532 de 07 de fevereiro de 2024.
Súmula: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar transferência financeira à Associação dos Municípios de Entre Rios – AMERIOS, bem como de celebrar convênio e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar transferência financeira para execução de obras de ampliação na sede da Associação dos Municípios de Entre Rios – AMERIOS, instituído sob forma de Associação de Direito Privado, conforme deliberação realizada em Assembleia Geral.
Art. 2º - O objetivo do repasse é, para fazer frente ao pagamento das obras que serão realizadas para melhoria da sede administrativa com o intuito de dar efetividade a cursos, capacitações e reuniões onde o município de Xambre-PR é associado.
Art. 3º - Para atender as despesas decorrentes da execução da presente lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.
Art. 4º - O valor repassado será no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) que poderão ser repassadas em parcela única ou em várias parcelas, a ser realizado durante o ano de 2024, podendo ser finalizado no ano subsequência caso seja necessário para a finalização do parcelamento.
Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Xambre, 07 de fevereiro de 2024.
DECIO JARDIM
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
LEI Nº 2.533 de 07 de fevereiro de 2024.
Súmula: Dispõe sobre a coparticipação do “Programa Mais Médicos” instituído pela Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos a título de auxílio financeiro ao(s) médico(s), em atuação no Município de Xambre/PR, participante(s) do Projeto Mais Médico para o Brasil, instituído pela Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, segundo as diretrizes de implementação estabelecida na Portaria Interministerial MS/MEC Nº 604, de 16 de maio de 2023, destinadas à concessão de auxílio moradia e auxílio alimentação, em caráter de verba indenizatória conforme critérios estabelecidos na presente Lei.
§ 1º - Os médicos participantes do Projeto Mais Médicos exercerão as mesmas funções relativas aos médicos integrantes da Rede Municipal de Xambre.
§ 2º - Os médicos referidos nesta Lei farão jus aos recursos desde que efetivamente cumpram seus deveres e compromissos assumidos junto ao Município e ao Ministério da Saúde.
Art. 2º. Fica estabelecido o auxílio financeiro destinado ao custeio de despesas com moradia até o valor máximo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais.
§ 1º - Farão jus ao auxílio financeiro para o custeio de despesas com moradia o(s) profissional(is) médico(s) que comprovar(em) a necessidade de locação de imóvel, através de protocolo de processo administrativo endereçado à Secretaria Municipal da Saúde, devendo anexar contrato de locação e o valor da locação deve atender ao valor médio praticado no Município, após aceite da Secretaria Municipal da Saúde, devendo o repasse perdurar durante a sua vigência do contrato de locação e ainda limitar-se ao valor máximo estabelecido do caput deste artigo.
§ 2º - Os médicos residentes em imóvel próprio e/ou de familiar, localizado neste Município ou em Municípios vizinhos que fazem divisa territorial com Xambre, não terão direito ao auxílio moradia.
Art. 3º. Fica estabelecido o auxílio financeiro mensal para o custeio de despesas com alimentação até o valor máximo de R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais).
Art. 4º. Os auxílios aqui descritos, serão pagos mensalmente juntamente com o bolsa-formação, até o 5º dia útil do mês subsequente aos serviços prestados e mediante acatção pela Secretaria Municipal da Saúde do Termo de Compromisso firmado entre o profissional médico e o Ministério da Saúde.
Art. 5º. Os repasses dos valores se darão no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) meses, para o médico participante, de acordo com o estabelecido para execução do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Portaria Interministerial MS/MEC Nº 604, de 16 de maio de 2023.
Art. 6º. Em caso de afastamento do Projeto, por qualquer motivação, o médico participante deverá comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, que suspenderá de imediato os repasses dos recursos concedidos nos termos da presente Lei.
Art. 7º. A Secretaria Municipal da Saúde deverá informar ao médico participante a possibilidade de concessão dos auxílios financeiros estabelecidos nesta Lei e ao Ministério da Saúde a modalidade ofertada, bem como o valor, o prazo e a forma de repasse.
Art. 8º. Os pagamentos dos recursos pecuniários de que tratam esta Lei tem natureza de verba meramente indenizatória, não configurando, em hipótese alguma, retribuição ou contraprestação por serviços prestados.
Art. 8º. O profissional médico participante do Programa Mais Médicos, deverá assinar termo de compromisso com o Município de Xambre.
Art. 9º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das verbas orçamentárias próprias, previstas para a Secretaria Municipal de Saúde, neste exercício e nos subsequentes.
Art. 10. O Poder Executivo poderá, através de Decreto, regulamentar os todos os procedimentos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento desta Lei.
Art. 11. O Poder Executivo poderá, por meio de Decreto, alterar os valores dos benefícios constantes nesta Lei quando os mesmos se mostrarem insuficientes ou destoados da realidade local.
Art. 12. Os efeitos da presente Lei serão retroativos desde 1º de dezembro de 2023.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Xambre, 07 de fevereiro de 2024.
DECIO JARDIM
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
LEI Nº 2.530 de 07 de fevereiro de 2024.
Súmula: Institui o Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT e adota outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º – O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) estipula políticas públicas pelo período de dez anos, assegurando o estabelecimento de um sistema de gestão pública e participativa, bem como o acompanhamento e avaliação das políticas culturais, proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, acesso à produção e fruição da cultura em todo o município, além da inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.
Parágrafo único – O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) terá como princípios:
I - a universalização do acesso à cultura;
II - a afirmação dos valores, identidades, diversidade e pluralismo cultural;
III - a participação da sociedade civil e o diálogo com agentes culturais e criadores;
IV - a implantação de um modelo qualificado de gestão compartilhada, eficaz e eficiente no planejamento e execução de políticas culturais;
V - a transversalidade e a integração da política cultural com as demais políticas de Estado;
VI - a cultura como fator de desenvolvimento sustentável local e regional;
VII - a valorização da memória e do patrimônio cultural.
Art. 2º – São objetivos do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT):
I - universalizar o acesso à arte e à cultura;
II - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
IV - articular políticas públicas de cultura buscando a transversalidade com outras áreas;
V - fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais;
VI - qualificar a gestão na área cultural;
VII - formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas culturais;
VIII - qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
IX - fomentar a produção e a difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais;
X - preservar e promover o patrimônio cultural material e imaterial;
XI - criar mecanismos para o desenvolvimento da economia da cultura estimulando a sustentabilidade dos processos culturais.
Art. 3º – O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) será coordenado pelo Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) e pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC).
Parágrafo único – O Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) exercerá a função de coordenação executiva do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT), conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pelo estabelecimento de cronogramas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.
Art. 4º – A implementação do Plano Municipal de Cultura será feita em regime de cooperação entre o Município, o Estado do Paraná e a União, haja vista o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei Federal nº 12.343, de 02/12/2010 e o Plano Estadual de Cultura (PEC/PR), instituído pela Lei Estadual nº 19.135, de 27/09/2017.
Parágrafo único – A implementação dos programas, projetos e ações instituídos no âmbito do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) poderá ser realizada com a participação de instituições públicas ou privadas, mediante a celebração de instrumentos previstos em lei.
CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO
Art. 5º – Compete ao poder público, nos termos desta Lei:
I - formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do plano;
II - garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;
III - fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para a produção e a realização de projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal a agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;
IV - proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território regional e local e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;
V - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural, a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais, e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma plural;
VI - garantir a preservação do patrimônio cultural Xambrense, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade Xambrense;
VII - articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras.
VIII - dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura Xambrense no exterior, promovendo bens culturais e criações artísticas Xambrense no ambiente internacional e dar suporte à presença desses produtos nos mercados de interesse econômico e geopolítico do País;
IX - organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;
X - regular o mercado interno, estimulando os produtos culturais Xambrense com o objetivo de reduzir desigualdades sociais, locais, regionais e setoriais, profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e ampliando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico;
XI - coordenar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes áreas artísticas, respeitando seus desdobramentos e segmentações, e também para os demais campos de manifestação simbólica identificados entre as diversas expressões culturais e que reivindiquem a sua estruturação municipal, estadual e nacional;
XII - incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) por meio de ações próprias, parcerias e participação em programas.
CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES, METAS E AÇÕES
Art. 6º – São diretrizes do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT):
I - fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais, intensificar o planejamento de programas e ações voltados ao campo cultural e consolidar a execução de políticas públicas para a cultura;
II - reconhecer e valorizar a diversidade e proteger e promover as artes e expressões culturais;
III - universalizar o acesso à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
IV - ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável, promover as condições necessárias para a consolidação da economia criativa e da cultura, além de induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;
V - estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de participação da sociedade civil e ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores.
Art. 7º – São metas e respectivas ações do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT):
I - implantar integralmente o Sistema Municipal de Cultura, objetivando sua institucionalização e integração aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura, nos seguintes termos:
a) implantar o Sistema Municipal de Cultura e manter os elementos necessários que o compõem;
b) realizar conferências municipais com o objetivo de promover a institucionalização da cultura no município;
c) manter a participação nos sistemas nacional e estadual de cultura;
d) implantar e regulamentar redes de articulação entre os diversos setores da administração pública local e regional;
e) promover a organização e a profissionalização dos agentes culturais do Município de Xambre;
f) criar indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação com revisão periódica;
g) estimular a criação de planos setoriais em áreas artístico-culturais.
II - disponibilizar para a área cultural recursos em conformidade com as suas respectivas Leis Orçamentárias em nível municipal, nos seguintes termos:
a) realizar ações de sensibilização quanto à importância do investimento na cultura para o desenvolvimento humano;
b) realizar acordos para a revisão das leis com órgãos responsáveis pelas questões orçamentárias do Município;
c) elaborar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de facilitação do acesso aos recursos financeiros;
d) apoiar o investimento em cultura com a utilização de percentual de pagamentos de royalties;
III - fortalecer o sistema de financiamento cultural, atendendo às demandas do município, nos seguintes termos:
a) criar parcerias para o fomento de atividades culturais com as esferas estadual, federal e privada;
b) incentivar a elaboração de editais para o Programa Municipal de Fomento e Incentivo à Cultura - PROMINC;
c) estimular a criação de programas de fomento e incentivo à cultura;
d) criar e apoiar mecanismos de sensibilização da sociedade civil quanto à importância do investimento na área cultural como forma de acesso à cidadania plena;
e) realizar, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), programa amplo de fomento da vida cultural Xambrense;
IV - ampliar e adequar os quadros funcionais na área cultural, atendendo às demandas Xambrense nos próximos dez anos, nos seguintes termos:
a) estimular a criação de carreiras para a área artístico-cultural;
b) estimular a realização de seleção pública para execução de projetos de curta duração e/ou atividades técnicas temporárias;
c) apoiar mecanismos para regulamentação da profissão de gestor cultural;
V - criar e implantar programas de formação e capacitação na área cultural:
a) oferecer aos agentes e gestores culturais e à sociedade civil cursos, oficinas e seminários de capacitação e aperfeiçoamento técnico;
b) oferecer cursos de formação técnica aos profissionais da área artística e cultural;
c) estabelecer parcerias com instituições (universidades, entre outras) para a formação continuada de gestores culturais e capacitação técnica dos agentes culturais, conservando a transversalidade do conhecimento e a vivência artística;
d) apoiar e incentivar a pesquisa científica e tecnológica no campo artístico e cultural, por meio de parcerias;
e) promover ações conjuntas com as secretarias municipais visando estimular a interação entre agentes culturais e comunidade para integrar o conhecimento acadêmico, as políticas públicas e os saberes tradicionais e populares;
f) qualificar agentes culturais para o atendimento a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
g) estimular a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) a implantar disciplinas ligadas às diferentes áreas da cultura, capacitando seus profissionais;
VI - cadastrar, mapear e diagnosticar os dados do setor cultural do município, nos seguintes termos:
a) consolidar a implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais de Xambre (SMIIC) de forma integrada ao Sistema Estadual e Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SEIIC e SINIC);
b) manter e atualizar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), visando o acesso à cultura;
c) incentivar o cadastramento e alimentação constante dos dados culturais no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIC), ampliando o mapeamento, o diagnóstico e a divulgação da cultura no Município;
d) transformar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) em uma ferramenta de avaliação do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) e das atividades culturais no Município;
e) produzir diagnósticos, estudos e propostas tendo como base o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) para implementação de políticas públicas de cultura;
f) mapear atividades, territórios criativos, lugares, grupos e fazeres culturais materiais e imateriais, formulando mecanismos de salvaguarda e difusão, de modo a fortalecer as identidades territoriais e explicitar a diversidade;
g) estimular a abertura de editais direcionados às pesquisas, como forma de coletar dados para o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIC);
VII - criar, implementar e aperfeiçoar mecanismos de informação e divulgação que atinjam Xambre, nos seguintes termos:
a) ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de comunicação e informação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis;
b) incentivar parcerias com empresas de comunicação, incluindo as rádios e TVs públicas e comunitárias, e redes sociais, para a divulgação de atividades culturais;
c) estimular a criação de mídias (rádios comunitárias, páginas da web, blogs, etc.);
d) criar e divulgar uma agenda cultural do Município, contemplando os principais eventos permanentes municipal;
e) envolver os órgãos, gestores e empresários de turismo na gestão, planejamento e estratégia de divulgação dos equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades;
f) apoiar a divulgação dos programas culturais criados pelos governos federal, estadual e municipal;
g) apoiar mecanismos de difusão e divulgação de bens culturais;
h) qualificar, a cada quatro anos, em parceria com a Câmara Municipal de Vereadores de Xambre e o Conselho Municipal de Cultura (COMCULT), os marcos legais da cultura, visando garantir o direito cultural no seus diversos aspectos (como acesso, diversidade cultural, informação, liberdade de expressão), nos seguintes termos:
a) discutir e deliberar nas Conferências de Cultura os marcos legais da cultura;
b) encaminhar, por meio do conselho de cultura, as demandas de cultura para a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado);
c) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de ajustes nas legislações relativas à vida cultural, em particular a aprovação da PEC-150;
IX - estimular e fomentar programa anual de políticas públicas de ações culturais transversais com as demais secretarias, instituições de ensino superior, Sistema S, entre outros, nos seguintes termos:
a) avaliar, com a participação da sociedade civil, projetos e programas anteriores na área cultural, visando à sua continuidade administrativa;

b) apoiar e promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços voltadas às artes, contribuindo para o desenvolvimento de estudos e inovações culturais que permitam incrementar a formação do profissional;
c) estimular a transversalidade da cultura nas principais políticas sociais como educação, saúde e assistência social;
d) promover o debate com as instituições que integram o chamado Sistema S para a criação de projetos e calendários fixos de circulação de bens e produtos culturais;
X - apoiar e incentivar as manifestações da diversidade cultural, ampliando a oferta de programas que promovam e protejam as culturas populares e de povos tradicionais, nos seguintes termos:
a) incentivar ações que favoreçam o intercâmbio de conhecimentos, visando facilitar a inclusão e a participação de pessoas e de grupos culturais variados;
b) reconhecer a atividade profissional dos mestres de ofícios por meio do título de notório saber;
c) identificar e mapear as manifestações das comunidades e povos tradicionais com a finalidade de elaborar planos de suporte;
d) valorizar e fomentar as manifestações culturais locais fortalecendo e contemplando a diversidade cultural, com o objetivo de preservar sua memória e identidade;
e) valorizar os grupos de culturas populares, imigrantes e aqueles historicamente discriminados, como a população negra, povos de terreiro, ciganos, indígenas, quilombolas, faxinalenses, LGBT, movimentos de rua e terceira idade, com a promoção de ações que fortaleçam a cultura destes grupos e que resultem na inserção destes nas políticas públicas de cultura de criação, produção, difusão e fruição cultural;
f) promover o reconhecimento do notório saber a profissionais com pelo menos trinta anos de carreira e mais de cinquenta anos de idade;
g) incentivar e promover ações, por meio da arte, que contribuam para o fim de todo o tipo de discriminação;
h) estimular a arte urbana;
XI - estimular e fomentar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a difusão do patrimônio cultural (material e imaterial), nos seguintes termos:
a) criar e implementar política de preservação do patrimônio cultural;
b) estimular a criação de fundos específicos municipal, para a conservação e restauração do patrimônio cultural material;
c) estimular a pesquisa e o registro sobre o patrimônio cultural material e imaterial;
d) estimular, por meio de parcerias com órgãos de educação, ciência, tecnologia e pesquisa, atividades de grupos acadêmicos e da sociedade civil, que trabalhem contextos relativos à cultura, às artes e à diversidade cultural do Município de Xambre;
e) estabelecer parceria com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) para incentivar o trabalho sobre a cultura de Xambre nas escolas da rede pública de ensino, por meio de materiais didáticos específicos;
f) capacitar educadores e agentes multiplicadores para a utilização de mecanismos voltados à formação de consciência histórica crítica, que incentivem a valorização e a preservação do patrimônio cultural material e imaterial;
g) estimular as ações de conservação preventiva em acervos documentais e artísticos;
h) desenvolver ações de valorização, pesquisa, salvaguarda e registro de acervos museológicos do município, garantindo amplo acesso aos bens culturais;
i) realizar programas de pesquisa, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural Xambrense;
j) realizar programas de pesquisa, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural Xambrense;
k) incentivar a digitalização dos acervos, como de bibliotecas, cinematecas e arquivos museológicos, criando assim novas modalidades de acesso e utilização desses acervos culturais por todos a população;
l) fomentar o processo de tombamento e manutenção de bens culturais em âmbito municipal e, se pertinente, em âmbito estadual;
XII - ampliar políticas públicas de inclusão digital nas áreas urbanas, rurais e em regiões habitadas por povos e comunidades tradicionais, em todo o município, nos seguintes termos:
a) criar projetos que promovam a apropriação social da tecnologia de informação e que ampliem o acesso à cultura digital, caracterizada pelo acesso aos computadores e demais equipamentos digitais, assim como pelo número de pessoas conectadas à internet;
b) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de criação de linhas de financiamento para ampliar a infraestrutura tecnológica e fomentar a criação e a circulação de conteúdos independentes de cada região;
c) promover a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição, como alternativa do desenvolvimento sustentável e livre;
d) apoiar o mapeamento dos circuitos de arte digital, assim como de suas fronteiras e das relações mútuas com os circuitos tradicionais;
XIII - fomentar mecanismos de investimentos na criação, construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais no município, nos seguintes termos:
a) estimular a criação de, no mínimo, um espaço cultural no município, respeitando as demandas de sua comunidade;
b) incentivar a criação e a adequação de espaços culturais com arquitetura e infraestrutura adequada ao seu uso, atendendo à legislação referente à acessibilidade e garantindo de forma econômica a sua sustentabilidade;
c) incentivar parcerias com as organizações da sociedade civil para a construção de espaços culturais no município por meio de benefícios fiscais;
d) estimar as empresas locais a investir em projetos destinados à construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais;
e) estimular a criação de espaços culturais descentralizados para ampliação e fomento das culturas populares e movimentos culturais de rua, criados por mestres locais, artistas, grupos e entidades sem fins lucrativos;
f) estimular a manutenção da biblioteca cidadã;
g) incentivar a criação e ou manutenção de um centro cultural, educativo e comunitário no município;
XIV - implementar programas de formação de público, fomento, divulgação, documentação, descentralização e circulação de bens culturais no município, nos seguintes termos:
a) implantar o Plano de Literatura, Livro e Leitura, possibilitando o acesso democrático ao livro e ao equipamento cultural;
b) fomentar programas, projetos e ações que atendam ao contido no Plano Estadual da Criança e do Adolescente;
c) estimular a criação, a implantação e a manutenção, por meio de parcerias, de programas de formação e fidelização de público, promovendo os direitos culturais;
d) promover novas formas de divulgação, documentação e criação de bens culturais, contemplando a diversidade de públicos;
e) promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques culturais e de lazer, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude;
f) fomentar e incentivar a produção artística e cultural Xambrense, por meio do apoio à criação, registro, difusão e distribuição de obras, ampliando o reconhecimento da diversidade de expressões;
g) contemplar e promover a diversidade cultural do município, com pelo menos dois programas de circulação anual;
h) incentivar a criação de calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artística e cultural;
i) fomentar a criação de unidades móveis itinerantes, que possibilitem a circulação de apresentações artísticas, especialmente regiões rurais e remotas do centro urbano;
j) estimular o intercâmbio cultural, municipal e intermunicipal;
k) criar e ampliar programas que contemplem o acesso de bens e atividades culturais atendendo crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência;
l) estimular as entidades culturais, como associações, clubes e sociedades, a criar mecanismos de acesso aos bens e serviços em equipamentos culturais;
m) promover a educação patrimonial, a formação de plateia e público como forma de fomento ao consumo cultural;
XV - incentivar o intercâmbio artístico-cultural internacional, facilitando a comercialização, a distribuição e a exibição de bens culturais e artísticos produzidos em Xambre, nos seguintes termos:
a) estabelecer parcerias com órgãos representativos de países com os quais o Paraná e o Brasil mantêm relações diplomáticas;
b) estabelecer parcerias para o intercâmbio artístico-cultural e científico do município de Xambre com países estrangeiros;
c) criar programas e parcerias internacionais para atender necessidades técnicas e econômicas para a compreensão e organização de suas relações com a economia contemporânea global;
XVI - implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia da cultura criativa com o propósito de promover a sustentabilidade da produção artístico-cultural do município, nos seguintes termos:
a) mapear, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia da cultura;
b) fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização e utilização sustentável de matérias-primas e produtos relacionados às atividades artísticas e culturais;
c) criar programas de qualificação do trabalhador da cultura e promover a profissionalização do setor, assegurando condições de trabalho, emprego e renda;
d) contribuir com as ações de formalização do mercado, possibilitando a valorização do trabalho e o fortalecimento econômico dos setores culturais;
e) inserir as atividades culturais itinerantes nos programas públicos de desenvolvimento regional sustentável;
f) incentivar a formação de consórcios entre os municípios da mesma região cultural, possibilitando a valorização das culturas locais e regionais e o intercâmbio de atividades;
g) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de criação de agências de fomento, com qualificação em gestão financeira, promoção de bens e serviços;
h) apoiar artistas, artesãos e profissionais criativos oferecendo consultoria e assessoria nas áreas de gestão de projetos;
i) implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia criativa em associação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos pela ONU;
j) estabelecer parcerias com bancos estatais e outros agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de linhas de microcrédito e outras formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional;
k) criar investimentos para a economia criativa do município de Xambre;
l) promover o turismo cultural visando ao reconhecimento, à valorização e à profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade;
m) estimular a geração de projetos que contemplem a diversidade e a transversalidade, dentro de um contexto descentralizado e sustentável;
XVII - promover em parceria com a comunidade cultural a formação de cooperativas de fomento à cultura, nos seguintes termos:
a) estimular meios para o desenvolvimento da cadeia produtiva da cultura e das artes e impulsionar a economia da cultura regional;
b) celebrar convênios com instituições de ensino a fim de instrumentalizar artistas, produtores, gestores e fazedores de cultura, na criação e gestão das cooperativas;
c) estabelecer parcerias a fim de gerar mecanismos de sustentabilidade das cooperativas;
d) estabelecer diretrizes norteadoras para o desenvolvimento da cadeia produtiva e das artes no município de Xambre;
XVIII - implementar meios de participação social no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas culturais no município, nos seguintes termos:
a) criar uma plataforma virtual que possibilite à sociedade civil acompanhar as políticas culturais previstas para serem implementadas no município;
Art. 12º – A Secretaria Municipal de Cultura (SMC), na condição de coordenadora executiva do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT), deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender aos objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento.
CAPÍTULO V
DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 8º – Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias do Município deverão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes desta Lei.
Art. 9º – A Secretaria Municipal de Cultura (SMC), na condição de coordenadora executiva do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT), deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender aos objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento.
CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 11º – O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) deverá ser atualizado em quatro anos acrescido dos Planos Setoriais elaborados a partir das resoluções do Conselho Municipal de Cultura (COMCULT).
Art. 12º – A elaboração do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) em âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, deverá desenvolver Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.
Art. 13º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Xambre/PR, 07 de fevereiro de 2024.
DECIO JARDIM
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
LEI Nº 2.534 de 07 de fevereiro de 2024.
Súmula: Institui o Sistema Municipal de Cultura de Xambre – SIMCULT, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
DISPOSIÇÕES PRELIMINAR
Art. 1º: Esta lei regula o município de Xambre e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.
Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT integra o Sistema Estadual e Nacional de Cultura – SEC e SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.
TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA
Art. 2º. A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os municípios e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pelo Município de Xambre, com a participação da sociedade, no campo da cultura.
CAPÍTULO I
DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA
Art. 3º. A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Xambre.
Art. 4º. A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Xambre.
Art. 5º. É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município e estabelecer mecanismos para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.
Art. 6º. Cabe ao Poder Público do Município de Xambre, planejar e implementar políticas públicas para:
I - assegurar as condições para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
III - contribuir para a construção da cidadania cultural;
IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
XX - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.
Art. 7º. A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.
Art. 8º. A Secretaria Municipal de Cultura é o órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.
Art. 9º. A estrutura da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, as instituições vinculadas indicadas a seguir:
I – Sede da Secretaria Municipal de Cultura;
II – Biblioteca Pública Cidadã Prof. Waldemar Biaça;
III – Casa da Cultura Professor Durvalino Inácio Pinto
IV – outros que venham a ser constituídos.
Art. 36. São atribuições da Secretaria Municipal de Cultura – SMC:
I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT, executando as políticas e as ações culturais definidas;
II - coordenar, no âmbito do Município de Cultura – SIMCULT, integrado ao Sistema Nacional e Estadual de Cultura – SNC e SEC, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais e a sua avaliação, com ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.
CAPÍTULO II
DOS DIREITOS CULTURAIS
Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os municípios o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:
I - o direito à identidade e à diversidade cultural;
II - livre criação e expressão; a livre acesso; b livre difusão; c livre participação nas decisões de política cultural.
III - o direito autoral;
IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.
CAPÍTULO III
DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA
Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura, compreendendo a dimensão social, econômica e política da cultura, considerando a política municipal de cultura.
SEÇÃO I
DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA
Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Xambre, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.
Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as inúmeras possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.
Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.
Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os indivíduos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.
SEÇÃO II
DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA
Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.
Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.
Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, povos e afro-brasileiros e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, incluindo o de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.
Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.
Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.
Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.
SEÇÃO III
DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA
Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.
Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:
I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;
II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social;
III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.
Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideais, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.
Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.
Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.
Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.
TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS
Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.
Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.
Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT que devem orientar a condução do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:
I - diversidade das expressões culturais;
II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
VI - complementaridade entre os papéis dos agentes culturais;
VII - transversalidade das políticas culturais;
VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
IX - transparência e compartilhamento das informações;
X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.
Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT:
I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área

da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;
III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;
IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil;
V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT;
VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.
CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA
SEÇÃO I
DOS COMPONENTES
Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT:
I - coordenação:
a) Secretaria Municipal de Cultura – SMC.
II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação:
a) Conselho Municipal de Cultura – COMCULT;
b) Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT.
III - instrumentos de gestão:
a) Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT;
b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.
IV - Sistemas Setoriais de Cultura:
a) Artes Visuais;
b) Audiovisual/Cinema;
c) Circo;
d) Dança;
e) Literatura;
f) Manifestações Populares, Tradicionais e Étnicas da Cultura;
g) Música;
h) Ópera;
i) Patrimônio Cultural;
j) Teatro;
k) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.
Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, especialmente, da educação, da cultura, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.
SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SIMCULT
Art. 34. A Secretaria Municipal de Cultura – SMC é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.
Art. 35. A estrutura da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, as instituições vinculadas indicadas a seguir:
I – Sede da Secretaria Municipal de Cultura;
II – Biblioteca Pública Cidadã Prof. Waldemar Biaça;
III – Casa da Cultura Professor Durvalino Inácio Pinto
IV – outros que venham a ser constituídos.
Art. 36. São atribuições da Secretaria Municipal de Cultura – SMC:
I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT, executando as políticas e as ações culturais definidas;
II - coordenar, no âmbito do Município de Cultura – SIMCULT, integrado ao Sistema Nacional e Estadual de Cultura – SNC e SEC, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais e a sua avaliação, com ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais e social do Município;
V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
VI - preservar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;
VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
VIII - promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;
IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, promovendo o acesso aos bens e serviços culturais;
XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para a implementação de políticas públicas de fomento e desenvolvimento cultural;
XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.
XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT e dos Fóruns de Cultura do Município.
XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;
XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.
Art. 37. A Secretaria Municipal de Cultura – SMC como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, compete:
I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT;
II - promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;
III - coordenar as atividades de formulação e deliberação de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT e nas suas instâncias setoriais;
IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Cultura – CONCULT;
V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, com as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Cultura – COMCULT;
VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;
VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;
IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados nas atividades de planejamento e desenvolvimento metodológico e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;
X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área Cultural, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município;
XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT.
SEÇÃO III
INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO
Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do Art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.
Art. 39. O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT, órgão colegiado deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal órgão de participação social no Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.
§ 1º. O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, com a participação do Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT.
§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, em Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.
§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Cultura – COMCULT deve considerar as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.
§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Cultura – COMCULT deve contemplar a representação do Município de Xambre, por meio da Secretaria Municipal de Cultura – SMC e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.
Art. 40. O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT será constituído por 06 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:
I – O Secretário Municipal de Cultura, na qualidade de Presidente;
II – 2 (dois) membros titulares escolhidos pelo Poder Executivo Municipal, sendo selecionados entre funcionários efetivos ou detentores de cargo em comissão, em exercício na Administração Pública Municipal;
III – 3 (três) membros titulares da sociedade civil, sendo um deles seu Vice-Presidente.
§ 1º. Os integrantes descritos no inciso II serão nomeados pelo Prefeito do Município de Xambre para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.
§ 2º. Os integrantes a que se refere o inciso II serão eleitos pelo voto direto e sufrágio universal, assegurada a possibilidade de participação de todos os presentes, inscritos durante a Conferência Municipal de Cultura – COMFCULT, convocada pelo Prefeito Municipal e regulamentada, por meio de portaria e ou decreto, pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC.
§ 3º. Serão considerados titulares, os 3 (três) membros a que se refere o inciso III que obtiverem a maioria simples de votos válidos, em ordem decrescente, para ocuparem as vagas de titulares, sendo o candidato com a maior quantidade de votos recebidos, o Vice-Presidente.
Parágrafo único. Os demais candidatos, a que se refere o inciso III, atuarão como suplentes na ordem de votos recebidos por ordem decrescente.
Art. 41. O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT é constituído pelas seguintes instâncias:
I - Plenário;
II - Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;
III - Colegiados Setoriais;
IV - Comissões Temáticas;
V - Grupos de Trabalho;
VI - Fóruns Setoriais e Territoriais.
Art. 42. Ao Plenário do Conselho Municipal de Cultura – SMC e sua estrutura – COMCULT compete:
I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT;
II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT;
III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional de Política Cultural e Estadual de Cultura;
IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;
V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;
VI - estabelecer, com as despesas administrativas de cultura, o Plano Municipal de Cultura – FUMCULT as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano

Municipal de Cultura – PLAMCULT;
VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT;
VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;
IX - estabelecer, com o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;
X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;
XI - apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.
Parágrafo único. O Plenário poderá delegar essa competência a outra instância do COMCULT.
XII - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;
XIII - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC;
XIV - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Cultura e Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;
XV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e do setor empresarial;
XVI - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;
XVII - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT a deliberação e acompanhamento de matérias;
XVIII - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT.
XIX - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT.
Art. 43. Compete ao Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.
Art. 44. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT para a adoção de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.
Art. 45. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.
Art. 46. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.
Art. 47. O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, para a integração e interação com os demais segmentos de funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CONFCULT
Art. 48. A Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT.
§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT e às respectivas revisões ou adequações.
§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura – SMC convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura será estabelecida pelo Conselho Municipal de Cultura – COMCULT, com base no calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.
§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.
SEÇÃO IV
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO
Art. 49. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT:
I - Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT;
II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC;
V - Sistemas Setoriais de Cultura.
Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.
DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PLAMCULT
Art. 50. O Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT, instituído por lei própria, tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.
Art. 51. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura – SMC e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT, desenvolverá o Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Cultura – COMCULT e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.
Parágrafo único. Os Planos devem conter:
I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
II - diretrizes e instituições setoriais;
III - objetivos gerais e específicos;
IV - estratégias, metas e ações;
V - prazos de execução;
VI - resultados e impactos esperados;
VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e
IX - indicadores de monitoramento e avaliação.
DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC
Art. 52. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é o instrumento de planejamento e execução de recursos financeiros constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de que devem ser diversificados e articulados.
Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Xambre:
I - Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA);
II - Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, definido nesta lei;
III - Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e
IV - outros que venham a ser criados Do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT.
Art. 53. O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura – SMC como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.
Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado do Paraná.
Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.
Art. 55. São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT:
I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Xambre e seus créditos adicionais;
II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT;
III - contribuições dos detentores;
IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura – SMC; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promções, projetos e serviços de caráter cultural;
V - doações e legados nos termos da legislação vigente;
VI - subsídios e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
VII - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, a título de consórcio financeiro reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
VIII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT;
IX - restituição das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
X - empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
XI - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Cultura – FUMCULT;
XII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovção de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
XIII - saldos de exercícios anteriores; e
XIV - outros recursos legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinados.
Art. 56. O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:
I - não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e
II - reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.
§ 1º. Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal de Cultura – SMC definirá com os agentes financeiros credenciados a forma de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.
§ 2º. Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.
§ 3º. A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.
§ 4º. Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente empregado.
Art. 57. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato do COMCULT.
Art. 58. O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.
§ 1º. Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.
§ 2º. Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante apoiado pelo Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.
§ 3º. Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.
Art. 59. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo

Municipal de Cultura – FUMCULT com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.
§ 1º. O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.
§ 2º. A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.
Art. 60. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.
Art. 61. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por membros titulares e igual número de suplentes.
§ 1º. Os membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC.
§ 2º. Os membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.
Art. 62. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Cultura – COMCULT.
Art. 63. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:
I - avaliação das três dimensões culturais do projeto – simbólica, econômica e social;
II - adequação orçamentária;
III - viabilidade de execução; e
IV - capacidade técnico-operacional do proponente.
DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS – SMIIC
Art. 64. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura – SMC desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.
§ 1º. O Sistema Municipal de informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como objetivo a coleta de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produções, acesso, consumo, agendas, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.
§ 2º. O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.
Art. 65. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como objetivos:
I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT e sua revisão nos prazos previstos;
II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;
III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT.
Art. 66. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.
Art. 67. O Sistema Municipal de informações e Indicadores Culturais – SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente de fontes de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA – PROMFAC
Art. 68. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura – SMC elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com as demais secretarias e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.
Art. 69. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:
I - a qualificação técnica, administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;
II - a formação nas áreas técnicas e artísticas.
SEÇÃO V
DOS SISTEMAS SETORIAIS
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SIMCULT
Art. 70. Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.
Art. 71. Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT:
I - Artes Visuais;
II - Audiovisual/Cinema;
III - Circo;
IV - Dança;
V - Literatura;
VI - Manifestações Populares, Tradicionais e Étnicas da Cultura;
VII - Música;
VIII - Ópera;
IX - Patrimônio Cultural;
X - Teatro.
Art. 72. As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT e do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT.
Art. 73. Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados, terão como objetivo a implementação das políticas culturais, conformando subsistemas que se conectam à estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.
Art. 74. As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.
Art. 75. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.
Art. 76. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, serão colegiados e o Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Cultura – COMCULT com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.
TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO
CAPÍTULO I
DOS RECURSOS
Art. 77. O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.
Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.
Art. 78. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT.
Art. 79. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.
§ 1º. Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:
I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura – FUMCULT;
II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.
§ 2º. A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Cultura – COMCULT.
Art. 80. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.
CAPÍTULO II
DA GESTÃO FINANCEIRA
Art. 81. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT.
§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT serão administrados pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC.
§ 2º. A Secretaria Municipal de Cultura – SMC acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.
Art. 82. O Município deverá tomar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, e transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.
§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.
Art. 83. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT.
CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO
Art. 84. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.
Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.
Art. 85. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT e pelo Conselho Municipal de Cultura – COMCULT.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 86. O Município deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.
Art. 87. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT em finalidades diversas das previstas nesta lei.
Art. 88. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Xambre, 07 de fevereiro de 2024.
DECIO JARDIM
Prefeito

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL N.º 44/2024
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o que estabelecem o Edital nº 048/2021, de 01 de julho de 2021, R E S O L V E
Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado e classificado no Concurso Público, para o provimento de cargo efetivo de SECRETÁRIO (A) ESCOLAR – 40 HORAS SEMANAIS a comparecerem na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do Cargo Público, ocasião em que deverá apresentar os seguintes documentos para nomeação:
* 01 foto colorida 3X4 (atual).
* antecedentes criminais (Fórum 1º e 2º vara criminal)
* fotocópia da carteira de identidade (R.G.)
* fotocópia do C.P.F. (se casada os documentos devem estar com o nome de casada)
* fotocópia do C.P.F. (cônjuge).
* fotocópia da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
* fotocópia PIS ou PASEP
* certidão de quitação eleitoral (imprimir a Certidão no site www.tse.jus.br)
* fotocópia da certidão de nascimento ou casamento
* carteira de habilitação (quando couber)
* certificado de reservista ou dispensa de incorporação (quando couber)
* fotocópia e original do comprovante de escolaridade exigido (histórico com certidão ou diploma)
* registro no conselho da classe (quando couber)
* Comprovante (completo) de Imposto de Renda – Pessoa Física, Exercício do ano vigente (no caso de isenção preencher declaração de bens)
* comprovante de residência
* declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora ou demissão por justa causa nos últimos 05(cinco) anos)
* tipo sanguíneo
* comprovante (impresso) do nº. da conta bancária do BANCO ITAÚ para crédito do pagamento (a declaração para abertura de conta bancária será disponibilizada ao candidato no ato de entrega de documentos)
* certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 18 anos
* carteira de vacinação dos filhos.
Posteriormente serão encaminhados(as) para se submeterem a Exame Médico Pré-admissional previsto no item 10.9 – do referido Edital.
ATENÇÃO
A ausência de qualquer um dos documentos, acima relacionados, dentro do prazo estabelecido para entrega, caracterizará o descumprimento das regras editalícias e consequentemente, a desclassificação do candidato do Concurso Públicos previsto no item 10 - da Convocação - do referido Edital. Em caso de dúvidas, contatar-nos no telefone (44) 3621-4141 Diretoria de Recursos Humanos ou e-mail concursos@umuarama.pr.gov.br
Caso o(a) candidato(a) aprovado(a) e relacionado(a) neste Edital, não se pronuncie sobre a aceitação ou não do Cargo Público, no prazo estabelecido para esse fim, a Administração convocará o(a) candidato(a) seguinte, perdendo o(a) candidato(a) que não se pronunciou o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou, conforme estabelecido no item 10.8 do Edital nº. 048/2021 – Da Convocação.
SECRETÁRIO (A) ESCOLAR – 40 HORAS
(PROVIMENTO DE 04 VAGAS)
INSCR. NOME RG CLASS.
117796 Aline da Silva Longo 10.194.873-0 90º
125419 Suziane Cerqueira Pereira Sousa 071.183.744-9 91º
118355 Paulo Giliard da Silva Ferreira 12.324.784-1 92º
119654 Fabrício Mitsuyoshi Ito 9.327.498-9 93º
PAÇO MUNICIPAL, 07 de fevereiro de 2024.
Celso Luiz Pozzobom
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 034/2024
Nomeia, em substituição, membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o artigo 9º, da Lei Municipal n.º 4.069, de 15 de abril de 2015;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 288, de 20 de outubro de 2023;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 341, de 05 de dezembro de 2023;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 02, expedido pela Associação de Pais e Amigos do Autista de Umuarama e Região – AMA em 17 de janeiro de 2024;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 003, expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA em 26 de janeiro de 2024.
D E C R E T A
Art. 1º Fica nomeada, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no restante do biênio 2023/2025, GABRIELA DE SOUZA SEBASTIANI, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 13.281.012-5 SESP/PR, representante da sociedade civil, segmento de entidades que trabalhem com criança e/ou adolescente, pela Associação de Pais e Amigos do Autista de Umuarama e Região – AMA, como membro titular, em substituição a Zélia Aparecida Serralbo, nomeada nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do item "a.1.", do Decreto Municipal n.º 288, de 20 de outubro de 2023.
Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros nomeados por meio dos Decretos Municipais n.º 288, de 20 de outubro de 2023 e n.º 341, de 05 de dezembro de 2023.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
Replicar por incorreção
PORTARIA Nº 224/2024
Demitir por MARIA ROSA DE FREITAS extinção normal do contrato de trabalho por prazo determinado.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Demitir MARIA ROSA DE FREITAS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.434.332-0 SESP/PR, inscrita no 602.270.799-49, admitida em 02 de fevereiro de 2022, ocupante do emprego público de auxiliar de serviços gerais-40hs, regime CLT - Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 082/2019, lotada no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 03 de fevereiro de 2024, revogando o Extrato de Contrato de Trabalho nº 04/2022.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 227/2024
Designa o servidor WENDERSON DE MELLO RIBEIRO, O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Designar o servidor WENDERSON DE MELLO RIBEIRO, portador da Cédula de Identidade nº 10.587.512-6-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 094.308.159-97, nomeado em 04 de setembro de 2023, ocupante do cargo de carreira de Assistente Administrativo, pelo regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviço no Fundo de Previdência Municipal de Umuarama, sem ônus para o mesmo, a partir de 01 de janeiro de 2023.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 235/2024
Concede Adicional Insalubridade aos servidores ocupantes do cargo de Motorista II.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade e Comunicação Interna nº 47/2023 da Secretária Municipal de Serviços Públicos, onde os servidores prestaram serviços nesta data.
R E S O L V E:
Art. 1º Conceder Adicional Insalubridade, no percentual de 40% (quarenta por cento), aos servidores ocupantes do cargo de Motorista II, lotados na Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados.
Item Matrícula Servidor(a) Período Regime
01 1081022 ODEILSO MASSUIA 22/12/2023 a 31/01/2024 Estatutário
02 1081038 RICARDO MASSAHIRO NISHIGAWA 22/12/2023 a 31/01/2024 Estatutário
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 238/2024
Revoga a portaria nº 2130 de 19 de outubro de 2023, que concedeu Adicional Insalubridade a servidora ESTER ANTUNES CARVALHO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Revogar a portaria nº 2130 de 19 de outubro de 2023, que concedeu Adicional Insalubridade a servidora ESTER ANTUNES CARVALHO, matrícula nº 993831, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.307.198-2-SESP-PR, e inscrita no CPF sob nº.º 043.835.549-03, nomeada em 02 de setembro de 2014, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01 de fevereiro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 244/2024
Concede Gratificação de Classe Multisseriada à servidora LARISSA THAIS DOS SANTOS RODRIGUES.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Conceder à servidora LARISSA THAIS DOS SANTOS RODRIGUES, matrícula nº 1081134, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.461.461-7-SSP-PR, inscrita no CPF nº 101.037.989-51, nomeada em 18 de agosto de 2023, ocupante do cargo de carreira de Professora de Educação Infantil, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, o percentual de 10% (dez por cento) de Gratificação de Classe Multisseriada, calculado sobre o vencimento, de acordo com o inciso IV do Art. 102 e inciso II do Art. 103 da Lei Complementar nº 346 de 15 de março de 2013, a contar de 01 de fevereiro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 16/2024
TORNAR SEM EFEITO O ITEN DO EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 06/2024
Objeto do Edital nº 232/2023 de 07 de dezembro de 2023 – 1ª Chamada
PROFESSOR – ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
20 HORAS SEMANAIS
Item Class. Nome Lotação Admissão RG Salário
26 38º ROSEMEIRE BARBOSA PEREIRA Secretaria Municipal de Educação 01/02/2024 8.493.293-0 R\$ 2.210,28
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 17/2024
TORNAR SEM EFEITO O ITEN DO EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 07/2024
Objeto do Edital nº 242/2023 de 19 de dezembro de 2023 – 2ª Chamada
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ATUAÇÃO ESPECÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 HORAS SEMANAIS
Item Class. Nome Lotação Admissão RG Salário
19 33º ANA CLAUDIA SANTANA Secretaria Municipal de Educação 01/02/2024 10.397.108-0 R\$ 4.420,55
PAÇO MUNICIPAL, Umuarama, 06 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 18/2024
TORNAR SEM EFEITO OS ITENS DO EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 08/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 159/2023
Objeto do Edital nº 007/2024 de 09 de janeiro de 2024 – 3ª Chamada
PROFESSOR – ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
20 HORAS SEMANAIS
Item Class. Nome Lotação Admissão RG Salário
9 51º DENISE DANIEL Secretaria Municipal de Educação 02/02/2024 107142371 R\$ 4.420,55
PROFESSOR – ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
20 HORAS SEMANAIS
Item Class. Nome Lotação Admissão RG Salário
38 165º MARIA IZABEL PONTES LAGHI Secretaria Municipal de Educação 01/02/2024 164283437 R\$ 2.210,28
PAÇO MUNICIPAL, Umuarama, 06 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Diretor de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 245/2024
Altera a Portaria n.º 2.509/2023 que designou a servidora ELAINE NATALINA FERRAREZI LAVAGNOLLI.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Alterar a Portaria n.º 2.509/2023 que designou a servidora ELAINE NATALINA FERRAREZI LAVAGNOLLI, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Designar a servidora a ELAINE NATALINA FERRAREZI LAVAGNOLLI, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.108.990-3-SSP-PR, inscrita no CPF sob nº 045.481.129-28, sob matrículas de n.º 861771 e 861772, ocupante do cargo de Professora, pelo regime Estatutário, com dois períodos de 20 horas, sendo um com nomeação em 07 de março de 2005 e outro com nomeação em 16 de maio de 2013, para desempenhar a função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Professora Maria Yokohama Watanabe, percebendo a gratificação mensal por função equivalente a 50% (cinquenta por cento) do nível A, classe 1 da tabela de vencimentos, conforme estabelece o artigo 102, inciso I, artigo 103, inciso I e artigo 104 da Lei Complementar nº 346 de 15 de março de 2013, no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026."
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 246/2024
Revogar a portaria 150/2024 que transferiu o servidor PAULO SERGIO DANIEL.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Revoga a portaria 150/2024 que transferiu o servidor PAULO SERGIO DANIEL, matrícula nº 100860, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 6.846.661-0, inscrito no CPF n.º 014.771.929-13, nomeado em 19 de outubro de 2022, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Administração para prestar serviço na Secretaria Municipal de Saúde, com ônus para a mesma, a contar de 01 de fevereiro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 247/2024
Transferir o servidor PAULO SERGIO DANIEL.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Transferir o servidor PAULO SERGIO DANIEL, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 6.846.661-0 SSP-PR, inscrito no CPF n.º 014.771.929-13, nomeado em 19 de outubro de 2022, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviço na Secretaria Municipal de Educação, com ônus para a mesma, a contar de 01 de fevereiro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 248/2024
Transferir o servidor KESLEY CARLOS JORGE DA SILVA.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Transferir o servidor KESLEY CARLOS JORGE DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 50.586.764-3-SSP-SP, inscrito no CPF n.º 064.468.529-83, nomeado em 16 de novembro de 2022, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviço na Secretaria Municipal de Saúde, com ônus para a mesma, a contar de 01 de fevereiro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 249/2024
Revoga o item 18 da portaria nº 985 de 22 de maio de 2023, que concedeu Adicional Insalubridade a servidora MARIA APARECIDA LOPES DA SILVA.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 254/2024
Concede férias aos Secretários de Municipal do Município de Umuarama.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Conceder férias aos Secretários Municipal do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:
ITEM NOME DO SERVIDOR RG SECRETARIA CARGO PERÍODOAQUISITIVO PERÍODO DE GOZO
1 Anderson Gasparetto 4.647.093-1 SESP / PR Sec. Mun. De Esporte E Lazer Secretário De Esportes E Lazer 2023/2024 27/12/2023 à 15/01/2024
2 Edvaldo Ceranto Junior 7.190.252-8 SESP / PR Sec. Mun. De Industria, Comércio E Sec. Mun. De Indústria, Comércio E 2023/2024 27/12/2023 à 15/01/2024
3 Gilmar Carlos Garcia 3.371.897-7 SESP / PR Sec. Mun. De Habitação Secretário Municipal De Habitação 2023/2024 27/12/2023 à 05/01/2024
4 Luiz Genesio Picoloto 1.669.434-7 SESP / PR Sec. Mun. Da Procuradoria-Geral Secretário Municipal Da Procuradoria-Geral 2023/2024 27/12/2023 à 05/01/2024
5 Mauriza Gonçalves De Lima Menegasso 5.093.784-4 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Secretário De Serviços Gerais-40hs-Clt 2022/2023 27/12/2023 à 27/12/2023
6 Renato Caobiano Dos Santos 10.017.249-6 SSP / PR Sec. Mun. De Obras, Planejamento Urbano, e 27/12/2023 à 05/01/2024 Secretário De Obras,
7 Sidnei Moreno Vedovoto 10.017.249-6 SSP / PR Sec. Mun. De Administração Secretário De Administração 2023/2024 27/12/2023 à 05/01/2024
8 Valdecir Gonçalves Capelli 4.279.619-0 SESP / PR Sec. Mun. De Segurança, Trânsito E Sec. Mun. De 2023/2024 27/12/2023 à 05/01/2024
9 Isabella Melo De Oliveira Araújo 15.100.138-6 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Secretário De Serviços Gerais-40hs-Clt 2022/2023 27/12/2023 à 15/01/2024
10 Lucinea De Oliveira 10.214.668-9 Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2022/2023 27/12/2023 à 15/01/2024
11 Marcos Danilo Dos Santos Gatti 10.299.478-7 ssp / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
12 Maria Cristina Nogueira 7.096.304-3 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais- Rae 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
13 Maria Da Conceição Soares Fernandes 15.571.775-0 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
14 Rosilene Ernandes Mota Dos Santos 10.694.067-3 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 15/01/2024
15 Rosilene Ernandes Mota Dos Santos 10.694.067-3 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 15/01/2024
16 Samuel Paulo Gomes 43.813.457-6 SSP / SP Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais- Rae 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
17 Silvana Teixeira De Luca Veiga 9.742.038-6 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
18 Simone Carvalho Gomes Guardavir 8.802.254-8 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
19 Sivaldo Moreira Coqueiro 9.720.653-8 ssp / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais- Rae 2023/2024 27/12/2023 à 15/01/2024
20 Thalita Michelli Cardoso 12.712.989-4 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2022/2023 27/12/2023 à 15/01/2024
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 255/2024
Concede férias aos servidores do Processo Seletivo Simplificado do Município de Umuarama.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Conceder férias aos servidores PSS do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:
ITEM NOME DO SERVIDOR RG SECRETARIA CARGO PERÍODOAQUISITIVO PERÍODO DE GOZO
1 Adriana Dos Santos Fernandes 6.712.058-2 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
2 Anielle Aparecida De Almeida De Oliveira 9.707.760-6 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais- Rae 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
3 Bruna Da Silva Rodrigues 12.511.300-1 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
4 Dulceli Vieira Dos Anjos 9.186.938-1 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2022/2023 27/12/2023 à 15/01/2024
5 Edna Aparecida Saldeira Giroto 6.385.610-0 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
6 Edna Maria De Oliveira Pedro 9.051.730-9 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
7 Fabiani Vieira 7.327.954-6 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Secretário 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
8 Isabella Melo De Oliveira Araújo 15.100.138-6 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Secretário 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
9 Lucinea De Oliveira 10.214.668-9 Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2022/2023 27/12/2023 à 15/01/2024
10 Marcos Danilo Dos Santos Gatti 10.299.478-7 ssp / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais- Rae 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
11 Maria Cristina Nogueira 7.096.304-3 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais- Rae 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
12 Maria Da Conceição Soares Fernandes 15.571.775-0 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
13 Maria De Fatima Vanco 4.393.019-2 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
14 Roselli Ruiz Bruno 9.824.383-6 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Professor De Educação Infantil- Rae 2023/2024 27/12/2023 à 15/01/2024
15 Rosilene Ernandes Mota Dos Santos 10.694.067-3 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
16 Samuel Paulo Gomes 43.813.457-6 SSP / SP Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais- Rae 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
17 Silvana Teixeira De Luca Veiga 9.742.038-6 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
18 Simone Carvalho Gomes Guardavir 8.802.254-8 SSP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2023/2024 27/12/2023 à 25/01/2024
19 Sivaldo Moreira Coqueiro 9.720.653-8 ssp / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais- Rae 2023/2024 27/12/2023 à 15/01/2024
20 Thalita Michelli Cardoso 12.712.989-4 SESP / PR Sec. Mun. De Educação Auxiliar De Serviços Gerais-40hs-Clt 2022/2023 27/12/2023 à 15/01/2024
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 256/2024

Concede férias aos servidores do Cargo Comissão do Município de Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores de Cargo Comissão do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1	Abailan Gomes	719.819 SSP / PR	Sec. Mun. De Esporte E Lazer	Assessor Especial - Cc-7	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
2	Alessandro Dias Alvarenga	9.832.757-6 SESP / PR	Sec. Mun. De Esporte E Lazer	Assessor Especial - Cc-7	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
3	Allana Amably Souza Fiori	14.850.606-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Fazenda	Assessor Especial - Cc-8	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
4	Ana Claudia Aguiar	10.555.768-0 SESP / PR	Sec. Mun. Da Procuradoria-Geral	Assessor Jurídico - Cc-2	2021/2022	27/12/2023 à 05/01/2024
5	Andre Alvaro Martinez Da Camara	14.063.900-1 SESP / PR	Sec. Mun. Da Procuradoria-Geral	Assessor Jurídico - Cc-2	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
6	Andrea Mitsuyo Ikeziri	10.058.711-4 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Chefe De Divisão - Cc-2	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
7	Beatriz De Souza Silva	12.329.288-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Proteção E Defesa Do	Chefe De Divisão - Cc-2	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
8	Bianca Vanessa Ribeiro Machado	10.158.156-0 SESP / PR	Sec. Mun. Da Procuradoria-Geral	Assessor Jurídico - Cc-2	2022/2023	08/12/2023 à 22/12/2023
9	Bruna Brandao Santana	14.238.560-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Assessor Especial - Cc-8	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
10	Bruna De Carvalho Rosa Narcizo	7.330.731-7 SSP / PR	Sec. Mun. De Habitação	Assessor Especial - Cc-6	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
11	Carla Phamela Balbino Favaro De Souza	10.123.198-4 SSP / PR	Sec. Mun. De Indústria Comercio E	Chefe De Divisão - Cc-2	2023/2024	28/12/2023 à 06/01/2024
12	Carla Phamela Balbino Favaro De Souza	10.123.198-4 SSP / PR	Sec. Mun. De Indústria Comercio E	Chefe De Divisão - Cc-2	2022/2023	18/12/2023 à 27/12/2023
13	Carlos Eduardo De Souza Cunha	12.702.489-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Administração	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
14	Caroline Gilio Silva	14.405.693-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Habitação	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
15	Caroline Miguel Santos Janja	14.251.483-4 SSP / PR	Controladoria Do Municipio	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
16	Cesar Bonfim Da Silva	54.192.399-7 SSP / SP	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Assessor Especial - Cc-8	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
17	Cibeile Martinez Soares De Lima	8.642.401-0 SSP / PR	Sec. Mun. Da Procuradoria-Geral	Assessor Jurídico - Cc-2	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
18	Daniel Barbosa Sifuentes	13.966.777-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Administração	Assessor Especial - Cc-6	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
19	Dayanne Paola De Oliveira Demozzi	8.114.319-6 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Chefe De Divisão - Cc-2	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
20	Denise Maria Barbosa Silva	10.016.802-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Assessor Especial - Cc-9	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
21	Eliane Plerin Dos Santos	8.615.634-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Assessor Especial - Cc-8	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
22	Evelyn Petineli	10.616.752-4 SESP / PR	Sec. Mun. Da Procuradoria-Geral	Assessor Especial - Cc-5	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
23	Fernando Gulsani Guilherme	10.115.007-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Serviços Rodoviários	Assessor Especial - Cc-6	2022/2023	27/12/2023 à 30/12/2023
24	Fernando Gulsani Guilherme	10.115.007-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Serviços Rodoviários	Assessor Especial - Cc-6	2021/2022	27/12/2023 à 20/12/2023
25	Guilherme Cervejeira Bolanho	10.727.574-6 SSP / PR	Sec. Mun. De Serviços Públicos	Chefe De Divisão - Cc-2	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
26	Gustavo Felipe Bacaro	10.749.789-7 SSP / PR	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Diretor - Cc-1	2022/2023	27/12/2023 à 15/01/2024
27	Henrique De Cufia Matsukisi	9.295.492-7 SSP / PR	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Chefe De Divisão - Cc-2	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
28	Irio Daroz Brol	4.186.892-9 SESP / PR	Sec. Mun. De Esporte E Lazer	Assessor Especial - Cc-6	2023/2024	27/12/2023 à 15/01/2024
29	Isa Lenara Munhoz Anunim	13.548.005-3 SESP / PR	Sec. Mun. De Administração	Assessor Especial - Cc-6	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
30	Jeniffer Nunes Nogueira	10.065.844-54 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Assessor Especial - Cc-9	2022/2023	27/12/2023 à 15/01/2024
31	Jose Carlos Da Silva	20.105.609-4 SSP / SP	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Assessor Especial - Cc-8	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
32	Kevelem Diniz De Oliveira	52.727.470-7 IIRGD / SP	Sec. Mun. De Fazenda	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
33	Leonardo Takehide Onishi	10.695.256-6 SESP / PR	Controladoria Do Municipio	Assessor Especial - Cc-5	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
34	Luanra De Alencar Pronsati	10.836.522-6 SSP / MT	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Chefe De Divisão - Cc-2	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
35	Luciana Fonseca Da Silva	001413755 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Assessor Especial - Cc-6	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
36	Magda Aparecida Alves De Sousa	10.839.029-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Proteção E Defesa Do	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
37	Marcelo Aparecido Orriole	8.175.390-3 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
38	Mariana Martins De Souza	13.948.550-5 SESP / PR	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	18/12/2023 à 06/01/2024
39	Micaelli Mota Betanin	14.268.269-9 SESP - PR /	Sec. Mun. De Administração	Assessor Especial - Cc-7	2023/2024	27/12/2023 à 05/01/2024
40	Michelle Kamily Souza De Melo	13.533.428-6 SSP / PR	Sec. Mun. Da Procuradoria-Geral	Assessor Especial - Cc-5	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
41	Milton Laurindo	2.181.787-2 SESP / PR	Secretaria Municipal De Integração	Assessor Especial - Cc-6	2023/2024	27/12/2023 à 15/01/2024
42	Nelson Vitor De Souza Oliveira	13.503.483-6 SESP / PR	Sec. Mun. De Indústria Comercio E	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
43	Tamara Cassemiro Javorski	13.939.536-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Agricultura	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
44	Tamires Fulaneto De Souza Ribeiro	12.557.295-2 SESP / PR	Sec. Mun. Da Procuradoria-Geral	Assessor Especial - Cc-5	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
45	Tamires Fulaneto De Souza Ribeiro	12.557.295-2 SESP / PR	Sec. Mun. Da Procuradoria-Geral	Assessor Especial - Cc-5	2022/2023	11/12/2023 à 20/12/2023
46	Valdelice Servulo	5.256.230-9 SSP / PR	Sec. Mun. De Administração	Assessor Especial - Cc-6	2021/2022	27/12/2023 à 05/01/2024
47	Valdir De Souza Vieira	5.830.740-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Assessor Especial - Cc-8	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 258/2024

Concede férias aos servidores Estatutários da Prefeitura Municipal De Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores Estatutários da Prefeitura Municipal De Umuarama, em consonância às disposições do Art.91 da Lei Complementar Nº. 018/92 (Estatuto do Servidor Público do Município), conforme relação abaixo:

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1	Adalgiza Caroline Dos Santos	10.771.640-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 15/01/2024
2	Adileusa Maria Araújo Santos	5.830.881-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
3	Adriana Vieira Dos Prazeres Santana	3.999.109-1 SSP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Assist Administrativo - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
4	Adriana Aparecida Ferreira Machareth Bigas	8.028.055-6 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
5	Adriana Cristina Bergamo Bigas	5.934.224-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
6	Adriana Cristina Bergamo Bigas	5.934.224-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2021/2022	27/12/2023 à 05/01/2024
7	Adriana Cristina Dias	9.561.830-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Assist Administrativo - Estat.	2022/2023	28/12/2023 à 11/01/2024
8	Adriana Cristina Dias	9.561.830-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Assist Administrativo - Estat.	2021/2022	18/12/2023 à 25/01/2024
9	Adriana De Oliveira Costa Da Silva	38.578.439-9 SSP / SP	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
10	Adriana Ferrari Bonjorno	4.574.382-9 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Psicologo(A) - Estat.	2021/2022	27/12/2023 à 25/01/2024
11	Adriana Mafalda Da Silva Bergamo	9.903.711-9 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
12	Adriana Mendes Diniz	8.150.081-9 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
13	Adriana Moura Silva	301.692.301 SEJSP / MS	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
14	Adriana Regina Pensin De Oliveira	7.195.740-3 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
15	Adriana Regina Pensin De Oliveira	7.195.740-3 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
16	Adriana Ruiz De Oliveira Jardim	8.642.039-2 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
17	Ailton Lucas Welter	8.9620020 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Motorista II - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
18	Alberson Da Silva Nascimento	10.964666-7 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Secretario Escolar - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
19	Aldrey Brezina	8.751.786-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Secretario Escolar - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
20	Alecio Bogniotti	8.642.043-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Servente De Obras - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
21	Alessandra Vignoto Corradini	5.928.202-6 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
22	Alessandro Aparecido Salgado	8.297.414-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Administração	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 15/01/2024
23	Alex Fernandes Do Nascimento	13.775.956-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 10/01/2024
24	Alexandro Severo	001.599.034 SSP / MS	Sec. Mun. De Educação	Motorista II - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
25	Alexon Pinto Dos Santos	5.773.770-9 SSP / PR	Sec. Mun. De Obras Planejamento Urbano,	Pedreiro - Estat.	2021/2022	27/12/2023 à 05/01/2024
26	Aline Aparecida Corderio De Oliveira Da Silva	12.848.730-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 15/01/2024
27	Aline Barros Dos Santos	8.545.917-4 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
28	Aline Barros Dos Santos	8.545.917-4 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
29	Aline Bigas	13.486.008-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
30	Aline Ramos Nogueira	9.858.746-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Administração	Assist Administrativo - Estat.	2020/2021	27/12/2023 à 25/01/2024
31	Amanda Cristina Sousa De Oliveira Gonçaga	8.676.076-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
32	Amanda Letícia De Macedo Bacarin	12.408.975-1 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Secretario Escolar - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
33	Ana Adelia Damasceno Da Silva	5.944.607-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
34	Ana Maria Lima Moraes	7.328.957-2 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
35	Ana Maria Lima Moraes	7.328.957-2 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
36	Ana Maria Magalhães Da Silva	12.517.010-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
37	Ana Paula Do Nascimento	6.677.035-4 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Secretario Escolar - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
38	Ana Sara Vallim Lucim	9.465.119-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Fazenda	Assist Administrativo - Estat.	2021/2022	27/12/2023 à 05/01/2024
39	Analia Libanio Dos Santos Heins	8.545.917-4 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor De Educação Infantil	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
40	Analu Aparecida Lourenço Da Cunha	7.661.862-3 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor De Educação Infantil	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
41	Anderson Christiano De Souza	6.177.889-6 SESP / PR	Secretaria Municipal De Integração	Servente Geral - Estat.	2022/2023	27/12/2023 à 15/01/2024
42	Andre Vieira De Souza	8.193.728-1 SSP / PR	Sec. Mun. De Administração	Motorista II - Estat.	2022/2023	05/12/2023 à 03/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 257/2024

Concede férias aos servidores CLT Município de Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores CLT do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1	Aline Zanquetti De Moura	8.654.083-5 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
2	Ângela Maria Rodrigues	675.040 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
3	Antonio Teixeira Costa	4.769.374-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
4	Antonio Jovino Dos Santos	3.422.531-1 SSP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Motorista II - C.L.T.	2022/2023	04/12/2023 à 02/01/2024
5	Aurea Leite Monteiro De Oliveira	4.546.263-3 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
6	Edvaldo Santaneli	3.698.282-9 SSP / PR	Sec. Mun. De Serviços Públicos	Servente Geral - C.L.T.	2021/2022	04/12/2023 à 02/01/2024
7	Eliane Cristina Humainski Bigote	7.747.453-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
8	Emilice De Paula Zanquetti De Moura	4.670.530-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
9	Ewerton Teodoro Da Silva	6.837.456-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Servente Geral - C.L.T.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
10	Fátima Aparecida Davantell	3.879.325-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Agente Social - C.L.T.	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
11	Fátima Vieira Dos Reis Marsolla	5.599.610-5 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
12	Genir Raimunda Del Conte Martins	1.206.442 SSP / PR	Sec. Mun. De Administração	Auxiliar De Servicos Cilt.	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
13	Graca Aparecida Longo Pereira	3.162.625-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2023/2024	27/12/2023 à 25/01/2024
14	Izabel De Jesus De Oliveira	7.151.581-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2022/2023	27/12/2023 à 25/01/2024
15	Janete Teresa Dalpra Grego	2.258.659-9 SSP / PR	Sec. Mun. De Administração	Auxiliar De Servicos Cilt.	2022/2023	27/12/2023 à 05/01/2024
16	Jean Alex Galtarossa	7.251.131-0 / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2022/2023	27/12/2023 à 15/01/2024
17	João Dos Santos	3.652.461 PR /	Sec. Mun. De Assistência Social	Motorista II - C.L.T.	2022/2023	27/12/2023 à 05

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br

147	Elaine Da Silva Ramos	9.961.518-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
148	Elaine Zamberlan Rocha Grossi	6.335.713-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
149	Elaine Zamberlan Rocha Grossi	6.335.713-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
150	Elsiangela Alves Dos Reis	8.391.303-7 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
151	Elsiangela Alves Dos Reis	8.391.303-7 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
152	Elsiangela Buscanello Costa	8.012.345-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
153	Elsiangela Da Silva Sousa Joaquim	6.323.619-5 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor De Educação Infantil	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
154	Elta Francisco Francisco	10.655.861-9 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
155	Eliza Revesso Vieira Pereira	6.697.671-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
156	Eliza Revesso Vieira Pereira	6.697.671-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
157	Elizabete Grandio	9.830.459-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
158	Eliziane Antunes Da Silva	9.384.928-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
159	Elisene Ortiz Novoli Da Silva	9.021.988-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
160	Evelllyn Aparecida Correa Da Silva	8.130.302-9 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
161	Fabiana Cristina Tonon Liano	5.423.837-7 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
162	Fabiana Teresinha Pless De Conti	9.397.467-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
163	Fabiana Teresinha Pless De Conti	9.397.467-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estatutário	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
164	Fabiano Nespoli	8.070.121-7 SESP / PR	Sec. Mun. De Servicos Rodoviários	Operador Equip.Rodov.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
165	Fabio Massamitsu Sakata	4.993.899-3 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estatutário	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
166	Fabio Massamitsu Sakata	4.993.899-3 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estatutário	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
167	Gabriel Alexandre Garcia Mello De Oliveira	13.782.449-3 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
168	Gabriel Alexandre Garcia Mello De Oliveira	13.782.449-3 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
169	Fátima Regina Dos Santos Silva	5.881.207-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
170	Fátima Regina Dos Santos Silva	5.881.207-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
171	Fátima Barreira De Almeida	9.732.458-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Secretario Escolar - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
172	Fernanda Cristina Taete	10.388.410-5 Sec. Mun. De Educação	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
173	Fernanda Fernandes Guillemin	6.876.681-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Secretario Escolar - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
174	Fernanda Remor	9.359.202-1 SSP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Assistente Social - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
175	Fátima Dayane Formaggi Dos Santos	10.333.285-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor De Educação Infantil	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
176	Fátima Staut	9.481.861-3 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Assist Administrativo - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
177	Flavio Correa Martins	9.110.308-8 SESP / MS	Sec. Mun. De Educação	Motorista II - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
178	Franciele Cristina Da Silva Alves	10.034.297-9 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
179	Franciele Emiliano Schorro De Oliveira Nelli	12.962.061-5 SESP/PR / PR	Sec. Mun. De Educação	Psicólogo(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
180	Franciele Staut	9.481.865-6 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Assist Administrativo - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
181	Frank De Couto Lopes	10.615.055-9 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
182	Gabriel Itineu Luiz Dos Santos	9.025.410-7 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Motorista II - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
183	Gesilene Borges Luiz Alves	9.345.754-4 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Assistente Social - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
184	Gesilaine Aparecida De Araujo Souza	9.874.595-5 SSP / PR	Sec. Mun. De Administração	Assist Administrativo - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
185	Gilberto Teixeira De Aquino	13.927.414 SESP / PR	Sec. Mun. De Fazenda	Guarda Mde Tributos - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
186	Gildo Junior Schiavon	6.837.477-4 SSP / PR	Sec. Mun. De Segurança, Trânsito E	Fiscal Mun.1a Classe- Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
187	Giselle Dayane Dutra De Souza Ferraz	9.235.172-6 SSP / PR	Sec. Mun. De Administração	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
188	Giselle Dos Santos Caspavento	5.698.537-5 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
189	Giselle Pereira Dos Santos	10.727.008-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
190	Gislaine Binder	8.394.390-4 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Secretario Escolar - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
191	Gislaine Da Silva Santos De Oliveira	7.268.200-9 SSP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
192	Gislaine De Souza Estercio Dos Santos	13.525.759-5 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
193	Gislaine Vicente Bento Vermino	6.071.722-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
194	Gisley Aparecida Leite Da Souza	8.1560080 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
195	Glaucia Carvalho De Souza	16.090.094-6 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
196	Gleizezly Pataro Pereira	10.097.325-1 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
197	Grace Kelly Da Silva Carvalho	9.667.080-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
198	Graziela Mendonça Carvalho Medina	6.047.369-2 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor De Educação Infantil	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
199	Guernio Carlos Pereira	2.139.557 SSP / PR	Sec. Mun. De Obras, Planejamento Urbano, E	Carpinteiro - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
200	Helena Maria Francisco Cavatani Battistuzzi	4.198.913-6 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
201	Helena Maria Francisco Cavatani Battistuzzi	4.198.913-6 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
202	Helioza Santana De Souza	13.420.834-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
203	Heio Kume	13.759.85-9 SESP / PR	Sec. Mun. De Obras, Planejamento Urbano, E	Motorista II - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
204	Iara Jane Doemia Mandato	4.988.222-4 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
205	Iara Jane Doemia Mandato	4.988.222-4 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
206	Iza Meneses Melquides	3.682.364-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
207	Ihes Aparecida Antonelli	13.017.479-9 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
208	Iani Sousa Dos Santos	9.127.490-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
209	Ineu Martins Monteiro	5.431.777 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Motorista II - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
210	Isabel Cristina Mendes Maiane	6.827.556-3 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor De Educação Infantil	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
211	Isabel Cristina Verhagen Zornes	2.135.652 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
212	Jo Galdino Da Silva	10.509.831 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Assist Administrativo - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
213	Jone Marques De Moraes Souza	1.853.833-3 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
214	Jonete Candebas Barbosa	5.302.341-6 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
215	Isabel Cristina Dos Santos Silva	5.527.279-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
216	Jaiza Molinar Lopes	4.304.141-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Esporte	Servente Geral - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
217	Jaciene Aparecida	4.603.892-4 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
218	Janaina De Souza Marques	13.391.512-8 SSP-PR / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
219	Janaina Machado Peracini	9.919.728-5 SSP / PR	Sec. Mun. De Administração	Assist Administrativo - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
220	Jaqueline Bruno	9.803.934-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Secretario Escolar - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
221	Jessica Domingas Miranda Do Nascimento	10.829.137-4 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Assist Administrativo - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
222	Jessica Maria De Oliveira Spina	12.782.123-3 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
223	José Francisco Furlanetto	9.004.721-3 SSP / PR	Sec. Mun. De Fazenda	Agente Admimsl. I - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
224	Joao Pedro Zuanelli Bardeia	14.216.961-4 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
225	Jonas Alves Ferreira	3.205.468-4 SSP / PR	Sec. Mun. De Esporte E Lazer	Tecnico Basquete - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
226	Josiane Moura Da Silva Bezerra	15.000.789-9 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Secretario Escolar - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
227	Josielton Grieco Novokrovsky Palotta	9.079.721-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
228	Josilene De Oliveira Lima Castro	7.558.329-7 SESP / PR	Sec. Mun. De Indústria, Comércio E	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
229	Joyce Pereira Manoel	9.919.716-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
230	Joyce Pereira Manoel	9.919.716-1 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
231	Joze Kelly Fator	6.458.491-0 SESP / PR	Sec. Mun. De Assistência Social	Psicólogo(A) - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
232	Joze Marcelo Simoes	9.753.047-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Obras, Planejamento Urbano, E	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
233	Juliana Boleta Mattos	7.883.546-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
234	Juliana Boleta Mattos	7.883.546-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
235	Juliana Caparros Soares	10.333.321-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
236	Juliana Manduca Januario	8.453.973-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Assistente Social - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
237	Juliane Siqueira De Souza Lavado	6.324.503-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
238	Juliane Siqueira De Souza Lavado	6.324.503-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
239	Junior Carneiro De Moura	6.116.794-2 SSP / PR	Sec. Mun. De Obras, Planejamento Urbano, E	Operador Equip.Rodov. - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
240	Kamilla Dayane Da Silva De Oliveira	10.142.688-2 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
241	Karina Romahm De Aciandro	12.562.369-7 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
242	Kassia Wany Pereira	6.113.975-3 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
243	Kelen Cristina Fracassi	7.696.448-5 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
244	Kennedy Danilo Gueros Da Silva	10.641.897-7 SSP / PR	Sec. Mun. De Servicos Públicos	Gari Coletor Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
245	Leidley Carlos Jorge Da Silva	10.142.688-2 SESP / SP	Sec. Mun. De Educação	Motorista II - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
246	Lerico Rodrigues Dos Santos	14.351.388 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
247	Lara Heloise Alves De Moura	12.935.282-5 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
248	Laudicéia Worlei	10.678.145-1 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
249	Leandro Machado lung	8.130.310-0 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
250	Leandro Mattano	13.391.512-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Segurança, Trânsito E	Agente Da Autoridade De Trânsito - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
251	Lenia Aparecida Feitosa	6.526.691-1 SSP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
252	Leodinei Vieira Dos Santos	10.163.567-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Servicos Públicos	Gari - Estat.	2022/2023	27/12/2023 a 25/01/2024
253	Leodinei Vieira Dos Santos	10.163.567-8 SSP / PR	Sec. Mun. De Servicos Públicos	Gari - Estat.	2021/2022	27/12/2023 a 25/01/2024
254	Leonilda Aparecida De Mello Da Silva	6.261.038-7 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
255	Leri De Jesus Pernu	9.485.031-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
256	Leri De Jesus Pernu	9.485.031-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
257	Letícia Meireles De Souza Da Rocha	6.405.352-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/2023 a 25/01/2024
258	Letícia Meireles De Souza Da Rocha	6.405.352-8 SESP / PR	Sec. Mun. De Educação	Professor(A) - Estat.	2023/2024	27/12/

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 261/2024

CONCEDE férias aos servidores Estatutários do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores Estatutários do Fundo Municipal de Saúde de Umuarama, em consonância às disposições do Art.91 da Lei Complementar Nº. 018/92 (Estatuto do Servidor Público do Município), conforme relação abaixo:

PORTARIA Nº 262/2024

CONCEDE férias aos servidores CLT do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores CLT do Fundo Municipal de Saúde, em consonância às disposições do Art.134 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:

PORTARIA Nº 263/2024

CONCEDE férias aos servidores de Cargo em Comissão da Fundação Cultural De Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores de Cargo Comissão da Fundação Cultural De Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:

PORTARIA Nº 264/2024

CONCEDE férias aos servidores Estatutários da Adm. De Cemitérios E Serv. Funerários - ACESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores Estatutários da Adm. De Cemitérios E Serv. Funerários - ACESF, em consonância às disposições do Art.91 da Lei Complementar Nº. 018/92 (Estatuto do Servidor Público do Município), conforme relação abaixo:

PORTARIA Nº 265/2024

CONCEDE férias coletivas aos servidores Cargo Comissionados do Fundo Municipal De Saúde De Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos servidores Cargo Comissionados do Fundo Municipal de Saúde, no período de 27 de dezembro de 2023 a 05 de janeiro de 2024, considerando art. 139 §§ 1º, 2º e 3º da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, de acordo com o Decreto nº 292 de 19 de outubro de 2023:

PORTARIA Nº 266/2024

CONCEDE férias coletivas aos servidores do Regime Administrativo Especial do Fundo Municipal de Saúde de Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos servidores Cargo Comissionados do Fundo Municipal de Saúde, no período de 27 de dezembro de 2023 a 05 de janeiro de 2024, considerando art. 139 §§ 1º, 2º e 3º da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, de acordo com o Decreto nº 292 de 19 de outubro de 2023:

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1	Ana Paula Dos Santos Silva	357.795-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assist Administrativo - Estat	2022/2023	08/01/2024 à 06/02/2024
2	Andreia Daiane Correia Cunha	16.290.09 SSP / MG	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2022/2023	08/01/2024 à 17/01/2024
3	Andrielli De Fatima Fernandes	8.925.200-8 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2021/2022	15/01/2024 à 03/02/2024
4	Ane Cristine Almeida	6.615.176-6 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2022/2023	31/01/2024 à 09/02/2024
5	Carlos Roberto Da Silva	4.280.037-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente De Controle E Combate Endemias- Estatutário	2022/2023	02/01/2024 à 31/01/2024
6	Carolina Mendonça Felix	6.217.910-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assist Administrativo - Estat	2022/2023	08/01/2024 à 27/01/2024
7	Cleberli Castilho Nascimento	257.547-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Consultorio Dentario - Estatutario	2022/2023	27/01/2024 à 10/02/2024
8	Cristina Rodrigues Da Rocha Struchel	3.765.402-8 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2022/2023	22/01/2024 à 10/02/2024
9	Dayane Solera	10.380.294-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2022/2023	16/01/2024 à 25/01/2024
10	Edilson Rodrigues Albuquerque	3.395.519-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 27/01/2024
11	Elaine Cristina Correa Dos Santos	273.457-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Psf Estat.	2022/2023	22/01/2024 à 31/01/2024

12	Elisângela Fabiano Da Silva Mossioli	7.530.872-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Estatutário	2023/2024	16/01/2024 à 25/01/2024
13	Everaldo Vieira Oliveira	7.580.542-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Motorista li - Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 06/02/2024
14	Fernanda Bertels Merlini	8.160.608-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Nutricionista 20h Estat.	2021/2022	08/01/2024 à 06/02/2024
15	Fernanda De Lima Santos Braga	1.172.440-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais Estat.	2022/2023	27/01/2024 à 31/01/2024
16	Franciele Ferreira Silva Andrade	6.430.320-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 06/02/2024
17	Francieli Christiane Marcato	6.402.023-4 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2023/2024	16/01/2024 à 25/01/2024
18	Giovana Gentilin Pelegrine Da Silva	7.741.685-4 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2022/2023	15/01/2024 à 03/02/2024
19	Gisele Pomin	3.444.325-4 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2022/2023	17/01/2024 à 26/01/2024
20	Greice Alves De Melo Gonçalves	5.598.553-1 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux. De Enfermagem- Estat.	2023/2024	08/01/2024 à 17/01/2024
21	Janete Bartolomeu Perialdo Rosa	7.739.334-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	22/01/2024 à 10/02/2024
22	Jaqueline Borges Gomes Rezende	5.861.300-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Psf Estat.	2021/2022	15/01/2024 à 24/01/2024
23	Jaqueline De Bortolo Shirabayashi	1.134.102-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Psf Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 17/01/2024
24	Jose Cicero De Almeida	4.736.326-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Motorista li - Estat.	2022/2023	31/01/2024 à 15/01/2024
25	Jose Humberto Simoes	6.706.666-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Motorista li - Estat.	2022/2023	15/01/2024 à 13/02/2024
26	Juslaine Karine Barbosa De Oliveira Silva	10.439.149-4 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 17/01/2024
27	Karoline Schiavon Da Cruz	10.040.248-3 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023	02/01/2024 à 11/01/2024
28	Lila Simeire Silva Hidalgo	281.028-5 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Psf Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 27/01/2024
29	Luzinete Aparecida Mantovani	4.397.666-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux. De Enfermagem- Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 17/01/2024
30	Marcia Cristina Da Silva	6.725.426-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux. De Enfermagem- Estat.	2022/2023	16/01/2024 à 25/01/2024

31	Maria Eunice Ferreira Da Silva Pedro	24.666.909-3 SSP / SP	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar Consultorio Dentario - Estatutario	2022/2023	02/01/2024 à 21/01/2024
32	Maria Luiza Galletta	6.093.269-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar Consultorio Dentario - Estatutario	2022/2023	11/01/2024 à 25/01/2024
33	Michele Oliveira De Carvalho Silva	12.903.209-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2022/2023	25/01/2024 à 03/02/2024
34	Michele Oliveira De Carvalho Silva	12.903.209-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2021/2022	15/01/2024 à 24/01/2024
35	Michelle Aparecida Fernandes Bastida	10.727.027-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 17/01/2024
36	Miriam Alves Oliveira	4.292.897-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024	16/01/2024 à 25/01/2024
37	Patricia Mazetto Feitosa Damasio	8.002.506-8 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar Consultorio Dentario - Estatutario	2022/2023	15/01/2024 à 03/02/2024
38	Patricia Rodrigues	8.602.440-3 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2022/2023	15/01/2024 à 03/02/2024
39	Poliana Tabata Tunes Frias De Almeida Pereira	10.515.097-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023	22/01/2024 à 10/02/2024
40	Regiane Da Silva Lima Felisbino	5.181.743-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assist Administrativo - Estat	2022/2023	08/01/2024 à 27/01/2024
41	Roque Carneiro Barreto	88901642 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Motorista li - Estat.	2022/2023	18/01/2024 à 06/02/2024
42	Roque Carneiro Barreto	88901642 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Motorista li - Estat.	2021/2022	08/01/2024 à 17/01/2024
43	Roseli Martins Souza	6.877.708-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 06/02/2024
44	Rosiane Silmara Da Silva	8.200.649-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2023/2024	29/01/2024 à 07/02/2024
45	Rosiane Silmara Da Silva	8.200.649-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 27/01/2024
46	Simone Torinob Chaves	6.278.688-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2022/2023	08/01/2024 à 17/01/2024
47	Taila Atila Da Luz Ferreira	10.421.353-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Servente Geral Estatutário	2022/2023	22/01/2024 à 20/02/2024
48	Vanessa Da Silva Costa	10.204.559-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assist Administrativo - Estat	2022/2023	15/01/2024 à 24/01/2024
49	Vanessa Rosa Dos Santos Tessoratto	10.587.597-5 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023	08/01/2024 à 27/01/2024

50	Washington Rogério De Sousa	8.941.350-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Estat.	2022/2023	15/01/2024 à 03/02/2024
51	Yara Cristina Quintino Da Silva Lourenço Dias	6.873.329-4 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde Estatutário	2023/2024	08/01/2024 à 27/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1	Ferranda Alvina Silvestre	12.802.086-1 SSP / PR	Fundacao Cultural De Umuarama	Assessor Especial - Cc-6	2023/2024	08/01/2024 à 17/01/2024
2	Sandro Luiz Dutra de Souza	4.490.635-0 SSP / PR	Fundacao Cultural De Umuarama	Assessor Especial - Cc-6	2023/2024	11/01/2024 à 20/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DEGOZO
1	Aparecido Marques Pereira	3.761.448-3 SSP/PR	Administração de Cemitérios e Serv.	Aux. Serviços Gerais	2021/2022	02/01/2024 à 31/01/2024
2	Wagner Fabio Rocha	8.942515-8 SSP/PR	Administração de Cemitérios e Serv.	Coveiro – Estat.	2021/2022	15/01/2024 à 29/01/2024
3	Wesley Fabio Rocha	12.818.355-8 SSP/PR	Administração de Cemitérios e Serv.	Agente Funerário – Tanatopraxista	2022/2023	05/01/2024 à 03/02/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1	Daniele Cristina Costa	7.316.622-5 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assessor Especial - Cc-8	2023/2024	2023/2024
2	Edevanira Guedes Da Costa	9.345.012-4 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assessor Especial - Cc-5	2022/2023	2022/2023
3	Juliana Frassetti Beccari Da Rocha	8.237.797-2 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assessor Especial - Cc-7	2023/2024	2023/2024
4	Maria Aparecida Costa	4.539.451-4 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assessor Especial - Cc-5	2023/2024	2023/2024
5	Maria Eduarda Dias Lopes	15781767-1 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assessor Especial - Cc-9	2023/2024	2023/2024
6	Pedrina Mara Dias	6.845.631-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assessor Especial - Cc-7	2022/2023	2022/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1	Celia Dos Santos Foiانى Ramirez	5.789.766-0 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro 40hs- Rae	2023/2024	2023/2024
2	Cintia Aparecida Barbosa	12.830.042-2 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde-40hs-Rae	2023/2024	2023/2024
3	Debora Batista Almeida	9.756.690-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro 40hs- Rae	2023/2024	2023/2024
4	Izabelli Francielli Souza Ferreira	10.692.923-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde-40hs-Rae	2023/2024	2023/2024
5	Leticia Dantas Grossi	8.821.726-8 ssp / PR	Fundo Municipal De Saúde	Cirurgião Dentista- Cirurgia	2023/2024	2023/2024
6	Lourival Raimundo Dos Santos Junior	8.167.979-0 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Cirurgião Dentista- Cirurgia	2023/2024	2023/2024
7	Mariana Schiavone Yoshihara	8.148.325-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro 40hs- Rae	2023/2024	2023/2024
8	Vilma Viana Da Silva Abreu	7.329.712-6 SSP / Pr	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro 40hs- Rae	2023/2024	2023/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 267/2024

CONCEDE férias coletivas aos servidores do Fundo Municipal de Saúde do Município de Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos servidores do Fundo Municipal de Saúde do Município de Umuarama, no período de 27 de dezembro de 2023 a 05 de janeiro de 2024, considerando a Lei Complementar nº 287 de 24 de agosto de 2011, que acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º no art. 95 da Lei Complementar nº 018 de 28 de maio de 1992, de acordo com o Decreto nº 292 de 19 de outubro de 2023:

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
1	Adriana Martins Do Nascimento	9.536.846-8 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2021/2022
2	Adriana Midori Gonçalves Ushijima	6.169.943-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2021/2022
3	Alessandra Guidelli De Almeida Fragan	8.363.220-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Estat.	2022/2023
4	Andressa Maciel De Andrade	7.406.057-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024
5	Andrulli De Fatima Fernandes	8.925.202-8 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2021/2022
6	Angela Maria Francisco Da Mota	4.942.285-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2023/2024
7	Angélica Da Rocha Godinho	9.021.709-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Estat.	2022/2023
8	Aparecida Patricia Moreira Silva	13.641.796-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux. De Enfermagem-Estat.	2023/2024
9	Arlido Gonçalves Ferreira	6.071.586-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assist Administrativo - Estat.	2023/2024
10	Carla Maria Nunes De Alencar	9.798.502-2 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Consultorio Dentario - Estatutario	2023/2024
11	Cibele Martins Pereira	7.087.322-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024
12	Cleberli Castilho Nascimento	6.257.547-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Consultorio Dentario - Estatutario	2022/2023
13	Cristina Rodrigues Da Rocha Struchel	8.765.402-8 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
14	Edilene Gasparotto Gouveia Cunha	4.277.212-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Nutricionista	2022/2023
15	Edna Soares Da Silva	4.550.518-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
16	Elaine Olimpio Dias	9.976.332-9 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023
17	Eliana De Lima Beraldo	4.738.227-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Professor(A) - Estat.	2023/2024
18	Enika Suelen Da Costa	9.131.396-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024

19	Fernandes Rossati	SSSP / PR	De Saúde	Saúde - Estatutário	
19	Francielei De Oliveira Amaral Da Costa	9.205.617-4 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2023/2024
20	Gicele Dos Santos Rebelo	41.639.936-8 SSSP / SP	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
21	Giovana Gentilin Pellegrini Da Silva	7.741.686-4 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
22	Hilda Simoes Gomes Sanches	6.985.876-7 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Consultorio Dentario - Estatutario	2023/2024
23	Irla Dessica	5.971.869-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
24	Israel Silva Costa	4.366.871-4 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2021/2022
25	Ivoneite Rodrigues Dos Santos	4.379.657-7 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
26	Jacira Maria Valentim	8.129.380-5 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux. De Enfermagem-Estat.	2022/2023
27	Jaqueline Da Silva Martins Dos Santos	9.150.342-5 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
28	Joselia De Souza Lima	6.575.570-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
29	Juliana Costa De Oliveira Silva	14.391.459-3 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux. De Enfermagem-Estat.	2022/2023
30	Juliana Pereira De Souza	10.389.922-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2023/2024
31	Justiane Karine Barbosa De Oliveira Silva	10.439.149-4 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023
32	Luciana Lemos Medvid	12.994.523-3 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux. De Enfermagem-Estat.	2022/2023
33	Lucilia Moreno De Camargo	3.662.214-8 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
34	Maria Andreza Soares Custodio	10.380.176-4 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
35	Maria Angelica Viviani Meira Dos Santos	8.012.199-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Estat.	2023/2024
36	Maria Aparecida Alves De Lima	9.392.540-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
37	Maria De Fatima Da Silva	7.763.090-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
38	Maria De Lourdes De Oliveira	6.972.337-3 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Consultorio Dentario - Estatutario	2022/2023
39	Maria De Lourdes Gianini	4.308.462-3 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Assistente Social 30h - Estat.	2021/2022
40	Maria Elena Lima Martins	11.261.581-0 SSP / RJ	Fundo Municipal De Saúde	Medico Clin.Basica 4h - Estat.	2022/2023
41	Maria Juberlucia De Lima Atanazo	6.570.015-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2023/2024
42	Mariana Andrade Canno	12.361.552-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
43	Marilza Sampaio Da Silva Evangelista	7.721.824 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023
44	Marineide Das Mercedes Bruno	8.527.394-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
45	Mateco Crestiane Benatti	6.664.790-0 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Estat.	2022/2023
46	Olinda Leite De Souza	15.219.781-0 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Consultorio Dentario - Estatutario	2023/2024
47	Patricia Rodrigues	8.602.440-3 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
48	Paulo Roberto Ranses	9.501.943-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2023/2024

49	Poliana Tabata Tunes Frias De Almeida Pereira	10.515.097-0 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023
50	Ricardo Dellini Perci	13.023.785 SSSP / SP	Fundo Municipal De Saúde	Medico Clin.Basica 4h - Estat.	2022/2023
51	Roberta Fernanda Roggini Ferrari	9.005.505-4 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro Estat.	2022/2023
52	Roberta Harata De Almeida	25.573.456-6 SSP / SP	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
53	Rogério Rodrigues Da Silva	6.837.497-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
54	Rosângela Domingues Do Nascimento Chivellaro	6.998.625-4 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2022/2023
55	Roselane Amadeu Pereira	6.679.957-3 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2022/2023
56	Selma Da Silva Milie Gonçalves	8.764.187-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
57	Sidreia Querino Nalin De Silva	8.263.002-3 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023
58	Solange Ferreira Inácio Cabral	30.757.953-0 SSP / SP	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024
59	Sônia Maria Da Silva Sousa	5.694.782-5 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024
60	Sueli Da Silva	8.673.193-2 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Técnico De Enfermagem - Estat.	2022/2023
61	Vânia Barboza Nunes De Oliveira	10.839.065-4 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - Estat.	2023/2024
62	Veridiana De Brito	9.192.280-0 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunitário De Saúde - Estatutário	2023/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 268/2024

CONCEDE férias coletivas aos servidores CEletistas do Fundo Municipal de Saúde De Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos servidores Celetistas do Fundo Municipal de Saúde, no período de 27 de dezembro de 2023 a 05 de janeiro de 2024, considerando art. 139 §§ 1º, 2º e 3º da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, de acordo com o Decreto nº 292 de 19 de outubro de 2023:

ITEM	NOME DO SERVIDOR	RG	SECRETARIA	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
1	Alessandra Garcez Cabral	4.972.435-7 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 4h - C.L.T.	2021/2022
2	Alessandra Midori Miyamoto	5.859.495-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 4h - C.L.T.	2021/2022
3	Alline Marcondes Grejainin Siqueira	6.241.759-5 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Fisioterapia - C.L.T.	2021/2022
4	Anderson Kleber Dias De Almeida	6.639.941-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 8h - C.L.T.	2021/2022
5	Andreia Aparecida Munhoz Santori	4.991.514-4 SSSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 8h - C.L.T.	2021/2022
6	Andreia Panazzolo Bertelli	5.008.026-4 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro(A) 40h - C.L.T.	2021/2022
7	Andreia Patricia Lembi Correr	7.893.297-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar Administrat. - C.L.T.	2022/2023
8	Beatriz Xavier Americo	4.068/704-1 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2022/2023
9	Camila Reverso Da Silva Pinheiro	8.284.981-5 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Farmacêutico(A) 20h - C.L.T.	2021/2022
10	Celina Aparecida Martins Santana	6.052.846-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar Administrat. - C.L.T.	2022/2023
11	Claudete Dos Santos	5.043.409-5 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Enfermagem- C.L.T.	2021/2022
12	Cristiane Ribeiro Barros	8.297.426-1 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Tecnico Enferm. 40 H - C.L.T.	2022/2023
13	Dina Mara Herrera Silva	1.737.407-9 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Enfermagem- C.L.T.	2021/2022
14	Dolores Dantas Borborema Alonso	5.008.993-2 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Enfermagem- C.L.T.	2021/2022
15	Dulce Pereira Dos Santos Zacari	4.421.055-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Enfermagem- C.L.T.	2021/2022
16	Edneide Bezerra Da Cruz Oliveira	7.667.522-8 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Atendente De Farmacia - C.L.T.	2021/2022
17	Edson Brito Manuel	721.824 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Medico -4h - Cite.	2022/2023
18	Eduardo Alberto De	8.109.278-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Fisioterapia - C.L.T.	2022/2023

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de fevereiro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

SIDNEI MORENO VEDOVOTO

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

	Lima	SSP / PR	De Saúde	C.L.T.	
19	Eliane Borsato De Andrade Lopes	6.376.173-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
20	Eliane Rodrigues Da Rocha Dos Santos	7.020.554-8 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux Consult Dentario - C.L.T.	2022/2023
21	Eliani De Fatima Lopes De Deus	5.601.322-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Enfermagem- C.L.T.	2022/2023
22	Elisete Ribeiro Dos Santos	3.417.884-4 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
23	Ester Teodoro Bedendo	3.520.224-2 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux Consult Dentario - C.L.T.	2021/2022
24	Fabiano Alves Moreira	83452439 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
25	Fernando Augusto Reis Dos Santos	8.237.744-1 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 20 H Ceo - C.L.T.	2021/2022
26	Franciele Marta Rodrigues Da Cruz	6.868.983-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2022/2023
27	Gilberto Massami Yamashiro	5.983.140-2 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Medico Gineco/Obst/2h - C.L.T.	2021/2022
28	Gisele Maria De Souza De Medeiros	7.993.092-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2022/2023
29	Joselia Da Silva De Oliveira Zuprolí	5.128.278-7 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Enfermagem- C.L.T.	2021/2022
30	Jovina Fagundes Da Rocha Silva	3.531.122-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
31	Juliana Cappellari	5.239.146-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 20 H Ceo - C.L.T.	2021/2022
32	Juliana Cappellari	5.239.146-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 4h - C.L.T.	2021/2022
33	Julio Nobuo Okabayashi	3.046.281-5 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 4h - C.L.T.	2021/2022
34	Karina Batista Leite Dos Santos	9.528.067-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2022/2023
35	Karina Hirata Coelho	6.084.460-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 8h - C.L.T.	2021/2022
36	Laudenira Rodrigues Da Silva Penner	7.033.175-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
37	Lea Diamantino Do Nascimento	2.745.585 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Farmacêutico(A) 20h - C.L.T.	2021/2022
38	Lenira Aparecida Fernandes	4.552.994-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Tecnico Enferm. 40 H - C.L.T.	2022/2023
39	Lidio Jose Carretero Ramalho	3.995.280-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 8h - C.L.T.	2021/2022
40	Lilian Carla Evangelista Guimarães	6.843.652-4 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2022/2023
41	Luci Aparecida Borella	2.242.759 PR / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar Administrat. - C.L.T.	2021/2022
42	Lucia Ramos Crispim	6.796.758-5 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
43	Luciana Aparecida Zafanelli Doria Ramos	4.999.892-9 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 4h - C.L.T.	2021/2022
44	Lucimara Aparecida Antonio Da Silva	5.636.640-7 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
45	Luciana Santos Babinski	4.969.050-9 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Tecnico Enferm. 40 H - C.L.T.	2021/2022
46	Lucinea Ceolin	6.056.001-3 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Psicologo(A) 40h - C.L.T.	2021/2022
47	Luzia Machado Oliveira	3.369.489-0 PR / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar Administrat. - C.L.T.	2022/2023

48	Luzia Rogério Rodrigues	2.103.037-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2022/2023
49	Marcelo Porto Marques	1.667.418-1 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 4h - C.L.T.	2021/2022
50	Marcia Cristina Correa De Lima	8.855.376-4 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Psicologo(A) 40h - C.L.T.	2021/2022
51	Marcia Regina Mariano	73750237 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux.Servicos Gerais - C.L.T.	2021/2022
52	Marcio Riva Dos Santos	7.629.608-1 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar Administrat. - C.L.T.	2021/2022
53	Maria Andrea Dos Santos De Moraes	6.700.161-3 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro(A) 40h - C.L.T.	2021/2022
54	Maria Aparecida Teixeira Franco Pereira	4.233.602-5 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2022/2023
55	Maria Da Glória Souza	272.654 SSP / RO	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Enfermagem- C.L.T.	2021/2022
56	Maria De Fatima Gibi	1.351.261 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
57	Maria De Lourdes Da Costa	3.823.870-1 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Enfermagem- C.L.T.	2022/2023
58	Maria Helena Sauer	20.985.774 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Fonoaudiologo 6h - C.L.T.	2021/2022
59	Marilda Osvaldo Da Silva	3.320.012-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar De Enfermagem- C.L.T.	2021/2022
60	Marli De Sousa	4.543.670-5 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
61	Michelle Guedes De Lívio	8.424.284-5 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
62	Milene Aparecida Buganeme Leite	4.874.243-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2022/2023
63	Neila Maria Fernandes Da Silva	4.691.628-0 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2022/2023
64	Neusa Cardoso Remde	5.086.611-4 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux Consult Dentario - C.L.T.	2022/2023
65	Nilda Do Carmo	5.364.831-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Auxiliar Administrat. - C.L.T.	2022/2023
66	Priscila Odete Jardim Bagueira	7.182.935-9 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Enfermeiro(A) 40h - C.L.T.	2021/2022
67	Raquel Alvarez Rodriguez	1.067.214 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Psicologo(A) 40h - C.L.T.	2020/2021
68	Raquel Cristina Cazarin Garcia	4.991.164-5 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 4h - C.L.T.	2021/2022
69	Realinda Da Silva Trindade Siqueira	3.092.065-1 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
70	Renata Plittio	5.800.606-8 PR / PR	Fundo Municipal De Saúde	Farmacêutico(A) 40h - C.L.T.	2021/2022
71	Rosa De Fatima Ribeiro De Lima	6.038.586-6 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Agente Comunit Saude - C.L.T.	2021/2022
72	Rosane Menegotto Weingartner	6.030.247/01 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Medico Clin Geral/4h - C.L.T.	2022/2023
73	Rosângela Rodrigues De Carvalho	7.132.317-0 PR / PR	Fundo Municipal De Saúde	Aux Consult Dentario - C.L.T.	2022/2023
74	Rosemare Rebussi	4.270.307-9 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 8h - C.L.T.	2021/2022
75	Rosemeire Aparecida Marques De Souza	5.063.587-2 SESP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 4h - C.L.T.	2022/2023
76	Rosemeire Aparecida Marques De Souza	5.063.587-2 SSP / PR	Fundo Municipal De Saúde	Dentista 20 H Ceo - C.L.T.	2022/2023
77	Rosileia Aparecida Fantini Santos	7.263.493-4 			